

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
TECNOLÓGICO
COORDENADORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO-SENSU*
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DAIANA CRISTANI DA SILVA

**AÇÕES EDUCATIVAS E LINGUAGEM DIGITAL: experiências no e do Centro de
Memória Regional do Judiciário da Universidade de Caxias do Sul**

CAXIAS DO SUL

2016

DAIANA CRISTANI DA SILVA

**AÇÕES EDUCATIVAS E LINGUAGEM DIGITAL: experiências no e do Centro de
Memória Regional do Judiciário da Universidade de Caxias do Sul**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional da Universidade de Caxias do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Radünz
Coorientador: Prof. Dr. Álvaro Fraga Moreira
Benevenuto Júnior

CAXIAS DO SUL

2016

S586a Silva, Daiana Cristani da

Ações educativas e linguagem digital : experiências no e do Centro de Memória Regional do Judiciário da Universidade de Caxias do Sul / Daiana Cristani da Silva. – 2016.

127 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

Orientação: Roberto Radünz.

Coorientação: Álvaro Fraga Moreira Benevenuto Junior.

1. Arquivo. 2. Educação patrimonial. 3. Patrimônio. 4. História. 5. Mídia. I. Radünz, Roberto, orient. II. Benevenuto Junior, Álvaro Fraga Moreira, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UCS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**CENTRO DE MEMÓRIA REGIONAL DO JUDICIÁRIO DA
UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL:
ações educativas e linguagem digital**

Daiana Cristani da Silva

Trabalho de Conclusão de Mestrado submetido à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração: Ensino de História: Fontes e Linguagens. Linha de Pesquisa: Fontes e Acervos na Pesquisa e Docência em História

Caxias do Sul, 22 de dezembro de 2016.

Banca Examinadora:

Dr. Roberto Radünz
Universidade de Caxias do Sul

Dr. Álvaro Fraga Moreira Benevenuto Júnior
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Ironita Adenir Policarpo Machado
Universidade de Passo Fundo

Dra. Luíza Horn Iotti
Universidade de Caxias do Sul

A todos que constroem o saber.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me concedeu muita força para chegar até essa etapa da minha vida. Sempre me conduziu com muita luz e proteção, colocando na minha vida pessoas que ajudaram no meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço à minha família, especialmente minha mãe Rose, que mesmo distante sempre apoiou as minhas decisões. Os erros e acertos das minhas escolhas construíram quem sou. Obrigada mãe, pelo incentivo, pelo carinho e por acreditar em mim!

Agradeço aos meus irmãos Sávio, Toni e Diamis pelos exemplos dignos de irmãos. Às minhas cunhadas, Erenita e Aline, aos meus sobrinhos Eduardo e Taty, e, minha afilhada Carol. Agradeço por ter vocês em minha vida e por estarem comigo nessa caminhada.

Agradeço às minhas tias Rita e Ulmari e a meu tio Élvio que sempre torceram pelo meu sucesso e felicidade. Obrigada meus queridos!

Agradeço ao meu orientador Dr. Roberto Radünz, pela orientação constante e por ser um grande incentivador na realização desse trabalho. Obrigada Professor Roberto, pela dedicação e paciência em me orientar para que esse trabalho chegasse ao final. Também agradeço muito, pelo privilégio de ter como meu coorientador, o Professor Álvaro Benevenuto, obrigada Professor pela disponibilidade e paciência em coorientar meu trabalho, especialmente, à proposta de produto final. O blog ficou ótimo. Muito obrigada!

Agradeço aos colegas do IMHC, pelo carinho, atenção e incentivo. Muito obrigada a todos!

Agradeço aos Professores do Curso, Professoras Cristine Lia, Eliana Rela, Eliana Xerri, Katani Monteiro, Vânia Herédia, Roberto Radünz e a Professora Luiza Iotti, que, enquanto diretora do IMHC me ofereceu a oportunidade, não apenas de trabalhar na instituição, mas também, de ficar próxima do meu objeto de pesquisa, o acervo do Centro de Memória. Muito obrigada professora Luiza! Agradeço, também, à Lisandra de Andrade, secretária no curso de mestrado, que, com muita dedicação sempre atendeu às minhas solicitações e dúvidas. Obrigada a todos!

Agradeço aos Professores da Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada – URI, especialmente ao Professor Doutor Gilberto Kerber que conduzia suas aulas com maestria. Com dedicação e com seu conhecimento erudito sempre me incentivou a seguir em frente.

Agradeço a uma pessoa maravilhosa que Deus colocou no meu caminho, Anthony Beux Tessari. Obrigada pela tua paciência, compreensão, e tua dedicação comigo. Agradeço a minha sogra Elenir, pelo carinho e amizade.

Agradeço a todos os amigos e familiares pela amizade e carinho.

Muito obrigada!

“[...] não é suficiente treinar as crianças; urge que aprendam a pensar”.

Immanuel Kant

“Ensinar não é transferir o conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Paulo Freire

RESUMO

O Centro de Memória Regional do Judiciário (CMRJU) é um arquivo permanente, guarda e preserva processos judiciais que versam sobre ações cíveis e criminais da comarca Caxias do Sul e Região no período de 1882 a 2003. O objetivo deste trabalho é apresentar e divulgar o acervo do CMRJU como um espaço que desenvolve ações educativas, com o fim de sensibilizar alunos, professores e a comunidade sobre a importância de preservar o patrimônio documental do Poder Judiciário, promovendo reflexões sobre a justiça, cidadania e preservação da memória. Nesse sentido, algumas ações são realizadas com alunos da Universidade de Caxias do Sul, guardião desse acervo, além das visitas mediadas com turmas do Ensino Médio e Fundamental das redes Pública e Privada. Pretende-se qualificar ainda mais essas atividades, para tanto, foram realizadas pesquisas em alguns arquivos e museus, em seus espaços físicos e virtuais, à procura de informações que pudessem contribuir com o trabalho. A análise obtida desses locais indicou um caminho potencial para trabalhar com propostas de ações educativas, direcionadas à Educação Patrimonial em arquivos, sobretudo, aqueles que guardam documentos judiciais. Esses processos que serviram à Justiça, agora são fontes promissoras para a historiografia local e regional. Entendendo o espaço do CMRJU como um local não-formal de ensino, a proposta é utilizá-lo com o fim de complementar o ensino de história fora da sala de aula. Para isso, foram desenvolvidas quatro ações para serem realizadas no espaço do CMRJU, pois, acredita-se que as experiências adquiridas em arquivos auxiliam na construção dos saberes. Para atrair o público-alvo, optou-se pela criação de um *blog* que é uma ferramenta rápida e eficiente no sentido de dar publicidade às ações educativas realizadas e difundir o acervo do Poder Judiciário.

Palavras-chave: Arquivo, Patrimônio, Educação Patrimonial, Mídia, Ensino, História.

ABSTRACT

The Center for Regional Judicial Memory (CMRJU) is a permanent archive, which maintains and preserves legal proceedings relating to civil and criminal actions in the Caxias do Sul and Region, from 1882 to 2003. The objective of this work is to investigate and analyze the CMRJU collection as a space to develop educational actions, in order to sensitize students, teachers and the community about the importance of preserving the documentary heritage of the Judiciary, promoting reflections on justice, citizenship and preservation of memory. In this sense, some actions are carried out with students of the University of Caxias do Sul, guardian of this collection, in addition to the mediated visits with classes of high school and fundamental of the public and private networks. It is intended to further qualify these activities, for which, research was conducted in some archives and museums, in their physical and virtual spaces, looking for information that could contribute to the work. The analysis obtained from these sites indicated a potential path to work with proposals for educational actions, directed to Heritage Education in archives, especially those who keep court documents. These processes that served Justice, are now promising sources for local and regional historiography. Understanding the space of the CMRJU as a non-formal teaching location, the proposal is to use it in order to complement the teaching of history outside the classroom. For this, four actions were developed to be carried out in the space of the CMRJU, because it is believed that the experiences acquired in archives help in the construction of knowledge. To attract the target audience, we opted for the creation of a blog that is a fast and efficient tool to publicize the educational actions carried out and to disseminate the collection of the Judiciary.

Key words: Archives, Heritage, Heritage Education, Media, Education, History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reprodução da tela da tabela-base	22
Figura 2 – Reprodução da tela de Manutenção dos Processos da base de dados	48
Figura 3 – Reprodução da tela do Museu Histórico Regional em Passo Fundo –RS	66
Figura 4 – Reprodução da tela do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul...	70
Figura 5 – Reprodução da tela do <i>blog</i> do Arquivo Público do Estado do RS	72
Figura 6 – Reprodução da tela da página do Arquivo Público do Paraná	74
Figura 7 – Reprodução da tela do Arquivo Público do Estado de São Paulo	77
Figura 8 – Reprodução da tela do Circuito da Liberdade de Belo Horizonte – MG.....	79
Figura 9 – Reprodução da tela do CMRJU no <i>site</i> da Universidade de Caxias do Sul.....	84
Figura 10 – Reprodução da tela do histórico do CMRJU.....	85
Figura 11 – Reprodução da tela dos documentos do CMRJU.....	86
Figura 12 – Reprodução da tela contato do CMRJU	86
Figura 13 – Reprodução da tela inicial do <i>blog</i> do CMRJU.....	93
Figura 14 – Reprodução da tela atividades do <i>blog</i> do CMRJU.....	94
Figura 15 e 16 – Fotos apresentação do júri simulado no Memorial do Judiciário do RS.....	96
Figura 17 – Reprodução da página inicial do <i>site</i> Portal do Professor.....	99
Figura 18 – Dados da aula “A justiça na sala de aula”.....	99
Figura 19 – Reprodução da tela da aula “A justiça na sala de aula”.....	101
Figura 20 – Reprodução da tela “Manuscrito da História”.....	105
Figura 21– Reproduções da tela Atividades Pedagógicas.....	106
Figura 22– Reproduções da tela Atividades Pedagógicas.....	107
Figura 23 – Reprodução da tela Processos do <i>blog</i> do CMRJU.....	109
Figura 24 – Reprodução da tela Galeria de fotos do <i>blog</i> do CMRJU.....	113
Figura 25 – Reprodução da tela Contato do <i>blog</i> do CMRJU.....	114
Figura 26 – Reprodução da tela Sobre do <i>blog</i> do CMRJU.....	115
Figura 27 – Reprodução da tela de Busca do <i>blog</i> do CMRJU.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos arquivos visitados.....	62
Quadro 2 – Ações educativas realizadas por professores de Passo Fundo – RS.....	68
Quadro 3 – Resumo das atividades analisadas nos <i>sites</i> das instituições.....	80
Quadro 4 – Resumo das atividades disponíveis no Portal do Professor da aula “A justiça na sala de aula”	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Apers	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
CCHE	Centro de Ciências Humanas e Educação
Cedoc	Centro de Documentação
CMRJU	Centro de Memória Regional do Judiciário
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Codearq	Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos
Conarq	Conselho Nacional de Arquivos
CXS	Caxias do Sul
DNA	Ácido desoxirribonucleico
Ecirs	Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FUCS	Fundação Universidade de Caxias do Sul
IMHC	Instituto Memória Histórica e Cultural
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Iris	Investigação e Resgate de Imagem e Som
Lepar	Laboratório de Arqueologia
MG	Minas Gerais
MHR	Museu Histórico Regional
MUHM	Museu da História da Medicina
Nobrade	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PH	Potencial Hidrogênico
Simers	Sindicato Médico do Rio Grande do Sul
Sphan	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TJ/RS	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
RS	Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ARQUIVOS: CONCEITO, PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA	19
2.1 ARQUIVOS E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL.....	19
2.1.1 Preservação de documentos	26
2.2 ARQUIVO: LUGAR DE MEMÓRIA	27
2.2.1 Arquivos judiciais e a preservação da memória	30
2.3 ARQUIVO E PATRIMÔNIO CULTURAL.....	31
2.4 ARQUIVOS JUDICIAIS NA PESQUISA HISTÓRICA	37
3 O CMRJU NA UNIVERSIDADE: possibilidades de ações educativas	43
3.1 ARQUIVO NA UNIVERSIDADE.....	43
3.2 FORMAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA.....	46
3.3 LUGAR DE GUARDA, AÇÕES EDUCATIVAS E O ENSINO DE HISTÓRIA	50
3.3.1 Processo judicial como fonte para o ensino de história	55
3.4 AÇÕES EDUCATIVAS NO CMRJU	57
4 EXPERIÊNCIAS EM ACERVOS DIVERSOS E O ENSINO DE HISTÓRIA	62
4.1 AÇÕES EDUCATIVAS EM ARQUIVOS CONTRIBUEM COM O ENSINO DE HISTÓRIA	62
4.1.1 Museu Histórico Regional de Passo Fundo-RS	66
4.1.2 Museu da História da Medicina do Rio Grande do Sul	69
4.1.3 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul	71
4.1.4 Arquivo Público do Estado do Paraná	72
4.1.5 Arquivo Público do Estado de São Paulo	76
4.1.6 Circuito da Praça da Liberdade em Belo Horizonte - MG	77
5 ANÁLISE DA APRESENTAÇÃO VIRTUAL DO CMRJU E A CRIAÇÃO DO <i>BLOG</i>	83
5.1 HISTÓRICO DA PÁGINA.....	83
5.2 ATUALIZAÇÃO DAS PÁGINAS EXISTENTES	87
5.3 PROPOSTA: UM <i>BLOG</i> PARA O CENTRO DE MEMÓRIA	89
5.4 O <i>BLOG</i> E O ENSINO DE HISTÓRIA.....	92
5.4.1 Atividades	93
5.4.1.1 Júri simulado.....	94
5.4.1.2 Oficina de justiça e cidadania	97
5.4.1.3 Estudo de texto com documentos	104

5.4.1.4 Fórum de discussão do contexto histórico.....	107
5.4.2 Alguns Processos	108
5.4.3 Galeria de Fotos e Contatos	112
5.4.4 Outros elementos a respeito do <i>blog</i>.....	114
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.....	121

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o Centro de Memória Regional do Judiciário (CMRJU), como um espaço apropriado para desenvolver ações educativas, com base na Educação Patrimonial. E dar visibilidade ao acervo, por meio dessas ações através da divulgação em um *blog*. Esse CMRJU está integrado ao Instituto Memória Histórica e Cultural (IMHC), vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Educação (CCHE), da Universidade de Caxias do Sul (UCS), localizado na cidade de Caxias do Sul, região nordeste do Rio Grande do Sul – RS. O acervo desse CMRJU mantém aproximadamente 40 mil processos findos, que tratam sobre questões cíveis e criminais. Originários da 1ª Vara Cível¹ da Comarca, eles serviram à justiça e agora são destinados para fins de pesquisas e promover a difusão cultural. Em 12 de dezembro de 2001, a Fundação Universidade de Caxias do Sul (FUCS) e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ/RS) firmaram o Termo de Convênio, e o acervo foi transferido para a Universidade em 2003. Atualmente, o acervo está localizado no IMHC em uma sala de 53,2 m², composta por 55 estantes que sustentam 2.717 caixas.

Desde então, com a criação de um CMRJU na Universidade, este se tornou um laboratório de pesquisa que contribui com o ensino de História. Nesse sentido, a Educação Patrimonial viabiliza as experiências em locais formais e não formais de ensino oportunizando a formação de indivíduos conhecedores de sua história e capazes de construir e valorizar os bens culturais. As ações educativas são práticas que intercedem no ensino de história para sensibilizar os indivíduos a promoverem a preservação desses bens.

Desse modo, o CMRJU enquanto um arquivo permanente, é um espaço apropriado para realizar trabalhos de preservação e conservação de documentos e, ações educativas enquanto práticas do ensino, no sentido de incentivar os alunos a utilizarem documentos de arquivo, como um recurso didático. Já são realizadas no CMRJU as visitas mediadas e, estudo de texto com o uso de documentos. Além disso, os autos de processos estão disponíveis para subsidiar pesquisas que se propõem a estudar a cultura jurídica, que é o modo como as questões judiciais têm se resolvido ao longo dos anos, com a interferência da aplicação das leis, das relações sociais e das questões econômicas. As buscas nos processos judiciais resultam em trabalhos acadêmicos voltados para as áreas de História e Direito. Por esta razão, foi necessário produzir este trabalho, para conhecer outras possibilidades de ampliar as ações

¹ Embora a maioria dos processos judiciais sejam oriundos da 1ª Vara Cível, o acervo do CMRJU possui também processos da 2ª e 3ª Varas.

realizadas no CMRJU e divulgar o acervo que mantém evidências da história local. Esse conhecimento é importante de se trabalhar com alunos, pois é onde se estabelece uma relação com a realidade mais próxima.

Esta pesquisa está relacionada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS/RS), que tem como objetivo promover o aperfeiçoamento de professores e demais profissionais atuantes na área de ciências humanas. O Programa tem como área de concentração o ensino de História e possui duas linhas de pesquisa que vislumbram a ampliação do conhecimento do historiador, através de mecanismos de pesquisa que rompem com a visão mais fechada da História e do uso de fontes no ensino. Esta dissertação está inserida na linha de pesquisa de Fontes e Acervos na Pesquisa e Docência em História, que destina-se

à atualização do historiador docente visando à incorporação da pesquisa no ensino através de fontes e acervos. A escola, como lugar de produção e transmissão de saberes, atende a formas de organização e de classificação do conhecimento histórico. O currículo é um conhecimento historicamente formado, uma forma de regulação social, ou seja, os currículos são partes constitutivas das práticas escolares e como tais (re) produzem distinções. (POPKEWITZ, 1994, p. 190-194). Os currículos de História apresentam seguidamente concepções cristalizadas do passado e o uso de fontes como forma de legitimação de “verdades”, ou como mera ilustração de conteúdos previamente formatados. A linha se volta para a problematização dos currículos de História, usos e incorporação de fontes e acervos na pesquisa e na docência na escola e em outros espaços de aprendizagem. Abarca, ainda, investigações sobre possibilidades de aprendizagens através da educação patrimonial.²

Tendo como base a atualização do historiador, visando a ampliação da pesquisa no ensino através de fontes e acervos, esta dissertação se propõe a apresentar algumas possibilidades de realização de ações educativas no acervo do CMRJU e, como forma de difusão dessas ações, apresenta a criação e uso de uma plataforma digital. Para isso, foi utilizada uma metodologia de organização de aprendizagem, razão pela qual este trabalho está dividido em uma parte teórica, com as definições e conceitos de arquivos e suas funções. A pesquisa e descrição de alguns sites de locais de guarda e memória que justificam a criação de um *blog* para o CMRJU. E a parte prática, que é a construção do *blog*.

Esta dissertação está composta pela introdução, por mais quatro capítulos e as considerações finais. No capítulo “Arquivos: conceito, preservação e memória”, foi feito um estudo sobre as definições de arquivo, os modos de preservação dos documentos e arquivo como um lugar de memória. Também se pesquisou sobre arquivos permanentes, vistos como

² Disponível em: <<http://www.ucs.br/site/pos-graduacao/formacao-stricto-sensu/historia/linhas-de-pesquisa/>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

patrimônio cultural, conforme estabelece a Constituição Federal: bens de natureza material, imaterial, referenciais de identidade, ação, portadores da memória de diferentes grupos sociais. Os documentos de arquivos do Judiciário, que são bens materiais, quando utilizados para a pesquisa histórica, trazem elementos para o conhecimento do passado. Já no capítulo “O CMRJU na Universidade”, são analisados os motivos pelos quais a Universidade de Caxias do Sul abraçou os processos judiciais. Nesse caso, a formação de CMRJU advém da iniciativa do Memorial de Justiça do Estado, que criou parcerias com Instituições de Ensino Superior não só para fazer a guarda e preservação dos documentos, mas também para que esses documentos jurídicos fossem destinados a servir à pesquisa e para divulgar o acervo histórico. Com essa análise, percebe-se que o CMRJU foi criado com a finalidade de guardar e preservar os documentos jurídicos e ser um centro de pesquisa e de difusão cultural. No capítulo, “Experiências em acervos diversos e o ensino de História”, foi feita uma pesquisa de análise em alguns arquivos que atuam com a mesma temática a ser desenvolvida no CMRJU. Foram feitas algumas visitas com fins de análise em páginas da internet, as quais divulgam as ações educativas realizadas em arquivos e museus e, também, em seus espaços físicos. Essas análises auxiliaram na criação de um recurso virtual com fins didáticos e de publicidade.

Os arquivos selecionados para a análise foram: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers), Arquivo Público do Estado do Paraná, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Museu de História da Medicina (MUHM), Museu Histórico Regional de Passo Fundo (MHR) e, Circuito da Liberdade de Minas Gerais. Esses locais se tornaram referência para o CMRJU aperfeiçoar as ações educativas que realiza e criar novas. As visitas a esses espaços físicos e virtuais oportunizaram ao CMRJU aderir a propostas de ações educativas e, paralelamente a isso, construir um recurso virtual para dar publicidade ao acervo do CMRJU. Então esta pesquisa delineou a criação de um produto final. Este produto é um *blog* e já iniciou os trabalhos de publicizar o acervo. A parte final é a “Análise da apresentação virtual do CMRJU e a criação do *Blog*”, que se propõe a analisar a página do CMRJU no *site* da Universidade e acrescentar o *blog* que vai difundir o arquivo do Judiciário.

O CMRJU é um espaço paralelo para as aulas de História. As experiências adquiridas em arquivos fomentam a construção dos saberes e para isso foram desenvolvidas quatro ações educativas possíveis de serem realizadas por turmas de Ensino Médio e Fundamental de escolas da cidade e região. Para a produção dessas ações educativas, foram analisados processos judiciais que trazem em seu contexto elementos da história local, tais como: costumes, relacionamentos no cotidiano, processo de urbanização e industrialização da cidade. São fatores relevantes para que os alunos compreendam as relações de cotidiano que

são próximas a eles. Para tanto, foram selecionados quatro processos inseridos numa temporalidade, que se estende no período de 1882 até 1940. Os processos narram fatos sobre diferentes sujeitos, a formação e o desenvolvimento da cidade de Caxias do Sul, a relação e crescimento econômico e social, assim como a importância da instituição do Poder Judiciário na região, satisfazendo as necessidades jurídicas e sociais.

As ações educativas do CMRJU são: júri simulado, oficina de justiça e cidadania, estudo de texto com documentos e fórum de discussão de contexto histórico. O CMRJU é um local que guarda e preserva a memória de uma parte do Poder Judiciário e de uma dada sociedade. No entanto, é oportuno apresentá-lo como um espaço que atua com as propostas de ações educativas, através da metodologia da Educação Patrimonial que é a construção do conhecimento, a partir dos elementos culturais que enfatizam as noções de patrimônio cultural. Essa metodologia se relaciona com a proposta de CMRJU em problematizar o documento histórico, no sentido de fazer com que o aluno estreite seu conhecimento sobre as relações de cidadania e justiça, com liberdade para interpretar e expor suas habilidades.

Através da didatização do acervo, apresentam-se outras possibilidades para transmitir o conhecimento. As fontes judiciais têm apresentado boas expectativas de ensino e aprendizagem, conforme as experiências realizadas. E, através dessas novas propostas de ensino, encontram-se o uso de ferramentas de trabalho e várias possibilidades para desenvolver esse conhecimento através da Educação Patrimonial. A Educação Patrimonial proporciona a construção dos saberes com a utilização de recursos muito próximos dos alunos, que, no caso, são os documentos históricos que reconstroem a história da justiça, de uma cidade e sua população. Através das ações educativas realizadas, os alunos conseguem entender o conceito de patrimônio cultural e por que deve ser preservado. Essas percepções acontecem na interação com os documentos e objetos guarnecidos por arquivos e museus.

O acervo do CMRJU é um meio para que o visitante possa interagir com a História, de maneira que expanda seu senso crítico e observador sobre os documentos. Eles trazem a representação de passagens históricas e do cotidiano da sociedade caxiense. A preservação desses documentos é do interesse de todos e a qualidade do conteúdo do acervo fomenta a pesquisa acadêmica, que busca mais conhecimentos sobre a história da cidade e da região. Os processos judiciais são documentos que contêm grande valor histórico. São utilizados para complementar os estudos históricos, jurídicos e sociais. Desse modo, pesquisar em *sites* de arquivos intensificou a ideia de construir um *blog* para disponibilizar alguns processos pesquisados e divulgar as ações educativas. Desenvolver uma plataforma digital é uma oportunidade de mostrar o trabalho desenvolvido no acervo e oferecer para os estudantes um

recurso interativo e dinâmico, para que se sintam atraídos pelas ações educativas realizadas em arquivos.

Este estudo reproduz as páginas do *blog* com suas respectivas informações para atender às demandas por buscas e informações que surgem sobre o CMRJU. As páginas têm uma apresentação atual que chama a atenção do público-alvo, com a intenção de aproximar os alunos, do conteúdo do acervo histórico e das possibilidades de se trabalhar com documentos na sala de aula. A página contém cinco itens que se direcionam para as respectivas informações que são apresentadas em uma linguagem acadêmica, de modo que os interessados, sobretudo professores e alunos, se sintam à vontade para navegar no *blog*.

Os itens do *blog* do CMRJU estão distribuídas em *Atividade* – são apresentadas com mais detalhes as ações educativas possíveis de serem ministradas no espaço do arquivo. *Alguns processos* – os processos mais utilizados nas ações educativas estão passando pelo procedimento de digitalização, e alguns deles já estão no *blog*. *A Galeria de Fotos* – um recurso para expor os registros fotográficos das ações educativas do CMRJU. Ao clicar nas fotos, elas se ampliam e o visitante internauta pode visualizar as demais fotografias na sequência em que são postadas. Na galeria também é possível visualizar os processos digitalizados. O *blog* divulga os *Contatos* – telefones e endereço eletrônico para que o visitante possa esclarecer dúvidas e enviar sugestões. Direciona para a página do Programa de Pós-Graduação, ao qual este trabalho está vinculado. Por fim, o item *Sobre* – traz as informações da estrutura do CMRJU que convidam o visitante a conhecer mais sobre esse espaço de memória.

Este trabalho traz os conceitos de arquivos que são necessários para esclarecer em qual categoria o CMRJU se enquadra, já que, os arquivos têm funcionalidades diversas. Também é oportuno lembrar que o CMRJU está em uma Universidade, é importante para a formação e conhecimento dos alunos e para a comunidade em geral. Este arquivo em uma Universidade, mantém os processos judiciais de sua comarca e região e isso é um ganho para a população, por poder estar próxima de uma acervo judicial histórico.

Para a construção do *blog* foram realizadas pesquisas em outros *sites* de arquivos e museus, por essa razão, houve uma investigação em páginas da internet que orientaram sobre as possibilidades de criar o meio virtual para a divusão do acervo. Nesse aspecto, tem-se a estrutura das páginas, a formatação e a linguagem dinâmica, com uma leitura acadêmica que é minuciosamente descrita e esclarecida no capítulo final.

2 ARQUIVOS: CONCEITO, PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA

2.1 ARQUIVOS E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

A conservação e a preservação da informação e da memória contidas nos documentos e objetos antigos é realizada em locais específicos preparados para cumprir esses objetivos. Neste estudo, pretende-se conhecer a organização, a função e as possibilidades de usar arquivos, tendo como campo de pesquisa o CMRJU. Porém, é relevante relacionar brevemente outros locais de conservação e de preservação, para a compreensão de seus conceitos e suas funções. Dependendo do tipo de material que se pretende preservar, ele poderá ser destinado para: arquivos, bibliotecas, centros de documentação e/ou museus. A cada um desses locais confere uma organização e tratamento específicos diante da diversidade de objetos e documentos preservados.

Inicia-se a exposição dos conceitos, com os centros de documentação que recebem seu acervo por “compra, doação, permuta ou, à semelhança de arquivos, por recolhimento obrigatório” (BELLOTTO, 2014, p. 32) e que têm “a finalidade de informar, com objetivo cultural, científico, funcional ou jurídico, conforme a natureza do material reproduzido ou referenciado”. (BELLOTTO, 2006, p. 36). O Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (Cedoc), por exemplo, é composto por documentação da Universidade e por a reunião de vários acervos particulares que foram doados. Esses acervos são fundos e coleções de documentos que se destacam pela relevância histórica.

No que se refere à formação de arquivos, Schellenberg (2006, p. 45) entende que “arquivos são órgãos receptores, ao passo que as bibliotecas são colecionadores”. Bellotto (2014, p. 31, grifo da autora) explica que às bibliotecas são destinados “livros e revistas (ou os modernamente chamados *multimeios*), que são resultados da atividade cultural, seja ela a criação artístico-literária ou a pesquisa de divulgação técnico-científica à humanística”.

Para Schellenberg (2006, p. 46) “uma vez que o governo crie uma biblioteca e um arquivo, essas organizações não devem competir na aquisição dos documentos públicos. A biblioteca, neste caso, não deve de maneira alguma recolher documentos oficiais”. A função desses espaços é guardar, preservar e difundir os documentos e materiais ali depositados, sejam eles públicos, sejam privados. Nesse sentido, Bertolletti (s/d, s/p.) observa o que pode ser descoberto no arquivo, por meio de informações ali contidas:

Se lembrarmos das **bibliotecas** estaremos nos aproximando de uma parte da verdade, mas se falarmos que nos **arquivos** vamos encontrar a resposta a todas às nossas inquietações, às nossas dúvidas, e muitas pistas para novos caminhos, certamente estaremos certos. (BERTOLETTI, s/d, s/p, grifo da autora].

Para Paes (2004, p. 18) “a biblioteconomia trata de documentos individuais e a arquivística, de conjuntos de documentos”. Esses locais são organizados de maneiras diferentes por guardarem objetos e materiais diversos, respeitando as suas peculiaridades. A definição e a função dos arquivos está regulamentada pela Lei 8.159/1991,³ art. 2º que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, esclarecendo que arquivo é

o conjunto de documentos recebidos e acumulados por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência de exercício de atividades específicas, bem como por uma pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, 1991, s/p.).

Ao tomar conhecimento das atividades desses setores e, com suas diferentes responsabilidades com o material que recebem, se estabelece um controle e organização para manter o valor das informações. A cada um desses setores compete uma forma diferente de guardar e preservar, com suas respectivas técnicas e métodos.

Sobre arquivos e museus, pode-se dizer que são repositórios de documentos e objetos que preservam a história e a memória de um ou vários indivíduos. A função do museu é definida por Canclini (1994, p. 113): “Museu e qualquer política patrimonial devem tratar os objetos, os ofícios e os costumes de tal modo que, mais que exibi-los, tornem inteligíveis as relações entre eles, proponham hipóteses sobre o que significam para a gente que hoje os vê e evoca”. Nesse sentido, Almeida e Vasconcellos (2006, p. 107) confirmam que “os objetos dos museus devem estar reunidos para produzir um discurso museográfico inteligível para os leigos, através dos documentos materiais ali apresentados”.

Para Knack (2012, p. 17) museu “não apenas guarda objetos antigos, é responsável por sua preservação e por sua difusão através de exposições, oficinas e outras atividades educacionais. O acervo de um museu é o acervo de uma região, de uma comunidade”. Esses conceitos corroboram a definição de museus que se encontra no art. 1º da Lei 11.904/2009,⁴ que institui o Estatuto dos Museus, considerando-os como:

³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 30 mar. 2016.

⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 30 mar. 2016.

[...] instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009, s/p.).

Os museus são locais para vislumbrar o passado através da visualização dos objetos que pertenceram a uma época distante e que testemunham a História. Assim entende Bellotto:

Os documentos de museus originam-se de criação artística ou da civilização material de uma comunidade. Testemunham uma época ou atividade, servindo para informar visualmente, segundo a função educativa, científica ou de entretenimento que tipifica essa espécie de instituição. (2006, p. 37).

A legislação aqui estudada traz definições diferentes para arquivos e museus. Aqueles se referem a documentos que guardam a história e trajetória de uma instituição, seja ela pública ou privada, em razão de suas atividades. E estes, são os guardiões de objetos que conservam os valores históricos e culturais de uma determinada sociedade. Arquivos e museus são instituições que sustentam potencial de atividades voltadas à preservação da memória e do patrimônio.

Como já foi dito, para este trabalho interessa conhecer os conceitos e as atribuições de arquivos, com a finalidade de compreender a formação e utilização do CMRJU, como um arquivo que guarda e preserva documentos históricos. Para tanto, Bellotto (2014, p. 31) entende que os arquivos têm sua finalidade por serem “administrativos e jurídicos, sendo estes, a longo prazo, históricos”. Assim, “recebem os documentos através de uma passagem natural, dentro do esquema das três idades do documento: arquivo corrente (incluindo aí também o central), intermediário e final (ou histórico ou de custódia)”. (BELLOTTO, 2014, p. 32).

Corroborando esse assunto, Paes acrescenta:

Para que um arquivo, em todos os estágios de sua evolução (corrente, intermediário e permanente) possa cumprir seus objetivos, torna-se indispensável a formulação de um plano arquivístico que tenha em conta tanto as disposições legais quanto as necessidades da instituição a que pretende servir. (PAES, 2004, p. 36).

A formação dos arquivos ocorre no momento em que alguns documentos, após um determinado período de tempo, deixam de servir à administração de maneira efetiva e passam a integrar um local de guarda e de preservação. O trabalho de organização é realizado por

meio da tabela de temporalidade expedida pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq),⁵ órgão responsável pela gestão de documentos.

A tabela de temporalidade é um instrumento utilizado pelo arquivista para avaliar o que tem valor de guarda e de preservação. A função e organização “deverá contemplar atividades-meio e atividades-fim de cada órgão público”. (BRASIL, 2001, p. 43). Portanto,

a avaliação constitui-se em atividade essencial do ciclo de vida documental arquivístico, na medida em que define quais documentos serão preservados para fins administrativos ou de pesquisa e em que momento poderão ser eliminados ou destinados aos arquivos intermediário e permanente, segundo o valor e o potencial de uso que apresentam para a administração que os gerou e para a sociedade. (BRASIL, 2001, p. 42).

O modelo básico que segue abaixo deve conter os documentos da instituição no “exercício de suas atividades, os prazos de guarda nas fases corrente e intermediária, a destinação final – eliminação ou guarda permanente –, além de um campo para observações necessárias à sua compreensão e aplicação”. (BRASIL, 2001, p. 43).

Figura 1 - Reprodução da tela da tabela-base

ASSUNTO	PRAZOS DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÕES
	FASE CORRENTE	FASE INTER-MEDIÁRIA		
000 ADMINISTRAÇÃO GERAL				
001 MODERNIZAÇÃO E REFORMA ADMINISTRATIVA PROJETOS, ESTUDOS E NORMAS	Enquanto vigora	5 anos	Guarda permanente	
002 PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE TRABALHO	5 anos	9 anos	Guarda permanente	
003 RELATÓRIOS DE ATIVIDADES	5 anos	9 anos	Guarda permanente	São passíveis de eliminação os relatórios cujas informações encontram-se recapituladas em outros.
004 ACORDOS, AJUSTES, CONTRATOS, CONVÊNIOS	Enquanto vigora	10 anos	Guarda permanente	
010 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO NORMAS, REGULAMENTAÇÕES, DIRETRIZES, PROCEDIMENTOS, ESTUDOS E/OU DECISÕES DE CARÁTER GERAL				
010.1 REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES	Enquanto vigora		Eliminação	
010.2 REGIMENTOS, REGULAMENTOS, ESTATUTOS, ORGANOGRAMAS, ESTRUTURAS	Enquanto vigora	5 anos	Guarda permanente	Os originais dos atos publicados integram os arquivos dos gabinetes do presidente da República, governadores e prefeitos, cujo temporalidade será definida quando da elaboração de tabela específica para suas atividades-fim.
010.3 AUDIÊNCIAS, DESPACHOS, REUNIÕES	2 anos		Eliminação	
011 COMISSÕES, CONSELHOS, GRUPOS DE TRABALHO, JUNTAS, COMITÊS	4 anos	5 anos	Eliminação	
ATOS DE CRIAÇÃO, ATAS, RELATÓRIOS	4 anos	5 anos	Guarda permanente	
012 COMUNICAÇÃO SOCIAL				
012.1 RELAÇÕES COM A IMPRENSA	1 ano		Eliminação	
012.1.1 CREDENCIAMENTO DE JORNALISTAS	Enquanto vigora		Eliminação	

Fonte: Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/cctt_meio.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

⁵ A Lei 8.159/91 foi regulamentada pelo Decreto Federal 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que assim determina: “Art. 1º. O Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional, criado pelo art. 26 da Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, tem por finalidade definir a política nacional dos arquivos públicos e privados, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm>. Acesso em: 5 abr. 2016.

A organização da tabela de temporalidade deve ocorrer, na fase primária. A “identificação, tipologia e as funções a que os documentos se referem” devem ser suficientes para identificar os documentos e, se for “bem controlada, por um rigoroso sistema de carga e se forem estabelecidas tabelas de temporalidade adequadas”. (BELLOTTO, 2006, p. 31), a destinação desses documentos será feita da maneira mais eficiente.

Para Schellenberg:

A documentação sobre qualquer assunto – quer se trate de política ou planejamento governamental, de problemas sociais ou econômicos, objetos daquela política ou planejamento – será mais adequada ou menos adequada, dependendo da maneira pela qual os documentos são produzidos e mantidos para uso corrente e do destino que se lhe dá depois de terminado aquele uso. (2006, p. 53).

A utilização dessa técnica de gestão de documentos dentro de arquivos é dada na

necessidade de se conhecer intrínseca e extrinsecamente a unidade documental (suporte e informação) dos arquivos, justamente para que ela não seja confundida com outras estruturas e formas documentárias próprias de outras áreas que não os arquivos, convém hoje que os arquivistas se aproximem dos estudos de gênese documental. Os estudos de diplomática e tipologia levam a entender o documento desde o seu nascedouro, a compreender o porquê e como ele é estruturado no momento de sua produção. (BELLOTTO, 2006, p. 45).

Conhecer o documento, seu uso e sua função é importante para saber em qual das três fases ele está. Segundo Paes (2004, p. 54), “arquivos correntes são constituídos de documentos em curso ou frequentemente consultados como ponto de partida ou prosseguimento de planos, para fins de controle, para tomada de decisões das administrações, etc.” O arquivo corrente “descreve os documentos segundo a maneira pela qual foram arranjados pelas repartições criadoras”. (SCHELLENBERG, 2006, p. 55).

Os arquivos intermediários compreendem a segunda fase dos documentos e é assim definida por Bellotto (2006, p. 24) “é aquela em que os papéis já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativo, mas ainda podem ser utilizados pelo produtor”. Com esse mesmo entendimento, Paes (2004, p. 21-22) assevera que os arquivos intermediários são aqueles “constituídos de documentos que deixaram de ser frequentemente consultados, mas cujos órgãos que receberam e os produziram podem ainda solicitá-los, para tratar de assuntos idênticos ou retomar um problema novamente focalizado”.

Por fim, existem os chamados arquivos permanentes que, “sendo o resultado da reunião dos arquivos correntes, recebem a documentação originária de diferentes setores e cresce em grande proporção”. (PAES, 2004, p. 122). Segundo dicionário de terminologia

arquivística, arquivo permanente é “o conjunto de documentos custodiados em caráter definitivo, em função de seu valor [...]”. (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 8).

Os documentos de arquivos permanentes são mantidos para dar suporte à pesquisa e se difundir para fins culturais. Assim define Bellotto:

A operação denominada “recolhimento” conduz os papéis a um local de preservação definitiva: os arquivos permanentes. A custódia não se restringe a “velar” pelo patrimônio documental. Ultrapassado totalmente o uso primário, iniciam-se os usos científicos, social e cultural dos documentos. (2006, p. 24).

Sobre isso Paes (2004, p. 122) argumenta que “o principal objetivo da reunião de arquivos em órgão central é torná-los acessíveis e colocar à disposição dos usuários a experiência do passado, tanto quanto ela se reflita no documento”. Entretanto, após concluir suas finalidades administrativas, os documentos de arquivos são destinados a um local de guarda, onde recebem um tratamento de conservação e preservação, para servirem às pesquisas destinadas a representar o passado.

Assim, “o arquivo, com sua lógica e suas regras, é que se podem abrir clareiras para o enfrentamento dos problemas que estão no cerne da relação do historiador com os arquivos”. (SOUZA, et al., 2013, s/p.). A necessidade de ter arquivos é para guardar documentos que servem a um órgão ou a uma instituição. Portanto, se os documentos

foram produzidos no curso de uma atividade organizada, com uma determinada finalidade, se foram criados durante o processo de consecução de um certo fim administrativo, legal, de negócio ou qualquer outro fim social são então considerados como tendo qualidade de material de arquivo em potencial. (SCHELLENBERG, 2006, p. 38).

Depois de os documentos satisfazerem as atividades da administração são levados ao seu destino, arquivos permanentes, onde permanecem e servem como fontes de pesquisa, conforme observa Bellotto:

Os arquivos administrativos guardam documentos produzidos ou recebidos por cada uma das unidades governamentais durante o exercício de suas funções, e que vão sendo guardados orgânica e cumulativamente à medida que se cumprem as finalidades para as quais foram criados. Esses documentos são, na realidade, os mesmos de que se valerão os historiadores, posteriormente, para colherem dados referentes ao passado, já no recinto de arquivos permanentes. (2006, p. 23).

Os documentos de arquivos devem ser preservados por razões outras que não apenas aquelas para as quais foram criados ou acumulados. Essas “razões tanto podem ser oficiais quanto culturais” (SCHELLENBERG, 2006, p. 38), pois os documentos de arquivos estarão à

disposição de historiadores, que pretendem encontrar vestígios do passado. Sobre arquivos Paes entende que

o destino dos arquivos é passar por uma evolução que os afasta cada vez mais de seu objetivo primitivo. Com o passar do tempo, embora diminua o seu valor administrativo, aumenta sua importância como documentação histórica. Não se pode dividir o arquivo em dois compartimentos: velho (ou histórico) e administrativo. Na realidade, são pura e simplesmente arquivos em incessante processo de transformação. (2004, p. 121).

Para Silva (2013, p. 37), arquivo é o “reflexo das atividades e da funcionalidade de uma instituição, pois é criado justamente para preservar os documentos que registram as atividades, servindo de testemunho e de prova das mesmas”. Bertoletti (s/d., s/p.) acrescenta: “A vivência do homem em sociedade, as suas lutas pela liberdade, os seus sonhos de paz, tudo pode ser encontrado nos arquivos, assim como o testemunho de sua existência”. Os arquivos do Judiciário são classificados como arquivos permanentes, pois já finalizaram sua função jurídica. Agora servem aos interesses da História e, eventualmente, a advogados para alimentar suas causas.

Convém acrescentar que ainda existem algumas dificuldades quanto a manutenção de arquivos. A falta de espaço, de recursos humanos, financeiros, materiais acarretam na saturação dos arquivos públicos, o que faz pensar no descarte desses documentos.

Sobre o descarte de documentos existe uma grande discussão. O art. 1.215 do CPC, pela Lei 5.925/73⁶, lei federal, dispõe sobre a eliminação dos processos após cinco anos e seguindo observando alguns critérios como: permitir que as partes e advogados retirem documentos pessoais e, se o processo tiver valor histórico, que seja ele destinado ao Arquivo Público. No entanto, a Lei 6.246/75⁷ suspendeu o disposto neste artigo. E aos estados federados foi necessário criar suas próprias regulamentações com o propósito de encontrar uma maneira de organizar esse entrave. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o Conselho da Magistratura, por meio da Resolução 231 de 7 de outubro de 1997 estabeleceu a criação de um Arquivo Ótico e de Processos do Poder Judiciário, prevendo a eliminação dos documentos. (TEDESCO, 2003).

⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5925.htm>. Acesso em: 14 mar. 2017.

⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6246.htm>. Acesso em: 14 mar. 2017.

Para Axt, quando argumenta sobre gestão documental:

Ao pensar o acondicionamento correto da documentação judicial, a questão de eliminação de parte do acervo naturalmente se impõe. Não apenas porque gestão pressupõe seleção, mas porque economicamente a manutenção da totalidade da documentação judicial é inviável, dado o brutal custo intrínseco da acomodação de um acervo que se mede por milhões de processos e quilômetros de papel. (2016, p. 119).

Por essas razões se tem pensado na substituição do documento original pelo digital, ou seja, que o documento seja digitalizado em sua integridade, investindo numa ideia econômica para descartar os documentos originais, poupando o espaço, estrutura, material de conservação. Esse procedimento de digitalização é considerado instável, do ponto de vista dos arquivistas, além de tornar inútil todo o processo de conservação e guarda que já é realizado por instituições de arquivos.

2.1.1 Preservação de documentos

Para a efetiva conservação e preservação de documentos, devem ser analisadas duas causas prejudiciais que são os agentes internos e externos. Nesse caso, “os agentes externos decorrem das condições de armazenagem e de uso; os internos são inerentes à própria natureza material dos documentos”. (SCHELLENBERG, 2006, p. 231).

Para remover esses agentes, é necessário utilizar algumas técnicas de higienização. Quando essas técnicas são aplicadas de maneira correta, fica garantida a durabilidade do documento. Sobre a conservação de acervos permanentes, Sant’Anna (2001, p. 125-126) informa que as “instituições arquivísticas podem adotar medidas preventivas e corretivas objetivando minimizar a ação do tempo sobre o suporte físico da informação, assegurando sua disponibilidade”.

A conservação de documentos deve ser realizada em local apropriado que assegure a integridade do acervo histórico, objetivando defendê-lo de ações nocivas. No entanto, a “poluição ácida do ar, bem como outros fatores externos de deterioração, temperatura e umidade desfavoráveis, somente podem ser tratados pelo uso de aparelhos modernos de ar-condicionado”. (SCHELLENBERG, 2006, p. 232). Os trabalhos de higienização e de conservação são fundamentais para dar uma vida longa aos documentos. Quando a documentação está danificada, ela passa por uma intervenção técnica de conservação, bastante minuciosa, sempre mantendo a característica original dos documentos.

Para a atividade de preservação, profissionais e/ou interessados em aprender essa prática devem portar os equipamentos de proteção individual (EPI), tais como: luvas, touca, máscara, óculos e jaleco. Além desses equipamentos, são utilizados os materiais próprios para a higienização, que são: pincéis ou trinchas, espátulas de metal ou madeira e borrachas. Esse trabalho é realizado em sala apropriada para a higienização, que deve ser ampla, com boa luminosidade e temperatura. As oficinas de conservação são realizadas para documentos e fotografias.

O momento da higienização é muito importante, pois é o primeiro contato com os documentos. É quando se realiza a primeira leitura, conhecendo o conteúdo, e se pode pensar nas possibilidades de pesquisa. Os documentos são, na maioria, de papéis comuns, mas também é possível que contenham papéis diferentes como: jornais e fotografias.

Os papéis, os jornais e as fotografias passam pelo procedimento de higienização para deixar os documentos livres de agentes danosos. Primeiramente, são retirados grampos, clips, fitas adesivas que prejudicam os documentos com a ferrugem e com a cola. Após, ocorre uma varredura dessas sujidades com o pincel ou trincha. Para remover esses objetos, são utilizadas espátulas (de metal ou de madeira), que devem ser utilizadas com cautela, para não danificar o papel. Para que os documentos não sejam extraviados, eles são costurados em papel neutro, nesse caso, utiliza-se agulha fina e linhas de algodão.

Para melhor preservação, os documentos recebem capas com papel de pH neutro. Essas capas são feitas sob medida para o documento, já que alguns são mais volumosos que outros. Para a confecção das capas, utilizam-se materiais como: régua, lápis 6B para fazer as marcações, estilete ou tesoura. Os documentos ficam higienizados e protegidos em caixas de material polionda e disponíveis para serem utilizados por pesquisadores, ou em ações educativas. Sempre se aperfeiçoa o uso dessas técnicas, para garantir que os documentos sejam conservados e preservados com o máximo de zelo.

2.2 ARQUIVO: LUGAR DE MEMÓRIA

Todo arquivo é um lugar de memória, isto é, um espaço destinado a perpetuar a lembrança do passado. Segundo a definição de Nora é um lugar onde “a memória se cristaliza e se refugia” (1993, p. 7). Os arquivos são lugares de memória e surgem e existem com objetivo de receber e zelar pelo patrimônio documental histórico. Os arquivos tanto podem ser espaços de auxílio à pesquisa científica, disponibilizando seu acervo ou fontes para consulta,

como podem ser espaços para a preservação e difusão de determinadas memórias, seja a de um grupo social, seja até mesmo de uma nação. Acrescenta-se, se for considerada, ainda,

[...] a definição de lugares de memória, de Pierre Nora, é válido dizer que nos arquivos, museus, monumentos, memoriais e prédios históricos da cidade encontra-se não a memória de um grupo, cidade ou nação, mas sim uma determinada memória que foi construída pelos atores sociais daquele grupo, cidade ou nação, e que adquiriu legitimação ao longo dos anos. (POSSAMAI, 2010, p. 213).

A memória preservada em arquivos não é somente aquela pertencente a um determinado grupo de pessoas formador de sociedade, mas, sim, daquilo que um grupo reconhece como importante. Através da memória se conservam as informações e legitimam a pesquisa que faz a representação dos fatos passados. Os arquivos são armazenadores dessas informações, dessas memórias; cumprem a finalidade de registrar vestígios do passado. A memória registrada tem no arquivo a sua perpetuação e essa função vem de tempos passados lembrados por Le Goff sobre os arquivos de pedra.

A pedra e o mármore serviam na maioria das vezes de suporte a uma sobrecarga da memória. Os arquivos de pedra acrescentavam à função de arquivos propriamente ditos um caráter de publicidade insistente, apostando na ostentação e na durabilidade dessa memória lapidar a marmórea. A outra forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita (depois de tentativas sobre osso, estofado, pele, como na Rússia antiga; folhas de palmeira, como na Índia; carapaça de tartaruga, como na China; e finalmente o papiro, pergaminho e papel). (LE GOFF, 2003, p. 428).

Como se vê, a maneira de armazenar as informações, para que se perpetuem, é antiga e é a partir daí que surgiu a necessidade de preservar informações que são formadoras da identidade de uma sociedade. Bittencourt (2008, p. 169) entende que a “memória impõe-se por ser a base da identidade”. Os arquivos têm a função de guardar e preservar documentos que registram fatos e acontecimentos que contribuam para a manutenção da memória. É importante preservá-los em razão do seu elevado valor histórico, e é com essa expectativa que o arquivo atua como o depositário de memórias. Os documentos de arquivo são “os detentores da memória individual e coletiva, servindo de suporte para a constituição da história das instituições e da identidade de um determinado povo”. (PEREIRA, 2011, p. 24-25).

A memória individual é a “capacidade que cada ser humano possui de guardar as experiências vividas e/ou transmitidas, possibilitando o aprendizado e o aperfeiçoamento de objetos e dos modos de fazer e de viver”. (DANTAS, 2010, p. 52). A memória coletiva “constroi a identidade coletiva de um grupo social e [...] dá sustentação à memória individual porque se constitui em seu quadro de referências”. (DANTAS, 2010, p. 55). Para Chauí

(2001, p. 129) a “memória social ou coletiva consiste no registro pela sociedade dos mitos fundadores, relatos, documentos, datas, pessoas e lugares importantes para a vida coletiva”.

A memória coletiva é transmitida pelos ensinamentos da sociedade. A existência de arquivos que preservam essas memórias é um benefício, pois todos os dados, as informações e os elementos que reconstróem o passado podem ser estudados, especialmente sobre as diferenças e mudanças sociais. Bellotto (2014, p. 307) ao tratar de arquivos acrescenta que “não são as informações nele contidas, mas sua forma e contexto que lhe dá relevância”. Os documentos de arquivos são “relevantes para o conhecimento da história de alguém ou de uma instituição”. (BIANCAMANO, 2005, p. 316).

Com o interesse de desvendar o passado, os arquivos, guardiões de documentos, são locais próprios para encontrar informações com interesse histórico e, para que isso aconteça, “é necessário fazer a história falar através dos testemunhos materiais do passado, possibilitando que, como documento histórico, o objeto possa transmitir o maior número de informações possíveis”. (POSSAMAI, 2000, p. 98).

É importante lembrar que o lugar de memória não fica restrito aos arquivos e museus, encontra-se, também, nas lembranças que cada um carrega durante a vida. O convívio familiar, a escola, o grupo de amigos também são produtores de memória, pois têm a atribuição de preservar as culturas e os valores sociais. Os lugares de memória “estabelecem relações de pertencimento a espaços que não são mais habitados, mas que tonificam a preservação do simbólico”. (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 58).

Para preservar a memória, é necessário preservar os registros que são reveladores do passado. No caso, os documentos de arquivo estão embebidos de significados e interpretações; nesses documentos estão presentes “questões referentes à memória e ao patrimônio”. (POSSAMAI, 2000, p. 104). Os documentos arquivísticos são considerados, entretanto, como “bem patrimonial, emanados do saber e da memória da humanidade, com sentidos determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 60). Entende-se que “patrimônio cultural é o suporte do direito à memória porque nele ela encontra o seu fundamento e o seu conteúdo”. (DANTAS, 2010, p. 111). Então, existe o compromisso de conhecer e zelar por esse patrimônio.

2.2.1 Arquivos judiciais e a preservação da memória

Os arquivos judiciais são espaços que guardam e preservam as informações e conservam o patrimônio escrito da instituição. Porém, quando se fala em preservar a memória, Nora (1993) entende que a memória não é espontânea, é necessário que existam lugares que deem significação a ela.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (p. 13).

Para que a memória não se apague, não fique esquecida, aos arquivos e outras instituições cabe a função de preservar e conservar as informações. O acervo documental do Judiciário é um exemplo de arquivo que mantém, sobretudo, a preservação da memória de uma sociedade, entendida do ponto de vista social, ou seja, enquanto “memória coletiva”, conceito apresentado e definido pelo sociólogo francês Halbwachs. (2006).

Os arquivos judiciais preservam uma memória escrita. Quando os documentos são preservados e conservados, se mantêm íntegros os registros de determinado grupo ou de uma pessoa. Quando os documentos forem tocados e lembrados, a memória estará sempre presentes. Os arquivos judiciais testemunham a história do Judiciário, histórias de vidas dos cidadãos e vestígios de práticas sociais de tempos mais distantes.

As pessoas envolvidas em processos judiciais relatam fatos que aconteceram em suas vidas. Durante o curso dos processos, as partes e seus advogados se manifestam de forma oral e escrita. São ouvidas pelos operadores do direito, e na audiência é o momento em que todos vão expor sua versão, buscando o convencimento do juiz. Os processos judiciais são produtores de informações e, quando destinados a arquivos, contemplam fragmentos de memória de pessoas e da instituição do Judiciário.

Neste aspecto, os arquivos judiciais reforçam a trajetória das instituições judiciais e as características de uma sociedade. Conforme Axt:

As fontes judiciais, além de permitirem o acesso a uma nova perspectiva do Estado, têm servido para reconstruir uma experiência social, não apenas perdida, mas, também, muitas vezes, ocultada por uma memória politicamente construída, geralmente elitista, excludente e comprometida com os esquemas de dominação. (2016, p. 112).

As informações extraídas dos processos judiciais, dizem respeito à memória e organização da justiça e também sobre os valores, comportamentos e cotidianos de uma sociedade. Muitas vezes os documentos de um acervo judicial manifestam interesses particulares e requerem as informações de dados que comprovam sobre situações de vida dos sujeitos. Alguns remetem à dor, à tristeza, a perdas, mas, por outro lado, também representam para outros, ganhos e vitórias. Esses fatos são registrados configurando uma fonte valiosa de informações e de preservação da memória. O processo judicial, depois de escrito, registrado, não deve ser simplesmente guardado, mas deve, ser difundido e utilizado como meio para conhecer o passado a partir desses registros.

O momento do registro das informações dos processos judiciais é quando o escrivão põe a termo⁸ tudo o que foi falado durante a audiência. Aquele conjunto de informações, narrado ao juiz é o que vai enriquecer o processo judicial. Desse modo, após o fim do processo, esses registros vão resultar em uma memória das pessoas envolvidas, dos magistrados, e dos advogados.

2.3 ARQUIVO E PATRIMÔNIO CULTURAL

O arquivo judicial é um local de guarda e preservação dos documentos produzidos pelo Poder Judiciário. Nele encontram-se custodiados documentos importantes para a investigação da História, para conhecer a formação da identidade de um determinado povo e para preservar a memória. Por isso pode-se dizer que o arquivo permanente do Judiciário constitui o patrimônio cultural brasileiro. Para conhecer sobre patrimônio cultural são apresentadas algumas definições, sobretudo da Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu art. 216, o que constitui patrimônio cultural.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. (BRASIL, 2015, p. 16).

A Constituição também legisla a competência dos entes públicos para a responsabilidade de preservação de documentos e objetos históricos em seu art. 23, inciso III: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural”.

⁸ Pôr a termo na linguagem forense significa concluir o que foi dito.

(BRASIL, 2015, p. 16). A competência comum determinada pela Constituição visa a garantir a proteção desses bens, levando em consideração os valores histórico, artístico e cultural com uma reciprocidade entre os entes estatais, ou seja, a proteção que se deve dar em ação conjunta.

A legislação estabelece os meios de atuação conjunta dos entes políticos, e, para conhecer o patrimônio cultural destinado à proteção e preservação, publicação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) define que é:

Qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, s/d, p. 4).

Esse entendimento corrobora o Manual de Referência do Patrimônio Mundial: Gestão do Patrimônio Mundial Cultural,⁹ que recentemente foi traduzido para o português, para aumentar o acesso ao conhecimento sobre os bens que formam o Patrimônio Mundial.

A definição de patrimônio foi ampliada de forma significativa no último meio século. Os bens considerados patrimônio tendiam a ser monumentos individuais e edifícios, como locais de culto ou fortificações, sem nenhuma relação com as paisagens, que os rodeavam. Hoje, reconhece-se que o ambiente como um todo é afetado por sua interação com a humanidade e, por isso, pode ser reconhecido como patrimônio. Torna-se ainda mais necessário fazer julgamentos sobre o que tem significado e o que não tem. (2016, p. 5).

Esses conceitos fortalecem a ideia de que o patrimônio não é um objeto ou um bem isolado, ele está inserido em um contexto que o define. O próprio Manual considera as abordagens de conservação convencional e a abordagem baseada em valores. A primeira, “adotada pelos profissionais de conservação no início do movimento moderno de conservação no mundo ocidental” (2016, p. 28), objetiva a “conservação dos materiais ou dos tecidos originais identificados com monumentos e sítios que deveriam ser preservados para o bem das gerações futuras” (p. 28). Quanto à abordagem baseada em valores, o Manual afirma que:

em muitos sentidos, uma resposta à complexidade cada vez maior do campo do patrimônio. Evoluiu em diversos países, como o Canadá e os Estados Unidos, e se tornou mais conhecida por meio da Carta de Burra, elaborada pelo ICOMOS, na Austrália, em 1979 e posteriormente atualizada. Nessa carta, promoveu-se a avaliação do significado de um lugar, com base nos valores atribuídos por todos os

⁹ Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002442/244283POR.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

interessados (não apenas pelos especialistas) e o uso de uma declaração de significado como base para desenvolver estratégias de conservação e gestão. Tal conceito foi aprofundado nos trabalhos de James Kerr sobre planos de conservação (1982). Ele promoveu uma abordagem sistemática do desenvolvimento de planos de conservação e gestão baseados em valores e, o que é mais importante, do significado cultural de um lugar de patrimônio para a sociedade. Nessa abordagem, ele adotou a premissa de que os integrantes de uma sociedade atribuem valores diversos ao patrimônio (p. 28).

A ampliação do conceito de patrimônio surge então pelos apelos da sociedade, ou seja, a atribuição de valor ao patrimônio daquilo que a sociedade considera que deva ser preservado. Nas “últimas décadas do século XX ocorreu uma ampliação da noção de patrimônio histórico para a de patrimônio cultural”. (FURNARI; PELEGRINI, 2006, p. 31).

Para Canclini:

O Patrimônio Cultural – ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos – não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos. (1994, p. 99).

O autor define “quatro paradigmas políticos-culturais a partir dos quais se definem os objetivos da preservação do patrimônio”. (1994, p. 103). Dentre eles, encontra-se o “participacionista”, que “concebe o patrimônio e sua preservação relacionando-os com as necessidades globais da sociedade”. (CANCLINI, 1994, p. 105).

Entende-se que a leitura do passado ocorre por meio desses patrimônios que constroem a identidade de uma sociedade. As pessoas agregam valores aos bens e objetos com os quais elas se identificam, e isso inclui o estudo de documentos que revelam muito sobre o passado. Machado (2004, p. 32) argumenta: “Tudo o que registra a presença do homem em um espaço e tempo determinado é considerado documento.”

Pois os documentos,

contêm informações importantes sobre o modo de vida, hábitos e valores de uma determinada época. De posse de um documento ou de um conjunto deles, podemos reconstruir o modo de vida social da comunidade que estamos investigando através da identificação da época em que foi produzido, do tipo de texto e a finalidade do mesmo. (MACHADO, 2004, p. 33).

Bellotto (2014, p. 137) acrescenta: “O patrimônio documental seria o referente aos acervos dos arquivos permanentes/históricos, sendo parte bastante significativa do patrimônio histórico.” Entende-se que os documentos do CMRJU são classificados como patrimônio documental-histórico; por essa razão, estão custodiados em um arquivo permanente.

Essa compreensão do que é patrimônio está definida na legislação atual. No entanto, a preocupação com esse assunto é mais antiga. Em janeiro de 1937, a Lei 378¹⁰ criou vários órgãos de organização, dentre eles, os de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), com a finalidade de promover “o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”. Para determinar o cumprimento da Lei, foi editado no mesmo ano o Decreto 25¹¹ para regulamentar¹² a atividade de preservação. Nas palavras de Machado (2004, p. 11), o “Decreto delimitou esferas de atuação, critérios de tombamento e estabeleceu os direitos individuais de propriedade sobre bens móveis e imóveis”.

Assim, o art. 1º do Decreto define:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por se achar vinculados a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (1937, s/p.).

Posteriormente, o Sphan passou a ser conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), permanecendo até os dias de hoje e, segundo Martins (2001, p. 29), “adotou a atitude modernista, ou seja, a de procurar bens culturais que expressassem o caráter nacional para assim construir a tradição brasileira”. De acordo com esse entendimento, “a vida humana em sociedade constitui e constrói a história, a cultura, a educação de uma sociedade e a forma de ‘transmissão’ destes elementos está ligada à prática educativa”. (MACHADO, 2012, p. 28).

Com o objetivo de contribuir na construção da história local e na sua relação com a nacional, o acervo do CMRJU mantém os processos com a potencialidade de buscar os relatos históricos, para conhecer melhor o cotidiano de dado período. Desse modo, o CMRJU se classifica como patrimônio material, de natureza histórica, assim definido pelo Iphan¹³: “O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais

¹⁰ Lei 378, de 13 de janeiro de 1937, dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2016.

¹¹ Decreto 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 4 abr. 2016.

¹² Os principais instrumentos oficiais de proteção do patrimônio cultural-brasileiro são o tombamento e o registro e podem ser feitos pelos governos federal, estadual e municipal, com suas respectivas legislações. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, e o registro pelo Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000. (IPHAN, 2016, p. 10).

¹³ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

classificados segundo a natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico, belas artes; e das artes aplicadas.”

Ao contribuir com esses entendimentos, Oriá e Pereira acrescentam:

Hoje, preservar o Patrimônio Cultural é, acima de tudo, uma questão de cidadania: todos temos o direito à memória, mas também o dever de zelar pelos bens de nossa diversidade cultural. Assim, a política de preservação e usufruto de nossa memória deve ser encarada não como uma questão do passado, mas, sim, como uma tarefa de todos os brasileiros no presente. São os homens e as mulheres no presente que elegem os bens culturais reveladores de seu passado e de seu presente para a constituição de sua identidade como sujeitos históricos e cidadãos plenos, que constroem coletivamente suas múltiplas memórias. (2012, p. 167-168).

A preservação do patrimônio reforça a identidade de uma sociedade. Portanto, preservar e manter a identidade de um povo é responsabilidade de todos. Percebe-se que o conceito de patrimônio é amplo, levando-se em consideração o valor individual que recebe. “A definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção de bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis.” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 32). As normas internacionais¹⁴ se propõem à sua proteção. Estas normas de modo geral:

imprimiram novos parâmetros de análise à questão do patrimônio, na medida em que propuseram a ampliação do conceito de monumento, recomendando também a preservação de obras consideradas modestas que tenham adquirido significação cultural e a proteção de conjuntos, bairros ou aldeias que apresentem interesse histórico e cultural. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 33).

Desse modo,

é fundamental a existência de um patrimônio conhecido, de uma memória preservada para que se possa construir uma identidade cultural, baseada nas representações que os indivíduos desenvolvem, identificadas com os objetos significativos que essa memória preservada se encarrega de manter vivos e atuantes na sociedade. (MACHADO, 2012, p. 24).

Cada cidadão pode dar um sentido de patrimônio para um bem isolado, ou seja, daquilo que considera importante para si ou para um grupo de pessoas. Por isso, “a estruturação de sentimento de identidade e de cidadania passa pela apropriação do patrimônio cultural e funda-se na capacidade de os grupos e atores sociais se sentirem sujeitos do processo de seleção e preservação do seu legado cultural”. (MACHADO, 2004, p. 28).

¹⁴ A Carta de Veneza e a Declaração de Amsterdã, resultantes dos congressos realizados, respectivamente em 1964 e 1975. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 33).

Desse modo, Lemos reitera sobre a necessidade de um objeto estar relacionado ao ambiente em que está inserido:

Um objeto isolado de seu contexto deve ser entendido como um fragmento, ou um segmento, de uma ampla urdidura de dependências e entrelaçamentos de necessidades e interesses satisfeitos dentro das possibilidades locais da sociedade a que ele pertence ou pertenceu. Daí, a inoportunidade de algumas coleções ou museus ditos “pedagógicos”, que, isolando objetos diversificados, nada elucidam e mais, nos constroem com sua inutilidade. (2004, p. 11-12).

O autor entende que a base “do ‘como preservar’ está na elucidação popular, na educação sistemática que difunda entre toda a população, dirigentes e dirigidos, o interesse maior que há na salvaguarda dos bens culturais”. (LEMOS, 2004, p. 109). Quando o objeto está inserido no seu contexto, e se tem a valorização pela sociedade, a contribuição para a preservação patrimonial é mais objetiva, para atender os interesses da comunidade local.

Segundo esses conceitos e definições, o patrimônio cultural não se refere apenas aos monumentos e às arquiteturas ou a registros de fatos históricos extraordinários. O patrimônio cultural parte da simplicidade e ideia de valor que a sociedade ou uma comunidade confere a algo que identifique a sua cultura. Grunberg, a partir do questionamento sobre o que é Patrimônio Cultural, assim o conceitua:

São todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança. (2007, p. 5).

O patrimônio cultural é proveniente do que a população ou uma comunidade acredita ser relevante para a formação e identidade da sociedade, Oriá e Pereira afirmam:

Adota-se, portanto, uma noção mais abrangente de Patrimônio Cultural e se rompe com a visão elitista que considerava apenas objeto de preservação cultural as manifestações de classes historicamente dominantes, incorporando, a partir de então, os registros e modos de expressar a cultura de diferentes grupos étnicos e sociais que contribuíram e contribuem para a formação da sociedade brasileira. (2012, p. 166).

Chauí, citando o exemplo do Departamento do Patrimônio Histórico, da Secretaria Municipal de Cultura do Estado de São Paulo, informa que esse órgão, ao trabalhar com o patrimônio histórico-cultural,

trabalhou com uma multiplicidade e a diversidade das memórias, assegurando o direito à diferença; ao mesmo tempo, trabalhou com os diferentes suportes de memória buscando unificá-los tematicamente. Afirmou, assim, a prática de um serviço público garantidor de direitos da cidadania e não definidor estatal da memória do produtor do consenso sobre os semióforos. (CHAUI, 2006, p. 128).

Para entender o passado com essa perspectiva de conhecer outros grupos, que não os dominantes, e de garantir direitos de cidadania que os arquivos contribuem com a pesquisa histórica. Seus documentos são parte do patrimônio local e regional por guardar informações sobre o passado e da história de um grupo de pessoas, que não faz parte dos grandes acontecimentos históricos. A visita em arquivos para os alunos se torna um recurso educativo em que eles vão relembrar fatos e episódios históricos. Os alunos, munidos dos materiais de proteção, podem manusear alguns documentos, fazer a leitura dos mesmos e esclarecer as dúvidas. É a partir desse contato que o aluno vai adquirir mais interesse em participar de visitas e oficinas oferecidas nesses espaços. Com o objetivo de difundir a cultura e preservar a memória, os arquivos contêm propostas pedagógicas para transformar o patrimônio documental em algo mais atrativo para os professores e pesquisadores, estendendo-se para a sala de aula, especialmente nas aulas de História.

Através das experiências com o uso de documentos, os alunos podem observar que preservar o patrimônio é cultivar a história e a memória, e isso contribui para a compreensão do passado e do próprio crescimento. É nesse sentido que esta dissertação pretende utilizar o patrimônio documental histórico, para difundir parte da história, utilizando recursos pedagógicos. A partir desses conceitos e métodos, pretende-se desenvolver nos alunos o gosto por cultivar e preservar suas histórias de vida e as histórias de sua comunidade, atribuindo a importância de aprender os conceitos de cidadania e de justiça, na busca de uma formação de seres humanos mais críticos e conhecedores de seu passado. A valorização de objetos de uso pessoal, ou instrumento de trabalho, dos alunos ou de seus familiares, é um importante referencial para que se inicie o interesse em preservar o patrimônio. Esses objetos simbolizam o passado e é a oportunidade para relacioná-los com o presente.

2.4 ARQUIVOS JUDICIAIS NA PESQUISA HISTÓRICA

As possibilidades de utilizar os processos como fontes para a pesquisa histórica são grandes e bastante produtivas. Os processos trazem enfoques de diferentes sujeitos, espaços ou recortes. Os processos, de todas as tipologias, contêm informações a respeito de pessoas, inclusive sobre o desenvolvimento da cidade e região.

A historiadora Farge (2009, p. 108), especialista em estudos referentes ao século XVIII, ao realizar sua pesquisa em arquivos na França, tem em sua obra *O sabor do arquivo*, o estudo voltado para o comportamento das classes mais populares e a escrita da história, esclarecendo que o arquivo “contém ao mesmo tempo o que ele nega e aquilo que quer ouvir”. No entanto, as “histórias que se contam, o investimento de lugares criadores de ação, as representações e os atos prestes a se consumarem, tudo isso são formas embutidas de um saber social e formas reconhecíveis da expressão popular” (p. 108). Esse é um tipo de análise realizada nos documentos. A ideia de estudar os costumes, as questões culturais, econômicas e sociais é o que aproxima os documentos do arquivo do Judiciário serem considerados como patrimônio documental.

Quando se pretende estudar a história de uma comunidade, deve-se levar em consideração toda a construção realizada em torno do modo de vida, dos costumes, das características. Segundo Machado:

O trabalho com a história local contribui para a construção da identidade, na medida em que passamos a conhecer a forma como os diferentes grupos (dos quais fazemos parte) viveram e se organizaram na estruturação do espaço que hoje estamos usufruindo. Essa construção histórica possibilita engendrar o processo de reconhecimento, a percepção dos ritmos de evolução diferenciados, o contato com as memórias e representações locais. O processo de ocupação e transformação deste espaço e o modo de vida social de seus habitantes são fontes primeiras para decidir, selecionar/escolher as marcas significativas de sua existência, isto é, os bens naturais que queremos perpetuar. (2004, p. 46).

As pesquisas que utilizam os processos judiciais como fontes trazem, nos documentos, elementos relevantes em questões sociais, jurídicas e históricas. Através dessas fontes se faz a representação de parte da história. No exemplo dos processos judiciais, Farge (2009, p. 14) argumenta: “O arquivo não escreve páginas de história. Descreve com as palavras do dia a dia, e no mesmo tom, o irrisório e o trágico, onde o importante para a administração é saber quem são os responsáveis e como puni-los”.

Entende-se que os processos judiciais têm a função de servir à justiça, atendendo aos anseios sociais, aplicando suas sentenças. Após sua conclusão, esses documentos são levados a um arquivo onde ficam disponíveis para pesquisas. Nesse momento, é possível fazer outra leitura do documento pelo olhar do historiador e, assim, através deles, investigar alguma situação que seja relevante à História. Essa é uma questão interessante, conforme Campos,

o importante na preservação dos documentos provenientes do judiciário é a aquisição do conhecimento sobre o passado, sobre os dados e informações a respeito do que os homens e mulheres fizeram ou deixaram de fazer, sobre a história e as transformações ocorridas ao longo do tempo. A documentação torna-se, nesta medida, um patrimônio público insubstituível porque são fontes originais das ações político-administrativo, antropológico-culturais, sociais, econômicos e mentais de uma sociedade. Os processos são registros de práticas adotadas. Permitem a desconstrução do passado, o reconhecimento das diferenças que o passado acaba por revelar, as normas e os valores sociais instituídos em seus diferentes contextos, as revelações cotidianas estabelecidas entre os gêneros, às normas e as regras de conduta social, assim como o seu contrário. (2001, p. 42-43).

Nesse sentido a autora argumenta:

O arquivo judiciário apresenta um mundo fragmentado: como se sabe, a maior parte dos interrogatórios é feita de perguntas com respostas geralmente lacônicas ou imprecisas, de partes de frases e de pedaços de vida, com um fio condutor quase sempre visível. (FARGE, 2009, p. 79).

Radünz e Vogt chamam a atenção para os problemas relacionados à aquisição de conhecimento sobre o passado, a partir das fontes de pesquisa que se valem de acervos do Judiciário. Os autores trabalhando com fontes do Judiciário relativos à escravidão no Brasil imperial discorrem:

E como afirma Ginzburg (2006, p. 5), “não é preciso exagerar quando se fala em filtros e intermediários deformadores. O fato de uma fonte não ser ‘objetiva’ (mas nem mesmo um inventário é ‘objetivo’) não significa que seja inutilizável”. Arlete Farge (1999, p. 77), ao comentar sobre a pesquisa com manuscritos existentes em arquivos policiais do século XVIII – onde se encontram processos, inquéritos, interrogatórios, testemunhos, acareações e outros – para permitir o acesso à palavra dos desfavorecidos que não deixaram escritos, reafirma a validade dessa fonte documental. (2012, p. 212).

Em que pese a limitação dos documentos conforme discorrido acima, é com essa matéria-prima que o historiador e o docente-pesquisador trabalham. Nesse viés, convém analisar o documento como um recurso didático. O arquivo tem sempre a missão de preservar e armazenar as informações referentes a experiências vividas. Ao analisar esses documentos, com essa perspectiva, ao historiador interessa a abordagem da fonte em si, “é o uso especulativo dos arquivos, relacionados predominantemente aos pensamentos”. (BELLOTTO, 2014, p. 312). Um novo valor é “estabelecido pelo historiador a partir de perguntas norteadoras de sua pesquisa”. (AXT, 2016, p. 114).

É através desse olhar, daquilo que o historiador pretende pesquisar no documento, que os processos mostram uma pequena parcela da realidade social dos indivíduos e da sociedade em que vivem. O problema que o historiador poderá encontrar ao pesquisar

processos será a não continuidade das fontes, pois alguns processos não possuem um desfecho, uma decisão judicial.

Os documentos judiciais são rígidos por suas características, pois são públicos e, ao mesmo tempo, desenvolvidos por razões de interesses particulares. A escrita técnica e a apresentação formal, envolvendo pessoas públicas, tais como: juízes, advogados, promotores, delegados e escrivães, podem dificultar uma leitura mais didática apresentada pelo documento. Mesmo com essa dificuldade, a pesquisa em documentos judiciais é instigante. Segundo Axt:

As fontes judiciais, produzidas pelo Poder Judiciário e pelos operadores do Direito, cada vez mais vêm sendo objeto de interesse dos historiadores, no Brasil e no mundo. Dois são os vetores que explicam esta tendência: de um lado, cresce o interesse da sociedade em conhecer o funcionamento do Poder Judiciário, de outro, percebem os estudiosos que os processos judiciais encerram um feixe profícuo de informações sobre as relações sociais e de poder de tempos passados. (2004, p. 340).

Entendendo o processo judicial como um documento que traz vestígios históricos, se consegue viajar no tempo e perceber as diferentes fases pelas quais a sociedade passou. São perceptíveis, em cada período pesquisado, as condutas sociais, as mudanças de pensamentos e os anseios. Assim, “uma vez que o patrimônio histórico e artístico abrange bens de várias épocas, da mais remota ao passado recente, ele nos mostra outros tempos, outros modos de viver, outros costumes, valores, técnicas, enfim, outra cultura”. (MARTINS, 2001, p. 44).

Aliás, esses ensinamentos formalizam o documento judicial¹⁵ que tem suas peculiaridades de acordo com os conceitos e as fontes do Direito, oriundos dos juristas, que buscam também no passado seus convencimentos. A partir dessas fontes é possível apresentar uma pequena parte da História, tendo destaque para questões de posse de terras, processos criminais envolvendo paixões, conflitos, tensões sociais e outros dramas.

Para Axt:

Para os historiadores, os arquivos reúnem, ainda que de forma imperfeita e parcial, fragmentos por meio dos quais podemos acessar mundos e experiências humanas perdidas, cuja reconstituição pode ser essencial para o estabelecimento de referenciais identitários. Mas os documentos não falam por si só. Cada historiador, ao compulsar um corpo documental, organiza e elabora séries documentais, sistematizando dados e construindo sentidos analíticos e interpretativos conforme suas perguntas. (2016, p. 111).

¹⁵ As fontes históricas revelam fatos que deixaram vestígios do passado, sendo grande sua importância para o ensino das disciplinas jurídicas, fazendo o estudante compreender a evolução do Direito e que a legislação em vigor não brotou repentinamente, mas tem raízes fincadas no passado. Neles, o jurista, tantas vezes, encontrará razões que justifiquem seu parecer atual. (NUNES, 1998, p. 10).

Atendendo a uma proposta interdisciplinar, o arquivo do Judiciário possibilita a pesquisa de diferentes áreas do conhecimento, especialmente História, Direito e Sociologia. No campo da Sociologia, é possível conhecer o comportamento da sociedade através dos documentos, especialmente os criminais, que evidenciam as atitudes das pessoas em relação ao espaço onde vivem. No ensino de História, o processo judicial é uma fonte de pesquisa utilizada, para buscar os vestígios do passado e, através dele é possível identificar e trabalhar com as relações sociais, seus conflitos e aflições, e conhecer o passado local e regional além de mostrar a história política e econômica do país. Com o campo do Direito, é a aproximação com o documento oficial do Poder Judiciário, o processo judicial. Nele, encontram-se presentes vozes dos operadores do Direito (advogados, promotores e juízes) e, igualmente, autores, testemunhas e acusados e as relações sociais. Através deles se consegue conhecer mais sobre a cultura jurídica, a lógica com a qual os juízes decidiam os conflitos, e entender os contextos para a aplicação de determinadas leis.

Machado entende a importância da afinidade que as disciplinas têm, pois,

apesar das barreiras, a aproximação entre a história e o direito é essencial para a produção de novos conhecimentos. Para a historiografia a interdisciplinaridade é importante no sentido de se buscar maior conhecimento sobre a atuação da Justiça no processo histórico. (2012, p. 88).

Tendo em vista a importância de um debate e incentivo na construção do conhecimento histórico, com base em outras fontes judiciais, é necessário criar e aplicar ações educativas para o desenvolvimento de uma nova maneira de pensar o conteúdo da disciplina. Com o fundamento de trabalhar com esses documentos, sob esse viés, pode-se apresentar através deles as ações educativas, buscando conscientizar os alunos de seus deveres e obrigações como cidadãos.

Segundo Oriá e Pereira,

entendemos que a Educação Patrimonial, ao articular conteúdos de diferentes áreas do conhecimento, sobretudo da área de Ciências Humanas e Sociais, requer um tratamento interdisciplinar e contextualizado por parte da escola, no âmbito de seu projeto político-pedagógico. (2012, p. 165).

A História e o Direito são campos de conhecimento que se conectam e traçam linhas contínuas de estudo e pesquisa. Nesta pesquisa, a ligação entre ambas as ciências se relaciona pelo uso dos documentos judiciais, para que os estudantes se familiarizem com os documentos através de dinâmicas educativas e, com isso, possam compreender conceitos

históricos sobre a trajetória da formação de um determinado local ou de uma região. Através dos processos se percebem as mudanças em seu desenvolvimento e isso fica bem-evidenciado nos documentos.

Outra questão importante é a percepção acerca da cultura jurídica do período. Os processos informam através das falas o convencimento dos julgadores, as estratégias de defesa dos advogados, e a postura dos envolvidos perante um tribunal. O Poder Judiciário é um órgão importante para a sociedade. Através dele existe a manutenção da justiça, a interpretação e aplicação das leis de forma a defender os interesses da sociedade. Os processos são documentos públicos (com algumas exceções)¹⁶ justamente para garantir à sociedade a publicidade de seus atos.

Por fim, este capítulo se dedicou a expor a definição de arquivos, entendendo que o CMRJU é um arquivo permanente com a função de guardar e preservar os documentos com o procedimento de higienização sempre adequado a cada tipo de papel. Também se esclareceu sobre a importância do arquivo enquanto o guardião de patrimônio cultural, detentor de memória sobre os bens que os indivíduos ou uma dada comunidade atribuem valor histórico.

¹⁶ Processos relacionados à direito de família e interesses de menores de idade, tramitam em segredo de justiça.

3 O CMRJU NA UNIVERSIDADE: possibilidades de ações educativas

3.1 ARQUIVO NA UNIVERSIDADE

O CMRJU é um arquivo integrado à Universidade de Caxias do Sul, instituição privada que mantém a guarda, conservação e a preservação desses documentos para servirem à comunidade. Os arquivos de Universidades ou também chamados de arquivos acadêmicos servem à guarda, preservação e organização dos documentos relacionados às atividades da Universidade e de outros acervos que são recebidos pela Instituição.

Para fins de organização das Instituições de Ensino no âmbito federal, o Ministério da Educação criou a Portaria 1.224, de 18 de dezembro de 2013, que “institui normas sobre manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Ensino Superior”.¹⁷ Essas normas estabelecem o procedimento de organização que as instituições devem manter em seus arquivos, sobretudo para facilitar o acesso à pesquisa e averiguação para fins de regulação, avaliação e supervisão.

Elas servem para regularizar os acervos de universidades públicas, no sentido de manter organizados os documentos relacionados aos serviços prestados por essas universidades, ou seja, as atividades-fins. Assim, a manutenção de arquivos universitários conforme Bottino, é evidenciada

[...] nas ações fornecidas para a tomada de decisões; na fixação das diretrizes tanto do planejamento quanto da avaliação institucional; no apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, contribuindo para o projeto pedagógico; orientando na elaboração de currículos; programas de curso; formação de discentes; atuando como laboratório prático de ensino e pesquisa; servindo como campo de estágio, contribuindo para a produção científica na elaboração dos trabalhos de conclusão de curso; formando novos pesquisadores; apoiando a comunidade; prestando assessoria técnica; colaborando na difusão cultural por meio de publicações, exposições, palestras, cursos, entre tantas outras atividades que podem ser exercidas. (2012, p. 33).

Os arquivos localizados em instituições privadas são criados e organizados da mesma forma que os arquivos das instituições públicas. No entanto, os arquivos públicos “fazem parte de governos, preservam sua memória institucional, atestam a autenticidade de seus papéis”. (KOYAMA, 2013, p. 40). Os arquivos de instituições particulares preservam, além da própria documentação, os acervos diversos, que podem ser doados por famílias, ou por instituições públicas, com o objetivo de ampliar os meios de pesquisa.

¹⁷ Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/public/arquivos/legislacoes/Port-1224-2013-12-18.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2016.

É isso que acontece na Universidade de Caxias do Sul. A Instituição mantém no espaço do IMHC acervos que foram doados, tanto por particulares, como por instituição pública, no caso é o acervo do Poder Judiciário, que, através de Termo de Convênio, criou o CMRJU e passou a custódia dos documentos para a Universidade de Caxias do Sul, que se responsabilizou pela gestão documental. Essa parceria entre o Tribunal de Justiça e a Universidade, na gestão de documentos do Poder Judiciário, está amparada no art. 7º¹⁸, § 1º da Lei 8.159/1991:

Art. 7º. Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias. § 1º - São também públicos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público, por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos no exercício de suas atividades. (BRASIL, 1991, s/p.).

Os documentos não perdem a natureza de bens públicos porque foram doados a uma instituição privada. No entanto, por já terem servido à administração e ao Judiciário, ficam disponíveis para outros fins. O acervo foi recebido pela Universidade para servir como centro de pesquisa e para a prestação de guarda e segurança dos documentos, inclusive para receber os serviços de arquivologia. Para justificar o motivo da transferência e ratificar o acordo entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul com a Universidade de Caxias do Sul, Schellenberg lembra:

As condições em que os documentos são mantidos depende da regulamentação que trata o assunto da transferência de documentos. Esta deve tornar claro que os documentos podem ser transferidos para um arquivo de custódia, não apenas no sentido físico, mas também num sentido legal. (2006, p. 169).

Desde a transferência do acervo, a Universidade realiza atividades de conservação, preservação, pesquisa e divulgação desses documentos provenientes de um órgão público. Esse trabalho visa a mostrar que, no CMRJU, a Universidade atua na organização, conservação e preservação de documentos que não integram a sua administração, mas que são documentos públicos disponibilizados para o acesso à pesquisa acadêmica. A Universidade é uma instituição com a função de divulgar o conhecimento e encontra nos arquivos “unidades de armazenamento, processamento e transferência de informação” (BELLOTTO, 2014, p. 65) que são “agentes da concretização de todas as possibilidades da atividade acadêmica”. (p. 65).

A união do arquivo da Universidade, entretanto, deve cumprir um objetivo social “de melhor informá-la para melhor instrumentá-la a fim de que se absorvam as mudanças

¹⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 23 jun. 2016.

necessárias ao seu próprio progresso”. (BELLOTTO, 2014, p. 78). Para Camacho (2005, p. 103-104), a Universidade é “um lugar apropriado para a criação e divulgação do saber, para o desenvolvimento da ciência e para formação de profissionais de nível superior, técnicos e intelectuais úteis ao sistema”. É nesse sentido que a Universidade corrobora a comunidade acadêmica e escolar, oportunizando o acesso ao conhecimento.

O acervo do CMRJU pode e deve “criar condições de otimização das funções-fim de ensino, pesquisa e extensão”. (BELLOTTO, 2014, p. 75). Para essa finalidade, é imprescindível que o arquivo mantenha a preservação e a recuperação de documentos, bem como seja organizado, com as descrições feitas corretamente, para que o pesquisador possa realizar a sua pesquisa. Para tanto, a Universidade deve “implantar seus programas de gestão de documentos” (p. 75). Nesse sentido, Ohira, Davok e Schenkel (2008, p. 151) entendem que o programa de gestão tem a “finalidade de implementar um gerenciamento de arquivos fundamentado na legislação e em princípios e técnicas da arquivologia associados à utilização de recursos das tecnologias de informação e comunicação”. Assim,

entende-se ser de fundamental importância a criação, implantação e operacionalização do Sistema de Arquivos para garantir e agilizar o acesso aos documentos produzidos e recebidos em cumprimento às atribuições da UDESC e para garantir eficiência e eficácia às atividades administrativas e acadêmicas. Ademais, a implantação de uma política de gestão documental sistêmica é elemento essencial para oportunizar informação útil e exata aos processos de tomada de decisão, bem como para garantir a preservação da memória institucional que servirá de referência, informação, prova ou fonte de pesquisa. (OHIRA; DAVOK, SCHENKEL, 2008, p. 151-152).

Esse é um exemplo de implantação de gestão documental que atinge o objetivo de armazenar e divulgar as informações da Universidade com eficiência e, principalmente, manter a memória da Instituição. A organização de um arquivo na Universidade, especialmente um arquivo público, está relacionada à regulamentação e a parcerias, com o fim de garantir e facilitar o acesso pelos pesquisadores, professores e alunos que desejam realizar suas pesquisas. Ao arquivo na Universidade é atribuída a função de trabalhar e difundir o incentivo à pesquisa, à guarda e à preservação de documentos, que são os registros da História e da memória. Importante é conhecer como ocorreu a formação do CMRJU, conforme será visto no item seguinte.

3.2 FORMAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA

Antes de adentrar na trajetória do CMRJU é interessante explicar o surgimento dos Centros de Memória no Rio Grande do Sul. Em 23 de janeiro de 1998, o presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Adroaldo Furtado Fabrício criou, por meio de Portaria, o Projeto Memória.¹⁹ O início das atividades ocorreu efetivamente em 6 de julho do mesmo ano, sob a presidência do desembargador Cacildo de Andrade Xavier. Através da Portaria 35/2000, de 11 de outubro de 2000, o “projeto passou a ser o Centro de Memória do Judiciário Gaúcho”. Nova mudança ocorreu em 9 de janeiro de 2002, com a Portaria 01/2002, assinada pelo presidente desembargador Luiz Felipe Vasques de Magalhães, que “transformou o Centro em Memorial do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul”, que está instalado no Palácio da Justiça, na cidade de Porto Alegre, RS. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL).

Com essa transformação, o Memorial do Judiciário passou a constituir Centros de Memória Regionais, com a finalidade de formar parcerias com universidades, centros de pesquisa e direção de Foro, no interior do estado, com a finalidade de preservar a “documentação de primeira instância, dando-lhe tratamento historiográfico, de forma a resgatar e construir a memória da Justiça e do Judiciário em nível local, propiciando o surgimento de canais de aproximação entre o Judiciário e a sociedade”.²⁰

Ocorreu então a parceria com a Universidade de Caxias do Sul, formalizada em 2001, por meio da assinatura do Termo de Convênio entre a Fundação Universidade de Caxias do Sul e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, tornando oficial a doação dos processos judiciais. A Universidade assumiu a responsabilidade de guardar e preservar os processos judiciais, com a missão de fomentar a difusão do acervo.

Desde a transferência dos documentos à Universidade em 2003, o “CMRJU/CXS começou a sair do papel”. (IOTTI; GOMES, 2012, p. 102). O objetivo do acervo do Judiciário é servir a comunidade acadêmica e escolar. Por essa razão, o CMRJU se tornou um local indicado para o desenvolvimento das atividades educativas e de pesquisa.

O acervo do CMRJU é formado por aproximadamente 40 mil autos de processos judiciais findos, que abarcam um período de mais de cem anos, precisamente de 1882 a 2003.

¹⁹ Disponível em:

<http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gauch_o/institucional.html#atividades>. Acesso em: 24 jun. 2016.

²⁰ Disponível em:

<http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gauch_o/memoria_regional.html>. Acesso em: 24 jun. 2016.

(IOTTI; GOMES, 2013). Esses processos tratam das diversas áreas do Direito, pois, nesse largo período, a justiça estadual da região julgou processos cíveis e criminais.

O CMRJU é organizado sob duas formas concomitantes: higienização e catalogação em base de dados. Como explicado anteriormente, os documentos passam por tratamento de higienização, que é realizado de forma manual. Finalizada essa primeira parte de contato com os documentos, eles são acondicionados em embalagens especiais que garantem mais durabilidade, visando à sua conservação.

Com os processos já tratados, inicia-se a indexação do seu conteúdo em uma base de dados interna, que permite o acesso rápido dos processos que interessam ao pesquisador. É com base nessa organização e nesses procedimentos de trabalhos que Lemos (2004, p. 83), ao tratar das formas de preservação, entende que os trabalhos estão de acordo com uma ordem lógica, ou seja, “vão, aos poucos, ensejando o aparecimento daquilo que chamamos de ‘banco de dados’. Essas informações coletadas são importante instrumento operacional e passam a servir constantemente a sucessivos trabalhos de preservação.”

A base de dados do CMRJU já conta com 11.453²¹ processos disponíveis à consulta.²² O banco de dados tem uma função importante, é o momento da leitura precisa para tomar conhecimento das informações e dos dados dos processos, para armazenar o que for relevante. É o modo de descobrir o conteúdo que dá forma e vida aos arquivos.

²¹ Atualizado até dezembro de 2015, conforme Relatório de Atividades do Instituto Memória Histórica e Cultural (IMHC).

²² Os processos estão indexados em uma base de dados local. Ainda não é possível a consulta *online*.

Figura 2 - Reprodução da tela de Manutenção dos Processos da base de dados

Número do Processo	Data Início	Data Término	Data Digitação	Data Cadastro	Caixa/Letra
01	16/06/1972	15/06/1973	16/02/2012	16/02/2012	312 A
03	21/12/1972	23/05/1973	16/02/2012	16/02/2012	312 A
04	18/08/1972	10/10/1972	23/02/2012	23/02/2012	312 A
05	21/12/1972	17/04/1973	23/02/2012	23/02/2012	312 A

Fonte: Base de dados CMRJU.

A base de dados do CMRJU, não está disponível *online*, pois para isso é necessário que a organização siga os padrões exigidos pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade),²³ ou seja, por “fundos ou coleções, seção, série, dossiê ou processo e item documental”. (2006, p. 14).

No CMRJU²⁴, o cadastramento dos processos ocorre por meio de um código numérico em cada documento e número de caixa; em algumas são acrescentadas letras. O arquivo foi organizado dessa forma para atender às funcionalidades do Poder Judiciário, no entanto não está de acordo com os parâmetros da Nobrade. Para Schellenberg (2006, p. 156), as organizações dos arquivos “podem ser meras acumulações de documentos, sem uma ordem perceptível, produzidos em relação a um assunto ou atividade”; os arranjos são de “todas as espécies: numérico, alfabético, classificado por tipos físicos”. (p. 156). Pois são destinados a atender as necessidades do órgão que os criou.

Enquanto essas normas não são atendidas, a base de dados do CMRJU, como um recurso de busca local, auxilia no momento de localizar um documento específico. Na base de

²³ Norma Brasileira de Descrição Arquivística, aprovada pela Resolução 28 do Conarq, estabelece diretrizes para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/publicacoes-2/34-norma-brasileira-de-descricao-arquivistica-nobrade.html>>. Acesso em: 6 jul. 2016.

²⁴ O CMRJU está cadastrado no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (Codearq), e segue os padrões de descrição e de classificação de documentos exigidos pelo Conarq. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/entidades-custodiadoras/o-cadastro/item/centro-de-memoria-regional-do-judiciario-caxias-do-sul.html>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

dados, os documentos são cadastrados de acordo com a tipologia processual, com as datas de propositura das ações judiciais, breve síntese do processo, nome das partes e dos advogados, juízes, escrivães e promotores que atuaram naquela ação.

A principal forma de busca se dá por meio das palavras-chave, elas facilitam a localização dos processos com diversos temas, tais como: homicídio, lesão corporal, crime contra a honra, inventário, investigação de paternidade, cobrança de dívida, ação de alimentos, divórcio, etc. No entanto, quando se pretende realizar a busca por processos que tratam de contextos históricos e tensões sociais, a busca se viabiliza pelas palavras correspondentes a um determinado assunto, como, por exemplo: gênero, crianças, nacionalismo / nacionalidade, terras, etc.

Se o documento não for cadastrado corretamente, torna-se “um empecilho à pesquisa, tanto para professores como para alunos”. (KOYAMA, 2013, p. 28). Isso significa que os documentos armazenados devem estar descritos e cadastrados corretamente, para facilitar a busca pelo pesquisador, tornando a atividade de pesquisa mais eficiente.

Como há um grande número de documentos que já passaram por esses procedimentos, deve-se observar as normas de uso para a pesquisa. O Termo de Convênio assim determina:

Cláusula nona: uma vez constituído o Arquivo, terão acesso à documentação, além dos membros e servidores do Poder Judiciário: a) professores e/ou pesquisadores do Direito, História e áreas afins, ligados a instituição que desenvolvam trabalho reconhecido de pesquisa (universidades públicas e particulares, organizações de classe, instituições públicas, institutos históricos e geográficos, centros de pesquisa); b) estudantes de graduação ligados oficialmente a linhas de programas de pesquisa, tais como: bolsistas de iniciação científica, bolsistas de aperfeiçoamento e outras formas de bolsas de pesquisa praticadas pelas instituições. (TERMO DE CONVÊNIO, 2001, p. 3).

Como se pode ver, no Termo de Convênio consta uma limitação quanto ao uso e à disponibilização dos processos para pesquisa. Pois, para realizá-la no CMRJU, é necessário que o pesquisador apresente um projeto que justifique a utilização para fins acadêmicos desses documentos. O pesquisador assina um termo de responsabilidade e fica comprometido em não divulgar informações, como nomes e sobrenomes, extraídos dos processos para quaisquer fins, sobretudo, manter o sigilo quanto à vida das pessoas vivas, seus ascendentes ou descendentes, no sentido de não divulgar o nome dos envolvidos no processo. Nesse caso, a Universidade se resguarda de eventuais responsabilidades civis e/ou criminais. As pesquisas no CMRJU, quando liberadas, são realizadas por meio de solicitação de pesquisa. A partir de então, é feita a busca dos documentos na base de dados e, em seguida, o pesquisador agenda data e horário para fazer a pesquisa.

O IMHC dispõe de salas bem-iluminadas, individuais e um escaninho onde o interessado pode deixar objetos que não serão utilizados na pesquisa. Durante a pesquisa, é permitido o uso de lápis, lapiseiras, borracha e caderno para anotações. O pesquisador também deve usar luva para manusear os documentos. Não é permitido que o pesquisador mantenha, na sala, alimentos, bebidas ou fume cigarros, também não porte canetas, tesouras, estiletes ou outros objetos que possam danificar os documentos.

3.3 LUGAR DE GUARDA, AÇÕES EDUCATIVAS E O ENSINO DE HISTÓRIA

O desenvolvimento deste estudo tem como preocupação central a publicização do acervo do CMRJU, através de ações educativas que valorizem o arquivo formado por processos judiciais. Os arquivos têm uma potencialidade, em seus acervos, que viabiliza a criação de novas formas de trabalhar com os documentos. Dentre essas possibilidades encontra-se a Educação Patrimonial, mediante ações educativas.

A Educação Patrimonial é bem definida por Grunberg (2007, p. 5) da seguinte maneira: “Chamamos de Educação Patrimonial o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações.” Desse modo, entende-se a Educação Patrimonial como sendo “uma prática e uma reflexão que visam desenvolver, no campo do ensino/aprendizagem, especialmente nos espaços extraescolares, as questões relacionadas à história, à memória, à identidade, ao patrimônio e à cidadania”. (RODEGHERO; CARDOSO, 2015, p. 45).

O trabalho educativo citado por Grunberg pode ser denominado de várias formas, tais como: ações educativas, ações pedagógicas e atividades educativas. Nesta pesquisa utiliza-se a expressão *ações educativas* para evitar embaraços. O exercício de ações educativas é um método utilizado para desenvolver no aluno a construção de novos saberes, para a valorização e preservação do patrimônio cultural.

Essa compreensão sobre a importância de preservar o patrimônio, para garantir a preservação da História e da memória, deve ser aplicada também aos professores que podem trabalhar com a ideia de que o arquivo pode e deve ser uma extensão da sala de aula. Horta, em seu artigo sobre Educação Patrimonial, quanto à avaliação de uma oficina de formação de professores, entende que

os objetos e monumentos do passado são a evidência concreta da continuidade e da mudança dos processos culturais. A comparação da própria casa com as casas do passado pode dar aos alunos a compreensão de como os estilos e modos de vida das sociedades mudam ao longo do tempo. (HORTA, s/d, p. 6).

Para que ocorra a interação com o passado, Duarte (1994, p. 14, grifo da autora) propõe atividades que integrem alunos e escolas para obter uma “educação interdisciplinar, na qual desempenham um papel preponderante os **valores essenciais** a um crescimento harmonioso e talvez a hipótese de salvação do planeta e das pessoas que nele vivem”. A autora atribui a realização dessas atividades como o uso de temas regionais, e acrescenta “qualquer tema é passível de ser tema de uma exposição e objecto de discussão acesa na comunidade, bem como ponte com o passado e com o patrimônio que o identifica” (p. 14).

Para desenvolver essas ações educativas, é necessário estabelecer algumas estratégias e metodologias para que o conteúdo possa ser compreendido e construído com os alunos. As ações educativas devem apresentar resultados positivos no aprendizado e, quando se consegue trabalhar com as possibilidades e os recursos que eles conhecem em seu cotidiano, essas ações se tornam mais produtivas. Deve mostrar a importância de “pensar em experiências de educação em arquivos que possam estimular leituras plurais e inventivas de seus registros”. (KOYAMA, 2013, p. 32). Inclusive oferece aos interessados as possibilidades de prestar um serviço educativo com mais qualidade e eficiência.

Para realizar as ações educativas e retirar delas o melhor proveito, Machado, ao trabalhar com a proposta de patrimônio da cidade, aborda questões metodológicas como a problematização no ensino de História e seu entrelaçamento com a história experiência para construir o saber histórico. Assim,

o objetivo principal da proposta é problematizar questões iniciais ao ensino de história (conceitos básicos, noções temporais, espaciais, objetos e objetivos), bem como alguns princípios metodológicos à transposição didática. Nesse sentido, estamos concebendo os estudos no campo da metodologia da história como derivadas de um entrelaçamento indissociável entre história experiência, princípios teórico-metodológicos e memória (materializados no patrimônio material e imaterial da cidade), interesses cognitivos, significados e formas das representações histórico-didáticas, visando à transposição didática, sempre atentos à relevância do saber histórico no cotidiano do ensino de história. (MACHADO, 2015, p. 133).

Assim, “o ensino de História, ao estudar as sociedades passadas, tem como objetivo básico fazer o aluno compreender o tempo presente e perceber-se como agente social capaz de transformar a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática”. (BITTENCOURT, 2006, p. 19).

Atender a essas estratégias e metodologias não é uma tarefa fácil; o professor precisa testar novas habilidades e ter criatividade para construir o conhecimento com os alunos. Para Anastasiou e Alves²⁵ (2005, p. 69) “não se trata apenas de um conteúdo, mas de um processo que envolve um conjunto de pessoas na construção dos saberes [...]”.

A visita em arquivos é uma aliada na construção do conhecimento; através da leitura e compreensão dos documentos, o aluno desenvolve novas habilidades, conhece seu passado, pode investigar nos documentos os saberes históricos e vai identificar o modo de vida de uma população em determinados períodos. Portanto,

a cultura significa um processo vivido, ou seja, é a vida total de um povo, a herança social que um indivíduo adquire de seu grupo. Ou pode ser considerada a parte do ambiente que o próprio homem criou e, conseqüentemente, é constituída por elementos de identificação. Nessa perspectiva, a cultura é um estilo de vida próprio construído sob elementos – dialeto, alimentação, tradição, valores, normas, técnicas, instituições, construções, arquitetura, etc. – particulares de cada grupo e sociedade. (MACHADO, 2012, p. 29).

Conhecer o patrimônio cultural é relembrar e conhecer também a história de um determinado grupo ou região. O patrimônio cultural é um conceito que, dentre outras denominações, é conhecido como “patrimônio histórico” e “arquivístico”. (MACHADO, 2004, p. 17). Não apenas entendido em “produções de artistas ou intelectuais reconhecidos, mas estendido às criações anônimas, oriundas da alma popular”. (FUNARI; PELEGRII, 2006, p. 36). Esse patrimônio precisa ser conservado, ou seja, “manter a significação cultural”, “é considerar o valor estético, histórico, científico ou social de um bem cultural”. (MACHADO, 2004, p. 19), bem como preservar no sentido de “impedir a degradação do bem” de modo a “manter a substância do bem cultural”. (p. 19).

O arquivo não se restringe apenas a um local de guarda e preservação, ele é um espaço democrático e interativo destinado à difusão cultural. É importante ter a noção de que os “acervos guardam a história das localidades onde estão inseridos, por isso podem ser utilizados efetivamente como fonte de conhecimento, não apenas para os pesquisadores e historiadores, mas de forma mais democrática”. (FREIRE, 2009, p. 51).

Os objetos, documentos ou histórias dos antepassados formam esse conjunto de patrimônio que identifica e determina a formação da sociedade. Através deles se estabelece a ideia de pertencer a um grupo.

²⁵ Disponível em: <<http://www.ufmt.br/proeg/arquivos/2dc95cd453e52a78a17dcc157f04dbf6.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

A preservação do patrimônio em arquivos visa a “garantir a apropriação dos valores referenciais nele contido de forma a construir noções de pertencimento com este espaço erudito”. (FLUCK, 2015, p. 17). Considerando a relação afetiva com a população, a visita em arquivos é uma forma promissora de desenvolver o aprendizado em Educação Patrimonial e, nesse sentido, Knack (2012, p. 21) argumenta que “para investigar um determinado patrimônio, é fundamental perceber suas relações históricas, políticas, econômicas e culturais com a sociedade de que faz parte, bem como procurar outros documentos junto aos poderes públicos, arquivos e museus”.

A importância desse conhecimento reflete-se tanto nos professores quanto nos alunos. Estes podem estimular o contato com os arquivos, desenvolvendo novas formas de conhecimento. Enquanto para aqueles é a possibilidade de trabalhar com os alunos as novas experiências adquiridas.

O estudo da história local é interessante porque os alunos conseguem absorver as informações; os dados que lhes são passados estão muito presentes em seu cotidiano; portanto, esses bens culturais estão “ligados à vida de uma pequena sociedade com limites territoriais definidos, como a casa do fundador de uma cidade, a pequena estação de estrada de ferro abandonada; o túmulo de um benfeitor qualquer, etc.” (LEMOS, 2004, p. 92).

O contato com os documentos é promissor, no sentido de conhecer essas histórias. É através de propostas metodológicas que se consegue despertar a curiosidade dos alunos para saber sobre o passado que o documento vai contar. Portanto, estudar os documentos históricos é a “possibilidade de dar voz e vez às comunidades e, em especial, aos alunos de indagar sobre sua identidade, sobre seu espaço de convívio, suas relações socioculturais, ou seja, sobre a sua memória individual, familiar e social”. (MACHADO, 2013, p. 127).

A utilização de documentos, para entender essas histórias e propor as ações educativas, com o fim de dar valor ao patrimônio documental e explorar mais recursos para o ensino de história, é argumentada por Koyama.

Vistas a partir das experiências de ação educativa dos arquivos, principalmente desde a década de 1980, as atividades educativas visam, principalmente, a valorização do patrimônio documental, e são pensadas como parte da chamada Educação Patrimonial. Já nas pesquisas sobre a produção de conhecimento histórico educacional, os arquivos e seus documentos são pensados mais fortemente como espaços e recursos potenciais para o ensino de História. Esses vínculos de origem institucional, cultural, disciplinar e intelectual expressam-se nas formas que os projetos estudados adquirem. (2013, p. 70).

Conhecer os documentos de arquivo é uma forma de enriquecer o conteúdo de História. O professor vai estabelecer as possibilidades de uso desse documento em aula. Diante desse ponto, Schmidt e Cainelli argumentam que

o trabalho com o documento histórico em sala de aula exige do professor que ele próprio amplie sua concepção e uso do próprio documento. [...] Mas não basta o professor ampliar o uso de documentos; também deve rever seu tratamento, buscando superar a compreensão de que ele serve apenas como ilustração da narrativa histórica e de sua exposição, de seu discurso. Nessa perspectiva, os documentos não serão tratados como fins em si mesmos, mas deverão responder as indagações e as problematizações de alunos e professores, com o objetivo de estabelecer um diálogo com o passado e o presente. (2009, p. 117).

Para Duarte (1994, p. 17), “o aluno, para compreender a história da localidade onde vive, terá que sentir a sensibilidade da população e é no levantamento de opiniões diferentes que cria um espírito crítico e propõe alternativas conducentes ao bem-estar coletivo”. É nesse sentido de compreender a história que Bellotto expõe:

A abertura dos arquivos ao público escolar, aos estudantes dos ensinos fundamental e médio, pode trazer benefícios didáticos surpreendentes. Documentos que atestem fatos corriqueiros da cidade podem, de maneira exemplar, muitas vezes ilustrar as grandes tendências que tenha tomado a história do país. (2014, p. 141).

Tendo como base outros acervos, sejam eles públicos, sejam privados, se verifica a possibilidade de aplicar as ações educativas como fins didáticos. Essas ações, adaptadas ao contexto em que os documentos do CMRJU estão inseridos, podem ser aplicadas de modo a aprender sobre a história da cidade e região. As complexidades sociais expostas no documento, o estudo de leis de determinados períodos e a época que foi produzido reforçam o conceito de ser o processo judicial um patrimônio documental histórico. Contudo,

uma nova concepção de documento histórico implica, necessariamente, repensar seu uso em sala de aula, já que sua utilização hoje é indispensável como fundamento do método de ensino, principalmente porque permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica. O contato com fontes históricas facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada. (SCHMITD; CAINELLI, 2009, p. 94).

O documento histórico aplicado em sala de aula, com a finalidade didática, permite aos alunos obter uma compreensão do seu passado, “contribuindo substantivamente para a construção dos laços de identidade e consolidação da formação da cidadania”. (PCN, 2002, p. 301). No mesmo sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) afirmam que os

conhecimentos históricos contribuem para a construção da identidade, ressaltando percepções de rupturas e permanências, diferenças e semelhanças.

3.3.1 Processo judicial como fonte para o ensino de história

Os processos permitem ao historiador, ao acessar as fontes, que concretize a pesquisa permitindo que se realize o “estudo dos homens no tempo”, que coincide com a própria História. Contribui também para que o historiador aprenda novas maneiras de enxergar a História e novas formas de expressão, que poderá empregar em suas narrativas. (BARROS, 2013, p. 86).

Para que isso ocorra, ao analisar um processo judicial, é importante que o historiador se aproprie de alguns conhecimentos jurídicos, tais como: linguagem forense, sequência dos atos judiciais e seus procedimentos e conheça a função dos operadores jurídicos. Ao se referir à análise dessas fontes, Grinberg (2009) informa que é fundamental que se conheça como se formam os processos, pois são fontes oficiais produzidas pelo Poder Judiciário, e possuem características peculiares da Justiça, inclusive, recebem a intermediação dos operadores do direito.

Ao se apropriar desse conhecimento, o historiador precisa saber

[...] trilhar com as versões, perceber a forma como elas são construídas. Analisar como os diversos agentes sociais apresentam diferentes versões para cada caso e ficar atento, principalmente, às narrativas que se repetem, às histórias nas quais as pessoas acreditam e àquelas nas quais não se acredita. É necessário trabalhar com a verossimilhança. Saber o que é e o que não é plausível em uma determinada sociedade nos leva a compreendê-la melhor. (GRINBERG, 2009, p. 128)

Ao trabalhar com processos, é possível conhecer aquilo que se repete e o que se assemelha e, assim, poder conhecer os fatos e acontecimentos de determinadas épocas. As pesquisas que utilizam os processos judiciais como fontes trazem, nos documentos judiciais, elementos relevantes em questões sociais, jurídicas e históricas. (RADÜNZ; VOGT, 2012).

Em um sentido metodológico,

ler processos judiciais, vidas pretéritas materializadas e constituídas em memórias, significa adentrar num mundo multifacetado que nos possibilita uma pluralidade de caminhos interpretativos, entretanto, é necessário um diálogo metodológico acurado, reflexivo e técnico entre história e direito. (MACHADO, 2012, p. 82-83).

O historiador adquire, a partir desses documentos, um olhar diferente, na tentativa de ver, no processo judicial, uma verdade ainda em construção. Para a justiça, a função dos processos é desvendar a verdade acerca dos fatos apresentados. Essas verdades ficam demonstradas no processo, através dos conflitos entre os envolvidos e na persuasão dos advogados, para influenciar o convencimento do julgador.

Para Chalhoub:

As “coisas” que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência [...] cada história recuperada através dos jornais e, principalmente, dos processos criminais *é uma encruzilhada de muitas lutas* [...]. Resta ao historiador a tarefa árdua e detalhista de desbravar o seu caminho em direção aos atos e às representações que expressam, ao mesmo tempo que produzem, estas diversas lutas e contradições sociais. (2001, p. 41-42, grifo do autor).

Para a análise do cotidiano, por exemplo, os documentos judiciais se tornam fontes do discurso dos operadores do Direito e, também, das falas dos sujeitos que representam o meio social. A esse respeito, Fausto refere:

Muitos personagens são pessoas comuns, invisíveis nos planos dos grandes acontecimentos, e que não figuram na galeria dos “grandes personagens de nossa história”. No entanto, suas vidas e suas interações com um amplo contexto social surgem como chaves de entendimento de ângulos ignorados desse contexto, como se fossem fochos de luz, capazes de alcançar lugares escuros de uma sala que a luminária do teto não alcança. (2009, p. 10).

Através dessas análises e com o uso dessas fontes é possível chegar à conclusão de que “a história passa a ser vista, inclusive pelos próprios historiadores que a praticam, como um campo disciplinar que pode ser subdividido em inúmeras modalidades e que se encontra em contínua e acelerada transformação”. (BARROS, 2013, p. 15).

Os processos judiciais contribuem para essa nova possibilidade de estudo e pode-se dizer que são fontes determinantes para o estudo historiográfico. Os processos judiciais podem ser utilizados como meio de conhecer um pouco mais a história e a memória da cidade e região, assim como trabalhar com a ideia de que os processos, após seu fim, ainda podem ser usados para outros interesses. O interesse da História!

De certo modo, “as fontes judiciais e o conhecimento no campo do direito trazem ‘oxigenação’ aos temas e problemas de estudo da história”. (MACHADO, 2012, p. 84). Os processos após a efetiva decisão judicial, como já foi dito, são destinados a arquivos que veem neles novas possibilidades de uso. Além da pesquisa com documentos judiciais, o CMRJU desenvolve ações educativas com fins didáticos.

3.4 AÇÕES EDUCATIVAS NO CMRJU

Tendo em vista que os processos judiciais são potencialmente fontes de pesquisa histórica “na medida em que o professor faz uso desses tipos de recursos materiais precisa, necessariamente, se conectar a uma disposição teórica pedagógica”. (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 123).

Segundo a pesquisa de Koyama,

o ensino de História com documentos, no Brasil, tem um marco nos anos 80, que se expressa na Proposta de Ensino de História da CENP (SEE-SP), de 1986, como também no formato da prova de história do vestibular da UNICAMP, em 1987, e na publicação de diversas coletâneas de documentos para fins didáticos. Essa proposta surge como parte de uma busca de renovação no ensino de História, na ruptura com a ditadura, e propõe, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos de E. P. Thompson e de Paulo Freire, uma visão do aluno capaz de produzir conhecimento histórico, em uma grande inversão das práticas enraizadas na cultura escolar. (KOYAMA, 2013, p. 208-209).

O uso de documentos em aula para fins didáticos está ganhando grandes proporções. A utilização de documentos para fins pedagógicos viabiliza que o aluno aumente as possibilidades de conhecimento, através de novas formas de analisar o documento. Nesse sentido, o CMRJU iniciou suas propostas de publicização do acervo com dois tipos de atividades: as visitas guiadas e as atividades com uso de documento. Primeiramente, os alunos e professores são recepcionados pela equipe, que passa as informações de todos os acervos que integram o IMHC (Cedoc, CMRJU, Ecirs, Iris e Lepar). Após, o CMRJU inicia os trabalhos com a visita. O acervo é apresentado aos visitantes, que conhecem sua história e sua trajetória, inclusive a apresentação de processos judiciais. Outra informação relevante é o procedimento de conservação e de higienização que, nesse momento da apresentação, é somente explicado oralmente, e mostrado o resultado final com as caixas com processos já higienizadas.

Os alunos têm a oportunidade de conhecer mais profundamente o trabalho de conservação no decorrer da visita ao espaço do IMHC, inclusive algumas escolas agendam horários para realizar a oficina de conservação. A forma como estão guardados e as possibilidades de leitura dos documentos (contextos sociais, cultura jurídica, desenvolvimento da cidade e da região) também são apresentadas durante as visitas. Essas atividades são comuns com todas as turmas de Ensino Fundamental, Médio e para graduandos de Licenciatura em História.

Sobre visitas, Duarte as denomina como recursos que as escolas têm para interagir na construção deste trabalho, em conjunto com a comunidade. Por isso,

as visitas a estas instituições e o bom relacionamento entre elas permitem um trabalho mais profícuo e uma formação mais completa do aluno que se pretende interveniente, crítico e consciente da sua memória colectiva e do património que o define como membro de uma dada comunidade. (1994, p. 17).

Além do mais, durante as visitas ao CMRJU, procura-se demonstrar a importância de preservação e guarda do documento. O acervo tem a preocupação de manter a interação com os estudantes. E, nessa interação, procura valorizar seu “papel social, e a necessidade de preservação dos acervos arquivísticos, muitos arquivos têm colaborado para a ampliação dessa imagem, como se guardassem em seus depósitos os segredos do passado coletivo”. (KOYAMA, 2013, p. 126). Para tornar a visita atrativa, o CMRJU possui o acervo distribuído fisicamente permitindo que o aluno tenha um contato visual com os documentos. Conforme Farge (2009, p. 59), “o contato com o arquivo começa por operações simples, entre outras o encargo manual do material”.

A segunda parte da ação educativa é com o uso de documentos. Para que ocorra a interação do aluno com os documentos do arquivo, normalmente são utilizados processos de Investigação de Paternidade ou de Inventário. O processo é apresentado aos alunos, que mantêm o contato visual com o documento. Quando ocorre a necessidade de manuseá-lo, são utilizadas luva e máscara.

Quando se realiza a apresentação do processo de Investigação de Paternidade, é feita uma abordagem sobre as provas que instruem o processo. Essas provas são feitas por meio de fotografias dos supostos genitores da criança. O processo utilizado na atividade é datado da década de 40,²⁶ quando não havia o exame de DNA; então, o juiz, em regra, analisava as fotografias do pai e do filho, para averiguar a semelhança entre ambos e, assim, poder julgar, se de fato o rapaz era o pai biológico daquela criança. É claro que existiam outras provas juntadas no processo, como, por exemplo: as cartas que o casal usava para se comunicar, as testemunhas que afirmam serem eles namorados, e o próprio exame de sangue. Mas, o mais curioso e o mais eficiente meio de prova era a fotografia. Além do mais, a exposição dos documentos instiga os alunos, pois esses são datilografados ou manuscritos, isso gera muitas dúvidas e curiosidades, pois são realidades diferentes daquelas que eles vivem. Essa,

²⁶ Esse processo judicial será apresentado no último capítulo desta pesquisa, com a descrição da ação educativa, na qual ele se insere.

inclusive, é uma característica dos Processos de Inventário, que têm, no papel amarelado e consumido pelo desgaste do tempo e na caligrafia, a fonte de maior interação.

É nesse sentido que as ações educativas do CMRJU se solidificam. O trabalho é realizado perante uma equipe técnica qualificada, que atua com a mediação de visitas de alunos do Ensino Fundamental, Médio e da graduação em Licenciatura em História. Durante as visitas, é apresentado o histórico do acervo, informações sobre documentos, para que fins foram produzidos, além de contar um pouco da história do Judiciário em Caxias do Sul e na região. Conforme Almeida e Vasconcellos, ao trabalhar com visitas em museus, o professor

pode atuar através das linguagens verbal e gestual mais familiares aos visitantes e, dessa maneira, estabelecer uma mediação entre a exposição e o público do museu, facilitando a recepção e compreensão das mensagens propostas pela exposição e possibilitando que o visitante construa suas significações. (2006, p. 108).

A visita em museus se diferencia por ter um acervo tridimensional, oportunizando ao visitante a visualização dos objetos de maneira expositiva. Na experiência de visitas em arquivos, pode-se conhecer e realizar a leitura dos documentos, revelando uma história particular e peculiar em cada leitura. A visita em arquivos documentais estimula a imaginação.

Durante a apresentação do acervo, procura-se mostrar os processos com uma proposta pedagógica, para que os alunos possam compreender sobre os conceitos de justiça e sobre o Poder Judiciário. A intenção é que o aluno conheça esse documento jurídico, para facilitar a explicação que interessa no momento da atividade, qual seja, a de que aquele documento, após seu fim, pode ser visto como um documento voltado à pesquisa e à formação de memória e cultura de um povo, que caracteriza a cidade ou a região.

A ação educativa com documentos²⁷ também foi realizada com alunos da Graduação em História. A apresentação dos documentos mostra as possibilidades de uso dessa fonte para o ensino de História. Já foram realizadas ações educativas em conjunto com o acervo do Cedoc, que utilizou jornais e do acervo do CMRJU, um processo-crime.²⁸

Com os alunos separados em grupos, a ação ocorreu com as observações e análise das informações dos dois documentos e a compreensão do conteúdo pelos alunos. Os alunos fizeram uso de uma ficha que sugere, primeiramente, analisar o tipo e a qualidade física do documento. A ficha foi utilizada tanto para a análise dos jornais quanto para o processo.

²⁷ Essa atividade integra o rol de ações educativas do CMRJU. Está no capítulo 5, subtítulo 5.4.1.4 com nome de “Fórum de discussão do contexto histórico”.

²⁸ CMRJU/IMHC: 1943, processo 04, caixa 12 D.

Após, os alunos tomaram conhecimento do assunto tratado. Como o processo de lesão corporal foi proposto no período da Segunda Guerra Mundial, a análise desse documento se justifica por tratar de questões sobre nacionalismo, amor à Pátria e cultura nacional. Foi possível analisar o documento através de um outro olhar, oportunizando que o aluno consiga ver as várias possibilidades de estudo.

Frente a esta narrativa, para realizar as atividades com os alunos, e para fins de preservar o documento original, foi necessário reproduzir algumas peças do processo (denúncia, manifestação do defensor do réu, termos de assentada das testemunhas e da decisão do juiz) e utilizar uma ficha de análise de documentos, para atender às propostas do curso.

Os alunos puderam fazer um debate sobre as observações feitas nos dois tipos de documentos. As discussões foram produtivas, o que evidenciou a possibilidade de conhecer aspectos sociais, culturais, e até mesmo o contexto mundial, através de outras fontes, que não as tradicionais.

Machado (2004, p. 33) entende ser “importante analisar as informações nele contidas através da contextualização histórica – quadro institucional, político e ideológico – levando hipóteses sobre a época, usos e costumes, formas de agir, sentir e pensar”. Para Rodeghero e Cardoso, essas atividades de Educação Patrimonial possibilitam

ao aluno graduando dos cursos de História o desenvolvimento de experiências pedagógicas a partir de novas fontes e metodologias de ensino, em especial, da metodologia de educação patrimonial; além de promover a aproximação entre a universidade, instituições culturais e escolas de ensino fundamental no desenvolvimento de atividades de educação patrimonial a partir da exploração de documentos históricos e patrimônio arquitetônico. (2015, p. 41).

Essas ações foram organizadas como forma de análise de documentos. O processo que serviu de suporte para a atividade com os alunos da Universidade está situado no período da Segunda Guerra Mundial. O contexto histórico das duas guerras mundiais deixou vestígios que “podiam ser lidos como parte da construção da nacionalidade”. (FURNARI; PELEGRINI, 2006, p. 20). Os documentos como patrimônio histórico deixam marcas e trazem informações relevantes para a construção de novas relações sociais, pois “representam algum fato importante da história nacional ou da humanidade”. (MARTINS, 2001, p. 30).

Esse papel educativo do arquivo é um recurso para complementar os conteúdos das aulas; para tanto, é interessante que o professor se aproprie dos assuntos e das atividades desenvolvidas. Nesse sentido, é o entendimento de Quevedo, Külzer e Pomatti.

Entendemos que é fundamental o professor conhecer a instituição que irá visitar com seus alunos para que possa preparar e desenvolver atividades e explorar o acervo, a exposição, o ambiente e as potencialidades educativas que o universo museal pode oferecer. Preparar os alunos para uma visita educativa não significa que o professor deve somente salientar as regras de comportamento, e sim indicar o que se pretende nessa saída a campo, pois ela faz parte da sequência didática. (2015, p. 166).

Para fins de efetivar as visitas e tornar as ações educativas mais produtivas, é importante que o professor agende data e horário para uma visita individual ao arquivo. Isso auxilia no momento de explicar previamente aos alunos a atividade que será realizada. Para o professor também é a oportunidade de conhecer o local e os documentos históricos, poder fomentar suas aulas e difundir as propostas de ensino.

Neste capítulo se apresentou que o arquivo na Universidade exerce uma função social em manter a salvaguarda dos documentos do Poder Judiciário, atendendo as exigências legais. O CMRJU foi criado para atender à pesquisa e reconstruir a história e a memória da Justiça. Com o estudo e pesquisa dos processos judiciais o historiador encontra elementos que resgatam a história. As ações educativas no CMRJU se destinam a aperfeiçoar o conhecimento dos professores e alunos, utilizando novas práticas de ensino e aprendizagem.

4 EXPERIÊNCIAS EM ACERVOS DIVERSOS E O ENSINO DE HISTÓRIA

4.1 AÇÕES EDUCATIVAS EM ARQUIVOS CONTRIBUEM COM O ENSINO DE HISTÓRIA

As ações educativas como já foi dito, são práticas que auxiliam na construção de um conhecimento utilizando-se de elementos que, quando problematizados, elaboram uma representação do passado. Nesse sentido, a busca por acervos diversos (arquivos e museus) contribui para incorporar novas aprendizagens. Para compreender o que se pretende fazer em ações educativas, utilizando como campo o CMRJU, foram analisados alguns espaços semelhantes que mantêm o mesmo objetivo de difusão cultural e publicização de acervo. A visita a esses espaços ocorreu de forma virtual e, em alguns, foi oportunizado conhecer também o ambiente físico. Fazer visitas a arquivos e museus é uma oportunidade para conhecer os documentos e materiais históricos ali presentes, mas, sobretudo, fazer o aluno-visitante entender os conceitos que estão envolvidos naqueles locais.

Quadro 1 - Relação dos arquivos visitados

	MUSEU HISTÓRICO REGIONAL DE PASSO FUNDO - RS	MUSEU DA HISTÓRIA DA MEDICINA DO RS	ARQUIVO PÚBLICO DO RS – APERS	ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ	ARQUIVO PÚBLICO DE SP	CIRCUITO DA LIBERDADE EM BELO HORIZONTE-MG
VISITAS NO AMBIENTE VIRTUAL	X	X	X	X	X	X
VISITAS NO AMBIENTE FÍSICO		X	X			X

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante dessas propostas de difusão e publicização, o CMRJU procura interagir com as escolas e com a comunidade, de modo a preservar o patrimônio documental que o arquivo mantém e fomentar o conhecimento histórico. Vale mencionar que as propostas pedagógicas oferecidas pelos arquivos são dinâmicas e realizadas com alunos de diferentes escolarizações. Os recursos para divulgar essas atividades são diversos: *folders*, *banners*, *sites* ou *blogs*. Desse modo, quando se trabalha de forma expositiva, “é preciso compreender as mensagens

propostas pela exposição e construir novas significações a partir delas”. (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2006, p. 105).

Os recursos didático-pedagógicos permitem “aproximação com o mundo dos arquivos de forma a valorizar o patrimônio documental como um bem cultural de relação direta com a cidadania”. (FLUCK, 2015, p. 17). Visam “salientar a importância que os arquivos têm na realização e concretização de ações educativas voltadas para a preservação dos patrimônios que estão sob a guarda dessas instituições”. (CARDOSO; MONTEMEZZO, 2010, p. 12).

A atividade de Educação Patrimonial deve ser estimulada pelo professor, potencializando “maior compreensão da realidade através da identificação, registro, estudo, valorização, preservação e projeção nos seus aspectos dinâmicos e operativos do patrimônio – natural e histórico – do município e região”. (ITAQUI; VILLAGRÁN, 1998, p. 11). Esses recursos utilizados para aumentar o conhecimento dos alunos e fomentar a sensibilidade dependem do interesse e da disponibilidade do professor em aplicá-los. Sobre o planejamento escolar, Bittencourt entende que os professores de História estão sensibilizados e envolvidos em desenvolver “atividades lúdicas e de ampliação de conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: *como é preservado, o que é preservado e por quem é preservado*”. (2008, p. 277, grifos da autora).

Para Almeida e Vasconcellos, uma maneira de trabalhar com conteúdo disponível em arquivos é começar a partir “das coleções, dos conhecimentos produzidos e de uma ideia para desenvolver as exposições e ações educativas”. (2006, p. 106). Quando se pretende trabalhar com ações educativas em arquivos, deve-se “pensar em experiências de educação em arquivos que possam estimular leituras plurais e inventivas de seus registros”. (KOYAMA, 2013, p. 32).

Para Itaqui e Villagrán, é possível pensar e propor

[...] ações educativas integradoras que possibilitem aos alunos uma contextualização dinâmica do conhecimento trabalhado em sala de aula, o que certamente irá colaborar para o entendimento da construção das tramas sociais, tecnológicas, econômicas e culturais concentradas no elemento trabalho. (1998, p. 26).

As ações educativas são ferramentas interessantes e necessárias para a interação da comunidade escolar com o patrimônio. Assim,

a implantação de cursos de Educação Patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população. Esse esforço, articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em nosso país. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 55).

Outra observação interessante é sobre o estudo da relação entre os estudantes e as experiências adquiridas nos arquivos.

Como aponta Taylor, a experiência sensível de leitura de documentos de arquivo implica serem percebidos em seu contexto de produção, imersos em suas séries e correlacionados a outros documentos e séries do mesmo produtor. Também implica serem apreendidos em sua materialidade, cheiros, toque, cores e tintas, e no enfrentamento das dificuldades de sua compreensão, sem limpezas, transcrições e outras pontes “facilitadoras” de sua leitura. Essa experiência sensível só é possível na pesquisa real, feita nos arquivos, e foge dos tempos e restrições das experiências didáticas prevalentes. A interrogação sobre as possibilidades de realização de experiências assim concebidas, nas ações educativas em arquivos é, por si só, um núcleo de pesquisas extraordinário. (KOYAMA, 2013, p. 53-54).

Essas experiências fogem do simples pesquisar e ingressam num contexto de sensações e sentimentos. A leitura dos documentos, as visitas mediadas ou ações educativas sob essa perspectiva permitem que os alunos identifiquem as informações peculiares existentes em um arquivo e que se interessem pelas possibilidades didáticas que esse ambiente oferece.

Os alunos também podem se identificar com as situações e mudanças na sociedade; isso contribui com o aprendizado do que é patrimônio, no sentido de que “patrimônio não se resume apenas ao que é herdado, mas é também aquilo que um grupo significativo da população se identifica”. (MACHADO, 2012, p. 24).

É interessante que, através dessas referências de patrimônio, se possa desenvolver atividades com alunos, como forma de práticas pedagógicas, no sentido de ampliar o conhecimento da História. Reitera-se que essa possibilidade de realizar ações educativas está diretamente relacionada à visita em arquivos e museus.

Koyama (2013), ao pesquisar sobre os diálogos e as relações entre arquivos e educação, trouxe algumas experiências de Educação Patrimonial realizadas nesses locais de memória. A autora menciona uma atividade realizada no Arquivo Nacional da França que propõe,

[...] após a apresentação do local e da função dos arquivos, uma abordagem teórica da questão escolhida, depois uma reapropriação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos na forma de um trabalho técnico ou artístico, apresentado oralmente. O Archives Nacionales dispõe, até o momento, de mais de trinta oficinas que compreendem o conjunto dos períodos medieval, moderno e contemporâneo. (KOYAMA, 2013, p. 51).

As ações educativas são realizadas para que os alunos possam relacionar o conteúdo aprendido em aula com documentos e objetos que fazem a leitura do passado. Alguns exemplos sobre a relação do aluno com arquivos são relevantes à pesquisa e serão abordados neste trabalho, além de aprofundar o conhecimento sobre propostas de Educação Patrimonial.

Esta investigação pretende apresentar as atividades que podem ser realizadas com os alunos, visando destacar a importância de preservar a documentação e, também, de poder trabalhar com documentos judiciais como fontes de pesquisa, incentivando o aluno e o pesquisador a cuidar de um patrimônio cultural capaz de produzir o conhecimento. Com essa perspectiva, o CMRJU realiza a preservação e guarda de processos judiciais e tem o propósito de incentivar alunos e professores sobre a preservação e utilização desses documentos. Para isso serão apresentados alguns *sites* que foram criados para divulgar as ações educativas com documentos públicos. Foi realizada uma análise com detalhes sobre as páginas desses *sites*, com o fim de subsidiar a proposta virtual do CMRJU, para divulgar as atividades desenvolvidas.

Para mostrar algumas possibilidades de ações educativas, realizadas em lugares de memória, são utilizados como exemplo alguns arquivos e museus do Rio Grande do Sul e de outros estados, que fazem a divulgação de suas atividades por meio de *sites* e *blogs*. O uso desses recursos indica que o “universo virtual das redes alastrou-se exponencialmente por todo o planeta fazendo emergir um universo paralelo ao universo físico no qual nosso corpo se move”. (SANTAELLA, 2004, p. 39). O uso da internet é um recurso tecnológico observado por Barros (2003, p. 88): “com o desenvolvimento das novas tecnologias, pergunta-se se já não teremos em pouco tempo um número significativo de trabalhos também explorando as fontes virtuais”. Essa forma de interação digital é bastante atual e usual. A ideia de utilizar a internet como recurso didático cativa os estudantes, pois vai ao encontro do interesse que eles têm em utilizar uma ferramenta que facilite o aprendizado.

4.1.1 Museu Histórico Regional de Passo Fundo-RS

Como exemplo de ações educativas em museus, citam-se as atividades realizadas no Museu Histórico Regional de Passo Fundo (MHR).²⁹ Em visita ao ambiente virtual, verificou-se que no museu são realizadas atividades como “ação pedagógica e Educação Patrimonial junto a diferentes setores da sociedade, em especial a escola da rede pública e privada de ensino nos seus diversos níveis”. (MUSEU HISTÓRICO REGIONAL DE PASSO FUNDO).

Figura 3 - Reprodução da tela do Museu Histórico Regional em Passo Fundo – RS



Fonte: Disponível em:

<http://www.upf.br/mhr/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=2>.

Acesso em: 10 jun. 2016.

O museu tem a função de guardar e preservar os objetos antigos que representam episódios históricos, sobretudo promover a difusão da memória e do acervo histórico-cultural do município de Passo Fundo. Para tanto, foram desenvolvidas ações pedagógicas têm como objetivos:

²⁹ Disponível em: <http://www.upf.br/mhr/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=2>. Acesso em: 10 jun. 2016.

Oferecer “espaço” de capacitação, de qualificação e de “sociabilidade-cultural” aos acadêmicos dos cursos de história, pedagogia, egressos e a comunidade em geral através de trabalhos (atividades e eventos) técnicos e formativos relacionados ao acervo, às exposições do museu, à produção e à socialização do conhecimento histórico regional sob diversas articulações temporais, temáticas e espaciais, e a divulgação do patrimônio histórico cultural;

Desenvolver métodos e técnicas de investigação na área histórica, na perspectiva do patrimônio histórico-cultural material e imaterial, da história local e regional integrando questões referentes ao ensino.

Promover atividades de reflexão em torno do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, trazendo-lhes elementos de identificação e significação na sua singularidade e pluralidade temporal. (MUSEU HISTÓRICO REGIONAL, 2011).

Essas ações incrementam as possibilidades de interferir no ensino de história de maneira positiva. Professores, alunos e comunidade em geral, podem estreitar os laços com os conhecimentos históricos de sua cidade e região. Desse modo, utilizando-se dessa aproximação, se tem a perspectiva de fazer a comunidade valorizar o patrimônio cultural local, no qual se identificam.

Machado entende que a metodologia dessas atividades se dá em dois momentos:

O primeiro momento consiste em definir sobre que demarcação e concepção temporal, espacial e conceitual pretende-se focar o conhecimento histórico e, como segundo momento, sob que problematização-temática se efetivará a situação didática. Devemos considerar que a problematização-temática só adquirirá significado quando pautada na história-experiência e nas hipóteses postas pelos sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva, algumas das possibilidades seriam as propostas do ensino de história por eixos temáticos, história temática, projetos, entre outras, possibilitando a Educação Patrimonial, o estudo e o ensino da história local, regional e nacional. (2012, p. 31).

Essas ações educativas, realizadas em lugares de memória, são suportes para as aulas, especialmente de História, pois atuam com temáticas diversas, e são aplicadas de acordo com a escolaridade dos alunos. Essas práticas possibilitam conhecer o patrimônio, através da Educação Patrimonial. Knack entende o patrimônio³⁰

como uma prática social e também como uma relação afetiva entre os sujeitos e determinado bem, pois as justificativas envolvendo seu tombamento atribuem ao bem uma espécie de “valor histórico”, que objetiva (intencionalmente ou não) legitimar/oficializar a memória de determinado grupo da sociedade. (2012, p. 21).

³⁰ Embora não seja objeto de pesquisa, Knack apresenta algumas implicações sobre o patrimônio. O tombamento de patrimônio histórico é uma ação política que oficializa os bens enquanto patrimônio histórico. É “muito difícil todos os grupos de uma sociedade atribuírem o mesmo significado a um determinado bem, o ‘valor’ histórico, artístico, cultural, etc., varia, por isso, é preciso compreender a prática de preservação do patrimônio como um campo de disputas, conscientes ou inconscientes”. (KNACK, 2012, p. 20).

Os valores atribuídos ao patrimônio determinam a memória e a trajetória de um determinado grupo. Os objetos, documentos e outros materiais passíveis de guarda remetem ao afeto e à vontade de preservar o passado para as gerações futuras. Portanto, esses locais de conservação e de preservação de patrimônio são privilegiados, pois cumprem um papel importante na educação.

Professores e historiadores de Passo Fundo-RS, atuantes nas ações educativas elaboraram algumas sugestões para trabalhar com o conceito de patrimônio. Algumas dessas sugestões de ações estão descritas no quadro abaixo:

Quadro 2 - Ações educativas realizadas por professores de Passo Fundo – RS

(continua)

1) Propor as atividades de Educação Patrimonial articuladas com Ensino de História, Geografia, Sociologia, Artes, etc., no planejamento de trabalho e planos de sequências didáticas (aulas); prevendo nas unidades temáticas os temas plausíveis de correspondência ao contexto social dos alunos, da escola e da cidade, com conteúdos específicos das áreas das Ciências Sociais e Humanas
2) Juntamente com o planejamento de ensino, realizar o levantamento dos conceitos básicos do ensino de História (e de outras áreas), como, por exemplo, tempo e espaço, pois os mesmos serão os articuladores entre a Educação Patrimonial e os conteúdos históricos
3) Planejar de duas a quatro atividades ao ano de Educação Patrimonial de grande porte, como, por exemplo: viagem de estudo; passeio histórico-cultural pela cidade; trilha nos espaços de patrimônio natural ou histórico da região (Reserva Maragato, Povinho Velho, Floresta Nacional de Passo Fundo, etc.) ou nacional (Ruínas Jesuíticas, Foz do Iguaçu, Pelotas, Rio Grande, Porto, Casarões e Museus de Porto Alegre) com posterior montagem de exposição, demonstrando o conhecimento elaborado e as iconografias produzidas
4) Nessa sequência de atividades, pode-se planejar e propor conteúdos com o patrimônio e a história local por ano e por nível, com os devidos aprofundamentos conceituais e procedimentais (alterando a escala/comunidade, cidade, município, região, nacional) e as perguntas-problema de estudo: industrialização, meios de transporte e comunicação, a formação étnica, o trabalho, revoluções, etc.).
5) Estudar o caminho percorrido de casa à escola ou ao trabalho ou campo de futebol, especificando as ruas, os prédios, os monumentos e as praças, as pessoas e as atividades profissionais encontradas; comparar os caminhos dos diversos alunos encontrando semelhanças e diferenças em suas trajetórias
6) Definir, mapear e caracterizar o bairro ou a comunidade em que cada um dos alunos mora e onde se situa a escola: rural, industrial, residencial, comercial

(conclusão)

7) Pesquisar sobre o bairro onde se localiza a escola, reunindo fotos e documentos, realizando entrevista com os moradores mais antigos; o mesmo pode ser feito com uma empresa, fábrica, etc.

8) Realizar a pesquisa sobre os topônimos do bairro da escola, das principais avenidas da cidade e verificar a relação com a história local e nacional e os eventos históricos

9) Realizar pesquisa sobre os grupos sociais que compuseram as comunidades em que moram os alunos, onde se localiza a escola e a cidade

Fonte: Machado (2012, p. 32-33).

4.1.2 Museu da História da Medicina do Rio Grande do Sul

Sobre visitas em museus, cumpre expor sobre outras propostas de ações educativas desenvolvidas e apresentadas no Museu da História da Medicina (MUHM), em Porto Alegre RS. O museu, constituído em 2006, surgiu “a partir de um projeto iniciado em 2005 pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers)”. (QUEVEDO et al., 2015, p. 160). Por meio de doações, o museu recebeu objetos e aparelhamentos médicos que foram utilizados para a constituição e organização do museu e, hoje, com uma excelente estrutura, desenvolve visitas mediadas, ações educativas e pesquisas. As pesquisas têm o sentido de buscar “informações que possam dar maiores subsídios às exposições e também se disponibiliza esse material para o público em geral, normalmente pesquisadores da área de história e de medicina”. (QUEVEDO et al., 2015, p. 162).

O Museu, com acervo tridimensional, com uma apresentação atual e dinâmica (possui uma exposição permanente e uma temporária), atua com ações educativas com alunos do Ensino Fundamental e Médio tendo em vista a preocupação de trabalhar a “educação de forma diferenciada, paralela à escola, buscando o prazer da descoberta e o desafio da construção do conhecimento da cidadania”. (QUEVEDO et al., 2015, p. 164). As ações educativas estão relacionadas com a saúde e são sugeridas a professores, de acordo com o ano e com o conteúdo que o professor está lecionando.

Abaixo, a reprodução da página na internet, em que o museu divulga as ações educativas com fotografias e vídeos. A página inicial é formada por 8 (oito) janelas, e seus conteúdos e informações estão bem distribuídos em cada uma delas. Conta com *links* de acesso que auxiliam o navegante a encontrar com facilidade o assunto que deseja.

Figura 4 - Reprodução da tela do museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul



Fonte: Disponível em: <<https://sites.google.com/site/educativomuhm/home>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

Uma breve descrição das informações disponibilizadas na página: na janela “Institucional” constam as informações relativas ao museu, como histórico, informativos, setor educativo, entre outros. Na janela “Exposições”, ficam armazenadas as exposições com suas informações e imagens. Também tem informações sobre “Amigos do Muhm” e “Pesquisa histórica”, que descreve um pouco as associações e pesquisas realizadas utilizando o museu. É possível ver as publicações realizadas que direcionam a outros *links*, como os de “Publicações” e “Notícias”, passando informações das atividades e como o museu foi se construindo ao longo de sua trajetória. Por fim, o *site* possui o tradicional “fale conosco” através do *link* “Contato”, e os *links* interessantes que direcionam para outros *sites* relacionados a museus da medicina.

4.1.3 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers)³¹ também é um local onde são realizadas ações educativas e outras atividades com alunos do Ensino Fundamental e Médio. Está localizado em um prédio histórico construído em 1906, no centro de Porto Alegre, RS. O Apers mantém um acervo de documentos públicos semelhante ao do CMRJU. Os documentos utilizados como fontes de pesquisa também servem ao arquivo como recursos para ações educativas. Sobre as atividades de Educação Patrimonial desenvolvidas no Apers, destacam-se as oficinas “Os Tesouros da Família Arquivo” e “Desvendando o Arquivo Público: historiador por um dia”. Ocorrem também, visitas mediadas com turmas do Ensino Médio e curso anual de formação continuada em Educação Patrimonial para professores, capacitação para novos oficineiros. Também são realizadas mostras, jornadas, cursos, eventos e exposições.

Além das atividades realizadas no espaço do arquivo, ele possui um *blog* que é constantemente atualizado com as informações das atividades desenvolvidas. Através do *blog* são divulgados eventos e notícias do arquivo, dando total publicidade às suas ações. As atividades são postadas e ilustradas através de fotografias, constando informações de como elas foram realizadas e seus resultados. A proposta do Apers está voltada para ação educativa e cultural, atenta em promover a “difusão do acervo e Instituição, o acesso à informação e à cultura” (Apers). Para conhecer o Apers *online*, está ilustrada abaixo a página da internet seguida do endereço eletrônico.

³¹ Disponível em:
<<https://arquivopublicors.wordpress.com/2012/03/28/atividades-apers-acao-educativa-e-cultural/>>.
Acesso em: 3 jun. 2016.

Figura 5 - Reprodução da tela do *Blog* do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Disponível em: <<https://arquivopublicors.wordpress.com/>>. Acesso em: 9 ju. 2016.

O *blog* possui uma apresentação simples e objetiva, com um breve histórico e muitas informações. É um local interativo, tendo em vista a sua constante atualização. A página possui oito janelas que distribuem o conteúdo das informações, que possibilita ao navegante a uma visita bastante produtiva. Por exemplo, no *link* “Quem somos”, consta a descrição das atividades que o arquivo desenvolve. Possui os *links* “Serviços” e “Associação dos Amigos”, em que se visualiza quem são os apoiadores do arquivo. Nos *links* “Exposições virtuais”, “Projetos patrocinados” e “Publicações”, é caracterizada a publicidade de suas atividades.

4.1.4 Arquivo Público do Estado do Paraná

Outro *site* interessante é do Arquivo Público do Estado do Paraná. Este adotou metodologias de pesquisa histórica e de atividades de higienização, preservação e catalogação de documentos, com a finalidade de aproximar os alunos do arquivo. O Arquivo Público do Paraná possui um vasto número de documentos e, segundo informações que constam no *site*, “o arquivo abre as portas para a comunidade acadêmica e a sociedade, recebe estudantes, pesquisadores, professores e todos os interessados em conhecê-lo ou participar de exposições, palestras, oficinas, cursos e debates”. (GONÇALVES, 2015, s/p.).

O arquivo possui documentos muito relevantes para a história da cidade de Curitiba e do Estado do Paraná. Para que essa documentação seja bem-aproveitada, o arquivo tomou a iniciativa de promover “exposições, palestras e oficinas para a comunidade acadêmica e a sociedade”. Recebe “estudantes, pesquisadores, professores e todos os interessados em conhecê-lo ou participar desses eventos”. (GONÇALVES, 2015, s/p.). Nas oficinas com alunos eles aprendem as técnicas de “higienização, passando pelo processo de conservação, descrição, catalogação e encerrando com a digitalização”. (GONÇALVES, 2015, s/p.).

O Arquivo Público do Paraná possui um *site* na internet, com várias possibilidades de navegação. Possui uma apresentação simples e bem-objetiva, permitindo que o navegante encontre facilmente o que procura. As páginas mais pesquisadas, para fins desta pesquisa, foram a “Pesquisa Histórica” e “Documentos Históricos”. A página da Pesquisa Histórica é interessante, pois é possível abrir *links* que informam sobre os procedimentos para se realizar a pesquisa. Nesse sentido, constam informações sobre o uso da sala de pesquisa, o guia de fundos, que pode, inclusive, ser pesquisado *online*. O *link* do acervo documental traz informações sobre o documento mais antigo, “datado de 1697 e trata de inventário de bens de Baltazar Carrasco dos Reis, um dos primeiros povoadores dos campos de Curitiba”. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ).³²

Abaixo segue a página inicial do Arquivo Público do Estado do Paraná, para ilustrar a forma como os *links* estão distribuídos.

³² Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=77>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

Figura 6 - Reprodução da tela da página do Arquivo Público do Paraná

The screenshot shows the website interface for Arquivo Público do Paraná. On the left is a navigation menu with categories like 'Pesquisa Histórica', 'Documentos Históricos', and 'Serviços Arquivo do Estado'. The top navigation bar includes 'Institucional' and 'Atendimento e Localização'. A search bar contains the text 'palavra-chave'. The main content area features a news article with the title 'Alunos descobrem "tesouro" e aprendem a conservá-lo no Arquivo Público' and a date of 13/10/2015. The article text describes students from IFPR finding documents in a vault and learning about their preservation.

Fonte: Disponível em:

<<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=127&tit=Alunos-descobrem-tesouro-e-aprendem-a-conserva-lo-no-Arquivo-Publico>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

Outro aspecto interessante disponível na página é a “Pesquisa por Itens Documentais, *Online*”, em que o usuário tem a possibilidade de avançar sua busca até o item documental pela pesquisa livre”. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ). Como exemplo, nesse *link* foram pesquisadas palavras-chave de processo criminal, e localizados 114 arquivos. É possível verificar que cada documento possui um código de identificação, o título do documento e, também, um rol de palavras que forma o “Índice de Conteúdo”. É possível abrir para obter mais detalhes que indicam outras informações tais como: datas de início/fim, cidade, número de folhas, produtor, que no caso é o Poder Judiciário e um resumo do conteúdo.

Essa é uma parte explicativa do *site* que é muito importante para esta dissertação, no que se refere à organização do acervo em uma base de dados. O Arquivo Público do Paraná possui um acervo permanente e semelhante ao CMRJU, ou seja, de processos judiciais. O método de catalogação dos documentos em base de dados ocorre da mesma maneira em ambos os arquivos. Segue-se o mesmo critério para armazenar as informações de forma a auxiliar na busca pelos documentos. Porém, o Arquivo do Paraná dispõe de busca *online*,

enquanto o CMRJU precisa se adaptar às possibilidades de disponibilizar documentos pelos meios virtuais. Como já foi explicado no subitem 3.2, o CMRJU necessita de uma reestruturação quanto à sua organização arquivística, no sentido de atender às normas de descrição estabelecidas pela Nobrade. Além do mais, devido a algumas restrições impostas pelo Tribunal de Justiça, quanto à disponibilização dos documentos, ao CMRJU não é permitido que sejam disponibilizados os documentos, pois alguns processos são recentes, sendo necessário manter um rigoroso cuidado para não divulgar os nomes das pessoas envolvidas, em razão de seus ascendentes e descendentes.

Quanto ao arquivo do Paraná, cumpre dizer que, para os pesquisadores interessados em conhecer mais sobre a historiografia do Estado do Paraná, através dos documentos, o Arquivo Público possui uma biblioteca de apoio que está disponível para consulta, e também pode ser através dos artigos publicados nos projetos setoriais.

O segundo *link* que chama a atenção são os Documentos Históricos. Nele é possível visualizar os “documentos temáticos”; nesse espaço, o arquivo “pretende oferecer a cada mês ou data/evento comemorativo um documento que demonstre a riqueza e variedade da documentação presente no Arquivo Público do Paraná”. (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ).³³ Também possui informações sobre as “Mensagens do Governo desde 1892” e “Relatórios do Governo e Relatório de Secretários de Governo, dos séculos XIX e XX” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ). O arquivo contém o acervo fotográfico, vídeos e as Constituições de 1935 e 1947 referentes aos períodos do Império e da República.

A visita ao *site* não se resume a esses *links*. É um *site* rico que difunde histórias locais. Por meio dessa proposta virtual, o Arquivo dispõe de interessantes formas de buscas, que auxiliam o pesquisador e, inclusive, o professor de História, no momento de criar uma atividade.

O *site* possui outros *links*, tais como: “Publicações, Gestão de Documentos, Preservação de Documentos, Transparência, *Links* de Interesse, Exposições, e outros serviços”, muito convidativos para a navegação. Dispõe de recursos fáceis de busca, instigando a desbravar o conteúdo e, devido ao grande número de documentos disponíveis, convida o navegante a conhecer o arquivo físico, que, segundo informações divulgadas na página, somam “41 milhões de itens documentais”. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ).

³³ Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=116>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

4.1.5 Arquivo Público do Estado de São Paulo

Com o intuito de aproximar o arquivo da comunidade escolar, segue o exemplo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que atua com ações educativas, dentre elas, as oficinas pedagógicas para professores e alunos. A difusão dessas atividades é feita por meio de Ação Educativa, Exposições Virtuais, Revista do Arquivo, *Sites* Temáticos, Documentos em Foco e Conferência em Homenagem ao dia Internacional dos Arquivos.

No *site* do Arquivo Público de São Paulo, são divulgadas várias atividades pedagógicas com o uso de temáticas históricas que podem ser trabalhadas com a utilização de documentos. Dentre elas, a identificação e transcrição dos documentos gerando alguns questionamentos que fazem o estudante participar ativamente com esse recurso didático. O arquivo dispõe de nove atividades para alunos do Ensino Fundamental. O objetivo da visita e estudo em arquivos é “incentivar o uso de documentos de arquivo em sala de aula, auxiliando o aluno na percepção da diversidade de ações sociais ao longo do tempo, propiciando assim reflexões sobre o presente, de modo que este se perceba enquanto agente histórico”.³⁴

Fazendo referência, por exemplo, a uma pequena parte do *site* do Arquivo Público de São Paulo, no *link* “Exposições Virtuais” em “Manuscritos na História”, percebe-se que esse *site* traz várias possibilidades de uso de documentos e desenvolve atividades que podem ser realizadas em sala de aula, tanto para o Ensino Fundamental ou Médio. A visita é enriquecedora, pois a diversidade de documentos cultiva propostas dinâmicas, atrativas e esclarecedoras.

³⁴ Disponível em: <http://200.144.6.120/exposicao_manuscrito/index.php>. Acesso em: 23 mai. 2016.

Figura 7 - Reprodução da tela do Arquivo Público do Estado de São Paulo



Fonte: Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

A página é composta por vários *links* que oportuniza ao navegante desbravar as informações. Dentre outros *links*, na página inicial do *site*, tem a “Gestão documental”, em que são dadas as informações sobre a organização, fiscalização e o monitoramento do arquivo. No *link* “Difusão” estão as ações educativas e exposições virtuais que norteiam as atividades dos alunos e professores de maneira interativa, na busca da construção de novos conhecimentos. Também conta com o *link* “Acervos” e “Políticas de acesso”, que disponibilizam informações relevantes para o conhecimento, com um repositório digital com dados, como “documentos, álbuns, fotografias, livros, jornais, etc”. A página é atrativa, com acessos dinâmicos e a cada *link* abre-se uma tela dispendo sobre as atividades e os recursos que tem o Arquivo Público.

4.1.6 Circuito da Praça da Liberdade em Belo Horizonte - MG

Outro exemplo importante vem de Belo Horizonte - MG. É o Circuito da Praça da Liberdade,³⁵ localizado em praça com mesmo nome. É “o maior conjunto integrado de cultura do Brasil”, composto por prédios históricos que serviram a órgãos públicos e, atualmente, é um centro de cultura com “espaços interativos que buscam espalhar a diversidade”. Essas

³⁵ Disponível em: <<http://circuitoculturaliberdade.com.br/plus/>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

atividades surgiram através de um projeto desenvolvido pela Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais, em parceria com empresas privadas e estão logrando bons resultados. O Circuito da Liberdade tem “um compromisso especial com a formação e o desenvolvimento humano, incluindo oportunidades para crianças e jovens em idades diversas”. As visitas e atividades são recorrentes, procuradas por um público diverso. Como os espaços tratam diversas temáticas, as dinâmicas também são variadas. (CIRCUITO DA PRAÇA DA LIBERDADE).

Para divulgar as atividades promovidas, foi desenvolvido um *site* formado por várias páginas que correspondem aos treze locais integrados, como: Arquivo Público Mineiro, Biblioteca Pública Estadual Luis de Bessa, Casa Fiat de Cultura, Sefart Liberdade, Centro Cultural Banco do Brasil, Centro de Arte Popular Cemig, Espaço do Conhecimento UFMG, Horizonte Sebrae Casa da Economia Criativa, Memorial Minas Gerais Vale, MM Gerdau – Museu das Minas e do Metal, Museu Mineiro, Palácio da Liberdade e Praça da Liberdade.

Na página inicial do *site*, é possível conhecer cada um dos locais através dos *links* que direcionam para: respectivos históricos, fotografias, localização e contato. Na primeira página, no *link* “programação”, são expostos todos os eventos e as ações educativas voltadas para a cultura, educação, o lazer, a ciência e tecnologia. Cada espaço propõe sua atividade que pode ser paga ou gratuita, faz a divulgação de local, data e horário.

É um espaço cultural localizado em uma região com prédios históricos de arquitetura imponente, onde são realizadas ações educativas interessantes e bastante procuradas pelos visitantes. Nos museus são apresentadas exposições, atividades com escolas locais e visitas mediadas.

Figura 8 - Reprodução da tela do Circuito da Liberdade de Belo Horizonte –MG



Fonte: Disponível em: <<http://circuitoculturalliberdade.com.br/plus/>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

Esses foram alguns locais pesquisados para fomentar esta pesquisa. Todos esses museus e arquivos citados mantêm os acervos físicos para visitas e consultas. No entanto, como forma de difundir suas atividades, criaram páginas na internet, um recurso bastante prático e utilizado por estudantes, professores e comunidade, que tenham interesse em conhecer e discutir questões históricas.

As possibilidades de conhecer os arquivos e possíveis ações educativas, a partir de *sites* dos arquivos e/ou museus, é o estudo de Koyama ao pesquisar arquivos *online*. As atividades educativas se dividem em dois movimentos:

Ao longo da leitura bibliográfica, percebemos que dois grandes movimentos combinam-se na valorização contemporânea das ações educativas dos arquivos online. Um movimento, que parte dos arquivos, impulsionado pelas culturas da memória, busca criar experiências de educação em arquivos que valorizem o patrimônio documental público: são propostas de ensino que podem ser enquadradas na perspectiva da Educação Patrimonial. Articulado a esse, há outro movimento, ligado às pesquisas sobre a produção de conhecimento histórico educacional e às políticas públicas de ensino de História, que vêm aproximando escolas e arquivos. (2013, p. 24).

É nesse sentido e com a expectativa de difundir o acervo do Judiciário, que o CMRJU pretende desenvolver propostas de ações educativas, que podem ser acessadas por meio da rede. Para isso, primeiramente se pretende fazer a reformulação na página de acesso do CMRJU. E, a partir disso, alimentar a página com propostas de atividades que estão aqui

descritas. No capítulo seguinte, será apresentada a nova configuração da página do CMRJU e a proposta de atualização. Dentro da atualização, estão descritas as atividades que inicialmente serão realizadas pelo CMRJU.

Abaixo segue o resumo das atividades que são realizadas nos arquivos e museus pesquisados.

Quadro 3 - Resumo das atividades analisadas nos *sites* das instituições

(continua)

Local	Objeto	Ações educativas	Outras atividades	Objetivos
Museu Histórico Regional de Passo Fundo – RS	Objetos históricos da cidade e o próprio prédio	Ações voltadas para o ensino. Uso de temáticas e temas relacionados com Educação Patrimonial	Atividades técnicas e formativas; exposições; passeios culturais	Promover ações reflexivas com o patrimônio histórico e cultural, trazendo significação na singularidade e pluralidade
Museu da História da Medicina do Rio Grande do Sul	Aparelhos e equipamentos médicos	Ações educativas relacionadas com a saúde, sugeridas aos professores, de acordo com o ano e conteúdo lecionado	Visitas mediadas; as ações educativas e pesquisas	Provocar no visitante um olhar além dos objetos; despertar a curiosidade, a imaginação, o gosto pela pesquisa e o sentimento de pertencimento
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – (Apers)	Documentos	Oficinas “Os Tesouros da Família Arquivo” e “Desvendando o Arquivo Público: historiador por um dia”	Ação educativa voltada para a difusão do acervo e da Instituição e à cultura	Tera missão de ser o guardião dos documentos e atuar na execução de programas e projetos de educação e ensino

(conclusão)

Arquivo Público do Estado do Paraná	Documentos	Pesquisa histórica; oficinas, atividades de higienização, preservação e catalogação de documentos	Exposições, palestras para a comunidade acadêmica e a sociedade	Aproximar os alunos do arquivo
Arquivo Público do Estado de São Paulo	Documentos textuais, fotografias, mapas, ilustrações, jornais, revistas e livros	A difusão dessas atividades é feita por meio de ação educativa	Exposições virtuais, revista do Arquivo, <i>sites</i> temáticos, documentos e conferência	Garantir aos cidadãos acesso às informações, dando transparência às ações do Estado e contribuir para o fortalecimento da nossa Democracia
Circuito da Praça da Liberdade em Belo Horizonte-MG	Acervo documental, objetos tridimensionais e interativos	Ações educativas voltadas para a cultura, educação, o lazer, ciência e tecnologia	Exposições, teatros, música.	Comprometer-se com o desenvolvimento humano, com oportunidades para crianças e jovens em idades diversas

Fonte: Elaborado pela autora.

Esses locais têm em comum a preservação da memória e a manifestação de vontade em difundir o patrimônio histórico, formador da identidade de um grupo. Para isso são realizadas ações educativas dentro das perspectivas desses espaços. Os objetivos da difusão são para a valorização do patrimônio histórico. Objetos tridimensionais, documentos como papéis, fotografias, jornais, revistas entre outros, promovem a interação com as pessoas interessadas em conhecer esses locais. Existe a identificação, e a curiosidade em saber como as coisas aconteceram o que facilita para a construção do conhecimento.

Outras ideias para a difusão é investir na formação de professores com a realização de oficinas e workshop, por exemplo. Os professores, detentores desse conhecimento sobre a importância de preservar e difundir o patrimônio histórico, merecem uma qualificação

apropriada para seu aperfeiçoamento. Nesse sentido, o CMRJU pretende contribuir com a criação de uma plataforma digital, dando mais visibilidade ao avervo e oferecendo ações educativas que incrementem a difusão como forma de suporte para professores, alunos e demais interessados.

A investigação em outros arquivos foi importante para apresentar formas de interação com os professores e alunos, em ambientes de arquivos e museus com o uso de novas mídias. Foram analisados *sites* de arquivos de outros Estados e cidades mais próximas com o interesse de expandir e conhecer a forma como se estabelece essa comunicação.

5 ANÁLISE DA APRESENTAÇÃO VIRTUAL DO CMRJU E A CRIAÇÃO DO *BLOG*

5.1 HISTÓRICO DA PÁGINA

Neste último capítulo pretende-se apresentar a forma virtual do CMRJU que se dará em três momentos: histórico da página, atualização da página existente e por fim, a proposta de um *blog* para divulgar o CMRJU. Este último como um recurso de difusão das informações e um *menu* de propostas de ações educativas a serem desenvolvidas, como suporte para o desenvolvimento científico e cultural dos estudantes.

O CMRJU atualmente é uma seção do *site* do IMHC, da UCS. A página atual do CMRJU é formada por cinco itens: Página Inicial, Histórico, Documentos, *link* do Instituto Memória Histórica e Cultural e Contato.

Ao abrir a “Página Inicial” do CMRJU é visualizada uma breve apresentação em dois parágrafos. O primeiro informa sobre a assinatura do Termo de Convênio entre o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e a Fundação Universidade de Caxias do Sul, ocorrida em 12 de dezembro de 2001 e sobre a conservação e preservação dos documentos para a divulgação do acervo documental histórico.

No segundo parágrafo estão presentes as informações referentes às linhas de pesquisa que concretizaram o CMRJU. Essas linhas de pesquisa foram desenvolvidas pelo grupo de pesquisa CNPQ para investigar e estudar a organização e atuação do Poder Judiciário na Comarca Caxias. No rodapé da página estão os dados de contato como: endereço eletrônico, telefone e ramal, e da localização do CMRJU, na sala 102, do Bloco 46 da Universidade. A foto na primeira página é ilustrativa dos processos judiciais que compõem o acervo.

Figura 9 - Reprodução da tela do CMRJU no *site* da Universidade de Caxias do Sul



Fonte: Disponível em:

<<http://www.ucs.br/site/instituto-memoria-historica-e-cultural/centro-de-memoria-regional-do-judiciario/>>.

Acesso em: 9 jun. 2016.

O segundo *link* da página traz informações do “Histórico” do CMRJU, desenvolvido em três parágrafos. O primeiro descreve a trajetória da Comarca Caxias do Sul, até a transferência do acervo para a Universidade em julho de 2003, junto às instalações da Biblioteca Central da Universidade. O segundo parágrafo revela informações do início da organização do acervo quando foi dada prioridade na conservação e preservação dos documentos, bem como a substituição das caixas de papelão, por caixas de material apropriado (polionda) para a guarda dos documentos. Contam outras informações sobre o trabalho arquivístico e da criação de uma base de dados. O terceiro parágrafo informa os objetivos do CMRJU como laboratório de pesquisa, especialmente para os cursos de Direito e História, tornando-se uma proposta pedagógica aliada ao ensino e pesquisa oferecida para alunos de graduação da Universidade.

Figura 10 - Reprodução da tela do Histórico do CMRJU



Fonte: Disponível em:

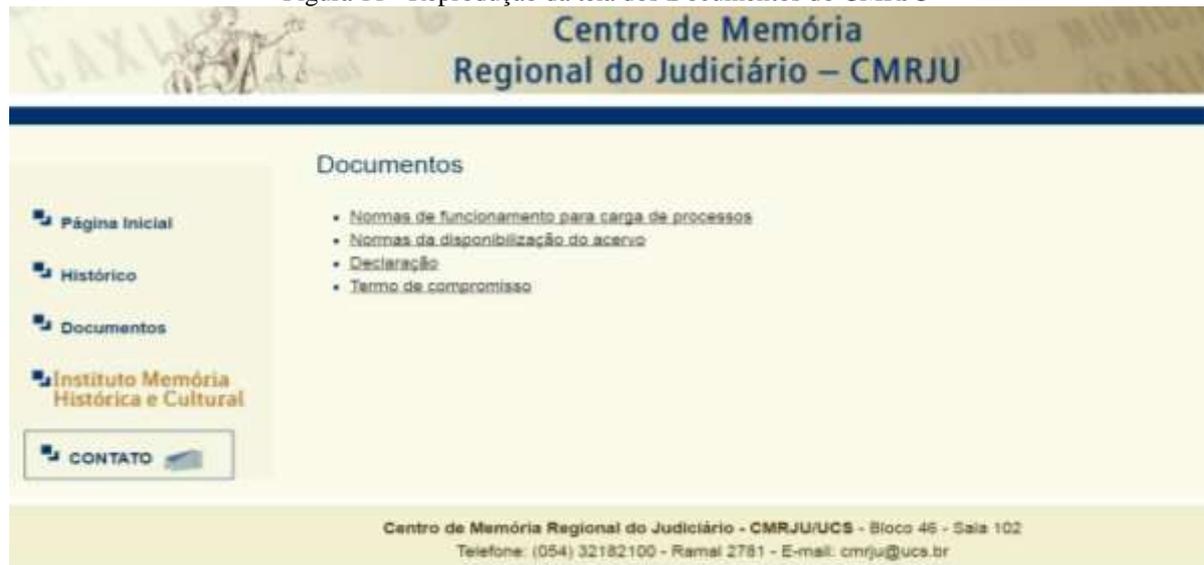
<<http://www.ucs.br/site/instituto-memoria-historica-e-cultural/centro-de-memoria-regional-do-judiciario/historico/>> Acesso em: 30 ago. 2016.

No terceiro *link* chamado de “Documento” contém as informações sobre as normas estabelecidas no Termo de Convênio. Essas normas informam os procedimentos para o uso dos processos em pesquisas e também para realizar a carga.³⁶ O serviço de carga ocorre quando solicitado por advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados, portando a autorização disponibilizada pelo Escrivão do Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul.

Ao analisar a página do CMRJU percebe-se uma confusão no *link* dos documentos. A impressão que se tem é de que os documentos ali referidos são os processos judiciais do acervo disponíveis à consulta *online*. Mas na verdade, os documentos que o *link* se refere são aqueles relacionados às normas, termos e declarações para uso dos processos judiciais em pesquisas.

³⁶ Retirar em carga é quando o Advogado retira o processo judicial do cartório e leva para seu escritório.

Figura 11 - Reprodução da tela dos Documentos do CMRJU



Fonte: Disponível em:

<<http://www.ucs.br/site/instituto-memoria-historica-e-cultural/centro-de-memoria-regional-do-judiciario/documentos/>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

Outras informações que a página do CMRJU dispõe é a opção de direcionamento para a página do IMHC e para o “Contato” onde o interessado deverá preencher com nome completo e e-mail, com fins de enviar mensagens, solicitar pesquisa, apresentar críticas e sugestões. No item “Contato” encontram-se os *links* dos demais acervos do IMHC. Informa também o número de telefone, a localização do CMRJU no bloco 46, na sala 105, conforme figura abaixo.

Figura 12 - Reprodução da tela Contato do CMRJU

Fonte: Disponível em: <<http://www.ucs.br/site/formularios/65/exibir/>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

A navegação na página do CMRJU é muito simples. Tem o propósito de apresentar algumas informações da criação do CMRJU e da forma que está sendo organizado. A página não é interativa, são poucos *links* de acesso que aguardam o “clic” do visitante para abrir e oferecer o conteúdo. As cores que compõem a página são discretas, e a única imagem, da Deusa da Justiça, não traz muita clareza da informação que se pretende passar, ou seja, não corresponde com a Deusa Têmis, historicamente usada como símbolo para definir a Justiça. Entende-se relevante fazer a alteração de alguns dados, tendo em vista que o CMRJU já passou por várias mudanças em sua trajetória e, continua construindo a sua história. Nesse sentido, se propõe fazer a atualização da página do CMRJU, conforme se verá a seguir.

5.2 ATUALIZAÇÃO DAS PÁGINAS EXISTENTES

Neste subitem pretende-se mostrar a atualização das páginas virtuais do CMRJU, com a proposta de repaginação do *site*. A ideia é atualizar algumas informações disponíveis nas páginas e acrescentar no espaço virtual do CMRJU um *blog* para dar mais publicidade ao arquivo. O CMRJU, já realizou grande parte das atividades de conservação e preservação de documentos indexados na base de dados e estão disponíveis para as pesquisas. Os procedimentos de higienização e indexação são trabalhos contínuos e, devido à crescente procura de visitas por escolares, graduandos, especialmente do curso de História e Direito, e da comunidade em geral o CMRJU se caracteriza como um laboratório para desenvolver as pesquisas acadêmicas e promover ações educativas.

Ao abrir a página³⁷ do CMRJU o navegante vai encontrar os itens: “Histórico” e “Documentos”. Esses itens passarão por algumas alterações nas informações dos seus textos, de modo a apresentar a trajetória percorrida pelo CMRJU e as possibilidades para usar os documentos judiciais no ensino, conforme se verá a seguir. O item “Página Inicial” terá destaque um *link* que direcionará para a página do *blog*. O item do “Contato” e o *link* que direciona ao IMHC não serão alterados.

O *link* do “Histórico” merece atualização, no sentido de agregar informações das atividades de, higienização e catalogação na base de dados, implantada em 2005 que mantém

³⁷ É necessária essa nova apresentação das páginas, pois além de estar de acordo com a repaginação do *site* da Universidade, contribui com o aperfeiçoamento das informações nelas contidas. Essas informações são importantes para justificar a implementação do CMRJU na Universidade. Elas avançaram durante a trajetória do acervo e necessitam de atualização, e é com essa perspectiva que se pretende renovar o conteúdo da página do CMRJU.

11.453³⁸ mil processos cadastrados. Este número está em constante alteração e necessita de atualização anualmente, para divulgar os dados quantitativos do trabalho desenvolvido no acervo do CMRJU.

A proposta de atualização é de que o texto informativo do “Histórico” seja este:

O Centro de Memória Regional do Judiciário da Universidade de Caxias do Sul, foi criado em 2003, com a celebração do convênio entre a Fundação Universidade de Caxias do Sul e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Este acordo, transferiu a guarda dos documentos jurídicos para a Universidade, que se responsabilizou pela preservação e organização do acervo, permitindo a consulta pública.

Desde 2011, os documentos foram integrados ao acervo do Instituto Memória Histórica e Cultural, atualmente instalado no Bloco 46. Com esta mudança, os documentos jurídicos, ampliaram o acervo das valiosas peças que contam a história de Caxias do Sul e região, como: filmes e documentários de Nazareno Michelin; fotos e álbuns de família; literatura oral (cancioneiro popular); videoteca; pesquisas; hemeroteca; entrevistas; entre outros.

É importante destacar, que o CMRJU, tem subsidiado pesquisas do campo das Ciências Jurídicas desde 2002. Atualmente, o acervo dos documentos jurídicos é objeto de investigação para trabalhos de História, Letras, Administração, entre outras áreas do conhecimento.

A proposta de descrição do “Histórico” será formada por três parágrafos. O primeiro irá informar sobre a doação dos processos judiciais para a Universidade através do Termo de Convênio assinado com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de que esses processos fossem destinados à pesquisa e preservação da memória.

O segundo parágrafo informará que o acervo foi integrado em 2011, ao IMHC, com os demais acervos, no Bloco 46. E por fim, o terceiro parágrafo trará informações sobre a importância dos documentos para subsidiar a pesquisa histórica. Com fins de deixar a página mais cativante, convém acrescentar algumas imagens do CMRJU.

Conforme mencionado no subitem anterior, para a alteração do item “Documentos” foram visitados alguns *sites* de arquivos e museus, com fins de propor a readequação do nome desse item e surgiu um nome bem sugestivo. O *site* do Circuito Liberdade, de Belo Horizonte - MG³⁹ também utiliza o nome “Documentos” para esse fim, outros *sites* como de Arquivos Públicos dos Estados do Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina, trazem o nome do *link* “Gestão de documentos” e acrescentam informações, tais como: tabelas de temporalidade, manual de gestão de documentos, lei de acesso à informação e outras leis, resoluções, atos e

³⁸ Dados do Relatório de Atividades do ano de 2015.

³⁹ Disponível em:

<<http://circuitoculturalliberdade.com.br/plus/modulos/listas/?tac=espaco&id=11#/informacao>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

decretos dos respectivos estados, além do regimento interno. Para evitar embaraços com essa informação, é pertinente manter disponíveis as normas e formulários, porém, fazer a alteração do nome, “Documentos” para, “Gestão de Documentos”.

5.3 PROPOSTA: UM *BLOG* PARA O CENTRO DE MEMÓRIA

Com essas sugestões de mudança, na página do CMRJU, também foi criado um *blog*, como meio de difundir o acervo da Justiça, e das ações educativas realizadas. Isso porque, um *blog* é um ambiente virtual de atualização rápida, e a sua função será de transmitir informações, atualizadas periodicamente, a cada 45 dias.

Para pensar no *blog* foi utilizada uma metodologia que alia a teoria e a prática para organizar e formalizar o planejamento. Houve a exploração e observação de espaços físicos e virtuais de arquivos e museus no sentido de averiguar como são realizadas as ações educativas nesses locais. Fazer essa investigação foi importante para a escolha da plataforma de divulgação. Nesse mundo de meios de comunicação e tecnologia, foi preciso avaliar qual recurso digital é mais promissor para a função que se pretende.

Foram citadas, no decorrer desse trabalho, várias páginas virtuais de arquivos que já têm trabalhos realizados com ações educativas, e difusão de documentos, alguns, também judiciais. Essas propostas pretendem dinamizar o conteúdo histórico através de outras fontes em outros recursos tecnológicos. Atuam com a possibilidade de incentivar alunos a acessar essa ferramenta de ensino, que é atual e oportuniza bons resultados.

Essas análises são importantes para desenvolver um meio de divulgação para o CMRJU. Foi possível aprimorar atividades já realizadas, propor novas, e estabelecer vínculos com acervos similares, e/ou ambientes virtuais, que operam com a temática do Direito/Justiça e, da cidadania. Oferecer à comunidade acesso do material através de recurso prático, dinâmico e interativo. Portanto, para a divulgação dessas atividades, optou-se pela criação do *blog*. Para Carvalho (2015, p. 87), um “*blog* pode ser um caminho empreendedor que lhe dará autonomia e eficácia”. Além de ser um recurso atual para a divulgação de trabalhos e outras atividades, a construção de um *blog* é mais fácil, com possibilidades de configuração e uso personalizado, ao passo que outros recursos, tendem a seguir um padrão, como é o caso das redes sociais. Contudo, “não basta criar ou ter um *blog*, ele deve ser pensado e planejado para atingir bons resultados”. (CARVALHO, 2015, p. 88).

A internet é um potencial difusor de informações, utilizada por vários locais de memória, com vista a garantir a publicidade dos acervos, e facilitar o acesso por estudantes, professores e comunidade em geral. O uso desse meio de comunicação, no sentido de desenvolvimento, é conceituado por Lemos e Levy como “ciberespaço” que “já fez da cultura um lugar de produção de conteúdo, de conexão livre entre as pessoas e grupos e de reconfiguração da vida social, política e cultural”. (2010, p. 29).

A internet é um meio de comunicação, que pode ser perfeitamente utilizado para publicizar o acervo e, trabalhar como recurso didático e difusor cultural. Um *blog* é a “essência de qualquer comunicação com o intuito de gerar conteúdos de valor, a fim de conquistar confiança, audiência, notoriedade e autoridade no seu ramo de atuação”. (CARVALHO, 2015, p. 88). Atribuir a função educativa ao CMRJU, é uma proposta interessante e atual. Por meio de um *blog* é possível transmitir informações, oferecer uma nova forma de interação, para contribuir com o ensino e aprendizagem, em busca da construção dos saberes.

Por estas razões, apresenta-se a proposta de um produto para o Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. O produto é um *blog* com a função de divulgar as ações educativas realizadas no CMRJU, isso inclui as que já são realizadas, e as novas ações pretendidas que serão apresentadas na sequência.

Devido à demanda de turmas que frequentam o local, é necessário apresentar uma forma para aproximar os alunos do arquivo, e utilizar este espaço, no ensino. Para Koyama,

as experiências de Educação Patrimonial e de ensino de História em *sites* de arquivos propõem, através de suas publicações, formas de educação de sensibilidades, tanto quanto do pensamento histórico. Para compreendê-las, precisamos apreender as tensões presentes em sua construção, cuja aparência é tão fluida e transparente, trazendo para o centro da cena os sujeitos sociais e os conflitos presentes na arena de luta que envolve a definição dessas palavras: memória, patrimônio, documento e ensino de História. E que norteiam suas concepções de produção de conhecimentos históricos educacionais e suas práticas. Precisamos, também, nos debruçar sobre suas aproximações de outras produções midiáticas da alta modernidade. (2013, p. 70).

Tornar a página mais interessante, com novos recursos de busca, e novas informações, irá colaborar com a publicidade do acervo. Além do mais, a proposta de atualização da página, vem ao encontro de seguir o mesmo padrão aplicado pela Universidade, que está executando a repaginação dos *sites*, deixando-os com uma apresentação atual e de fácil acesso.

O desenvolvimento tecnológico, se usado corretamente, em prol do conhecimento, beneficia o ensino devido à facilidade e rapidez com que as informações chegam até a palma da mão. Lemos e Levy (2010, p. 202, grifo dos autores) entendem que: “o espaço global da rede comanda, doravante, todos os outros espaços, já que ele abriga *os processos de inteligência coletiva das comunidades virtuais*. Ele é fonte da potência intelectual [...]” É necessário compreender esse espaço virtual. Portanto,

para compreendê-lo, devemos em primeiro lugar conceber que, uma vez digitalizados, todos os textos, imagens, músicas, dados, signos e outros produtos do espírito humano tornam-se acessíveis imediatamente a partir de qualquer ponto da rede e facilmente, qualquer que seja a localização física do servidor que os abrigam. Esses signos podem estar agrupados ou classificados de maneiras infinitamente diferentes. Cada maneira de organizar esses dados pode ser chamada de um *espaço atual*. O termo *espaço* parece apropriado, considerando que cada maneira de agrupar define certo sistema de proximidade (ou de afastamento, o que significa a mesma coisa). (LEMOS; LEVY, 2010, p. 202, grifo dos autores).

Utilizar o espaço da internet para postar informações é apropriado e bastante funcional, inclusive, para expor trabalhos e auxiliar na publicidade de assuntos culturais. Tendo em vista que, existe um grande número de pessoas que utiliza essa mídia, se for pensar no uso para o ensino, a internet é um recurso dinâmico, contemporâneo e educativo, pois a “internet é a única inteiramente dialógica e interativa”. (SANTAELLA, 2007, p. 52).

Do ponto de vista de Levy, a tecnologia da informação é bastante produtiva e positiva para a complementação do ensino.

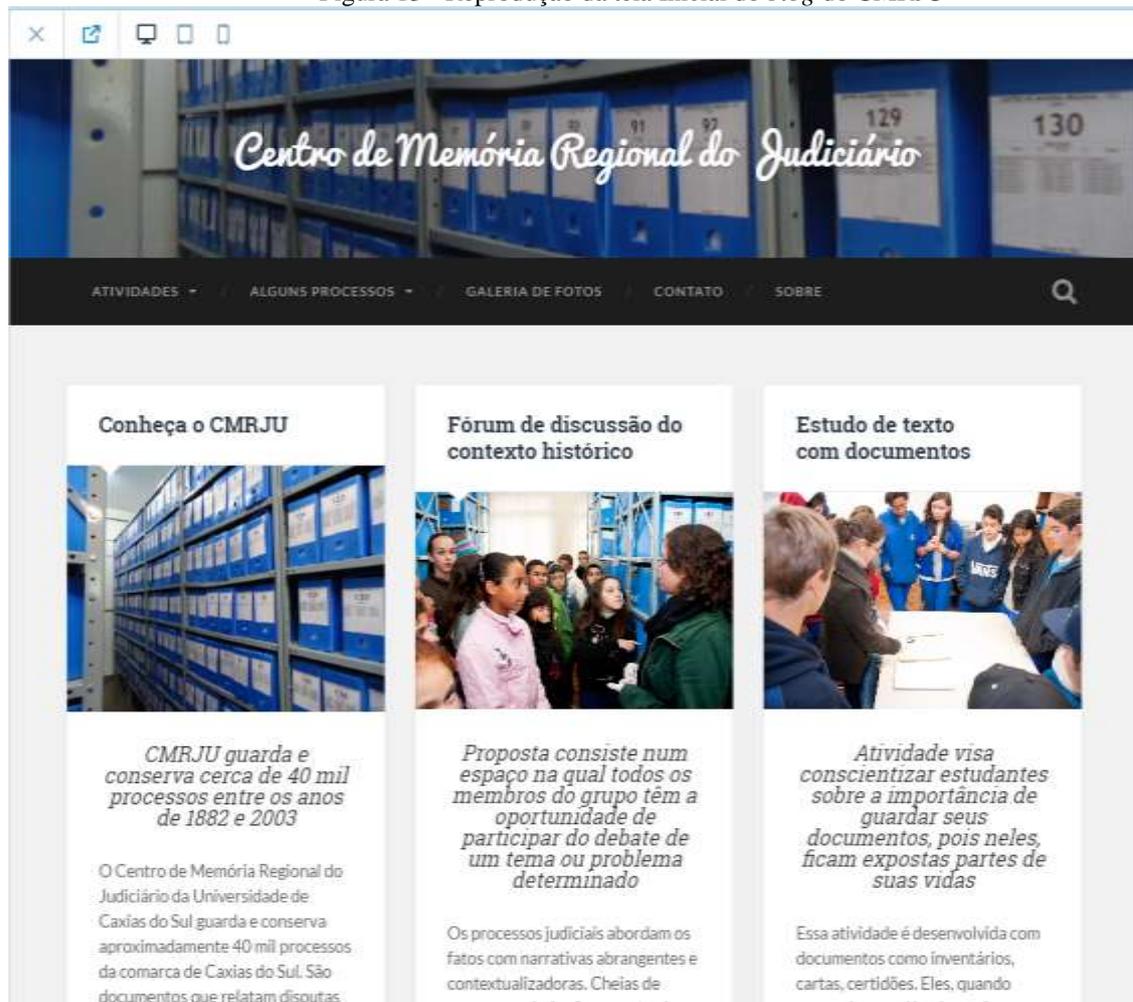
O uso crescente das tecnologias digitais e das redes de comunicação interativa acompanha e amplifica uma profunda mutação na relação com o saber, [...] Ao prolongar determinadas capacidades cognitivas humanas (memória, imaginação, percepção), as tecnologias intelectuais com suporte digital redefinem seu alcance, seu significado, e algumas vezes até mesmo sua natureza. (2010, p. 174).

O conteúdo do acervo é rico em informações, de casos e de episódios históricos, o que contribui com o conhecimento do aluno, que vai poder relacionar os documentos com os conteúdos aplicados em aula, como por exemplo, os fatos ocorridos na Segunda Guerra Mundial, além de ser um meio para que o aluno possa conhecer, interpretar, e resolver questões envolvidas nos documentos. Colocar o acervo à disposição em um *site* será um grande passo para ampliar o número de visitas mediadas e ações educativas no CMRJU. Vai seguir com a concretização dos objetivos.

5.4 O *BLOG* E O ENSINO DE HISTÓRIA

A partir da atualização dos textos das páginas do CMRJU e dos demais *links* de acesso, este trabalho pretende proporcionar a valorização e a difusão do acervo do Judiciário, que, como já foi explicado, é fonte para a pesquisa e integra o patrimônio cultural da região. Para potencializar a difusão, foi construído um *blog*, com o objetivo de aproximar, ainda mais, o público-alvo do acervo do CMRJU. Para tanto, foram colocados alguns processos judiciais nessa plataforma digital, para auxiliar alunos e professores. O *blog* “(ou *site*) é a central que armazena os conteúdos que você vai usar para a construção do relacionamento”. (PIOVAN, 2015, p. 81). Expor textos e documentos *online* é um meio para incentivar alunos a utilizar a internet no aprendizado, tendo em vista, a quantidade de materiais disponíveis que contribuem para o ensino.

O CMRJU, pretende difundir o acervo na rede, promovendo a divulgação das ações educativas e dos documentos. Promover a utilização de ferramenta virtual, para que alunos possam construir o conhecimento, em locais diversos da sala de aula, é o objetivo deste trabalho. A atualização da página do CMRJU e o *blog*, conversam com a possibilidade de aproximar alunos do acervo do Judiciário. Utilizando-se de um recurso interativo, concomitante de seu tempo, o *blog* é uma ferramenta contemporânea, fácil de acessar e de atualizar. A página do *blog* traz informação do conteúdo disponível. Assim, possibilita melhor visualização pelo visitante, para direcionar-se ao assunto que mais interessar. A página está formada por cinco itens: Atividades, Alguns Processos, Galeria de Fotos, Contatos e Sobre.

Figura 13 - Reprodução da tela Inicial do *blog* do CMRJU

Fonte: Disponível em: <<https://wordpress.com/stats/day/cmrju.wordpress.com>>. Acesso em: 18 set. 2016.

5.4.1 Atividades

O item “Atividades” dirigirá o navegante (internauta) a um espaço no qual terá um breve resumo das ações educativas propostas pelo CMRJU. As ações educativas objetivam a interação dos alunos com os lugares de memória, e com questões voltadas para a preservação do patrimônio histórico e cultural. Para tanto, foram organizadas quatro ações educativas para serem realizadas no CMRJU: júri simulado, oficina de justiça e cidadania, estudo de texto com documentos e fórum de discussão de contexto histórico.

Figura 14 - Reprodução da tela Atividades do *blog* do CMRJU

Atividades



Estudo de texto com documentos

Atividade visa conscientizar estudantes sobre a importância de guardar seus documentos, pois neles, ficam expostas partes de suas vidas ([saiba mais](#)).

Fórum de discussão do contexto histórico

Proposta consiste num espaço na qual todos os membros do grupo têm a oportunidade de participar do debate de um tema ou problema determinado ([saiba mais](#)).

Júri simulado

Estratégia consiste em, a partir de um problema, apresentar argumentos de defesa e de acusação

Fonte: Disponível em: <<https://wordpress.com/>>. Acesso em: 18 set. 2016.

5.4.1.1 Júri simulado

A ação educativa do júri simulado é realizada frequentemente pelo Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul, através do projeto Formando Gerações.⁴⁰ Esse projeto tem como objetivo

⁴⁰Projeto: Memória do Judiciário – Formando Gerações. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/centro_de_eventos/detalhes_projeto.html>. Acesso em: 21 fev. 2016.

garantir uma estrutura dinâmica e interativa com a comunidade infanto-juvenil, de modo a se evitar a condição de espaço apenas para guarda de documentação e acervo objetal históricos, o Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul apresenta projeto de execução de ações integradas que venham informar, construir conhecimento e ser facilitadoras do aprendizado de jovens quanto ao passado de suas instituições e à projeção de seu futuro. (PROJETO: MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO – FORMANDO GERAÇÕES, 2014).

A ideia, é de que os alunos tomem conhecimento, de que o júri aborda muito mais do que a culpa ou a inocência do condenado, isso não significa tratar com desinteresse o objetivo do júri, mas, que o aluno possa conhecer, através dessa ação tipicamente judicial, os conceitos e as motivações que levam um cidadão a enfrentar aquela situação.

Essa experiência deve ser um aprendizado lúdico e dinâmico. O arquivo suscita diálogos, debates e explicações sobre os documentos ali guardados. Dessa forma, facilita a compreensão de conceitos de justiça, e da cultura jurídica de diversos períodos. O aluno tem a oportunidade, de observar, de ler um documento, questionar, expor suas ideias e seu conhecimento sobre o assunto.

A estratégia do júri simulado consiste

a partir de um problema, são apresentados argumentos de defesa e de acusação. Pode levar o grupo à análise e avaliação de um fato proposto com objetividade e realismo, à crítica construtiva de uma situação e à dinamização do grupo para estudar profundamente um tema real. (ANASTASIOU; ALVES, p. 92, 2005).

Para uma turma de 30 alunos, por exemplo, a ação educativa do júri se realiza atribuindo a cada um deles uma função. Tendo a participação de um juiz, um advogado, um promotor de justiça, o escrivão, sete jurados, as testemunhas de defesa e de acusação, e o réu. A escolha de cada função fica a cargo dos próprios alunos. É importante manter a dinâmica com o grupo, informando aos alunos a importância da função recebida para a realização da atividade. O júri simulado desenvolvido no Memorial do Judiciário, os alunos receberam as informações de suas respectivas falas e suas funções para a apresentação. Interessante que, nessa atividade, teve efetiva participação do professor que trabalha com o conceito de cidadania em sala de aula. Os alunos se dedicaram para realizar a ação educativa e aproveitaram o momento para expor suas novas habilidades.

Figuras 15 e 16 - Apresentação do júri simulado no Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul

Figura 15



Fonte: Acervo da autora

Figura 16



Fonte: Acervo da autora.

O procedimento do júri simulado segue o mesmo do júri popular. Primeiro a escolha do juiz-presidente, os sete jurados, o promotor público, e também o assistente do promotor, que no caso é um advogado escolhido por familiares da vítima. O júri tem um caráter formal,

e isso é interessante para o aluno, pois a ambientação do espaço chama a atenção e oportuniza uma atividade diferente da sala de aula formal.

É interessante que se utilizem as togas, assim o aluno vai se sentir como um representante da Justiça o que é muito bom para dar mais veracidade à ação. A bancada do júri⁴¹ tem uma formação, com o juiz ao centro, o promotor e assistente à direita. À esquerda se posiciona o escrivão que registra todos os acontecimentos do júri. Na lateral esquerda, o réu se posiciona junto ao advogado de defesa. Na lateral direita, os jurados. Ao centro, em frente ao juiz, as testemunhas se posicionam no momento de prestarem seus esclarecimentos.

O júri, sendo um ato público, se processa pelo interesse de mostrar à sociedade a justiça e a busca da dignidade daquele cidadão, atribuindo aos jurados, cidadãos do povo, a possibilidade de decidir. Tendo em vista a função do Tribunal do Júri, é importante conhecer esses conceitos de justiça e de cidadania, assim, jovens alunos irão estimular a “imaginação, interpretação, crítica, comparação, análise, levantamento de hipóteses, busca de suposições e decisão”. (ANASTASIOU; ALVES, p. 92, 2005). Utilizar o júri como um recurso didático, oportuniza que alunos e professores conheçam as técnicas de argumentação, valor da decisão e as posturas e atribuições dos profissionais da Justiça, além de expor novos talentos dos alunos.

5.4.1.2 Oficina de justiça e cidadania

Para essa oficina não tem a necessidade de utilizar um documento específico, pois o que se pretende é analisar e difundir os conceitos de justiça e de cidadania que estão intrínsecos nos documentos do CMRJU, e fazer o aluno pensar e refletir sobre essas definições. Os processos são das mais variadas tipologias, sendo possível trabalhar com definição de justiça ou injustiça, a formação do cidadão e também sobre o posicionamento da própria Justiça. É uma atividade que pode ser realizada com alunos do Ensino Médio e Fundamental.

⁴¹ Os trabalhos iniciam com a formulação de perguntas à vítima – no caso dos homicídios tentados –, depoimentos das testemunhas de acusação e de defesa, leitura do processo e interrogatório do réu, pelo promotor, assistente de acusação e advogado de defesa. Aos jurados é permitido fazer as perguntas, sempre por intermédio do juiz-presidente. Essa atividade é muito interessante, pois estimula os alunos a exercitar a criatividade. Nos debates o promotor inicia com a acusação. O juiz formula os “quesitos” que serão votados pelos jurados. Os jurados se dirigem à sala secreta para fazer a votação. A sentença é dada pela maioria dos votos. Por fim, o juiz pede que todos fiquem em pé para dar o veredicto final.

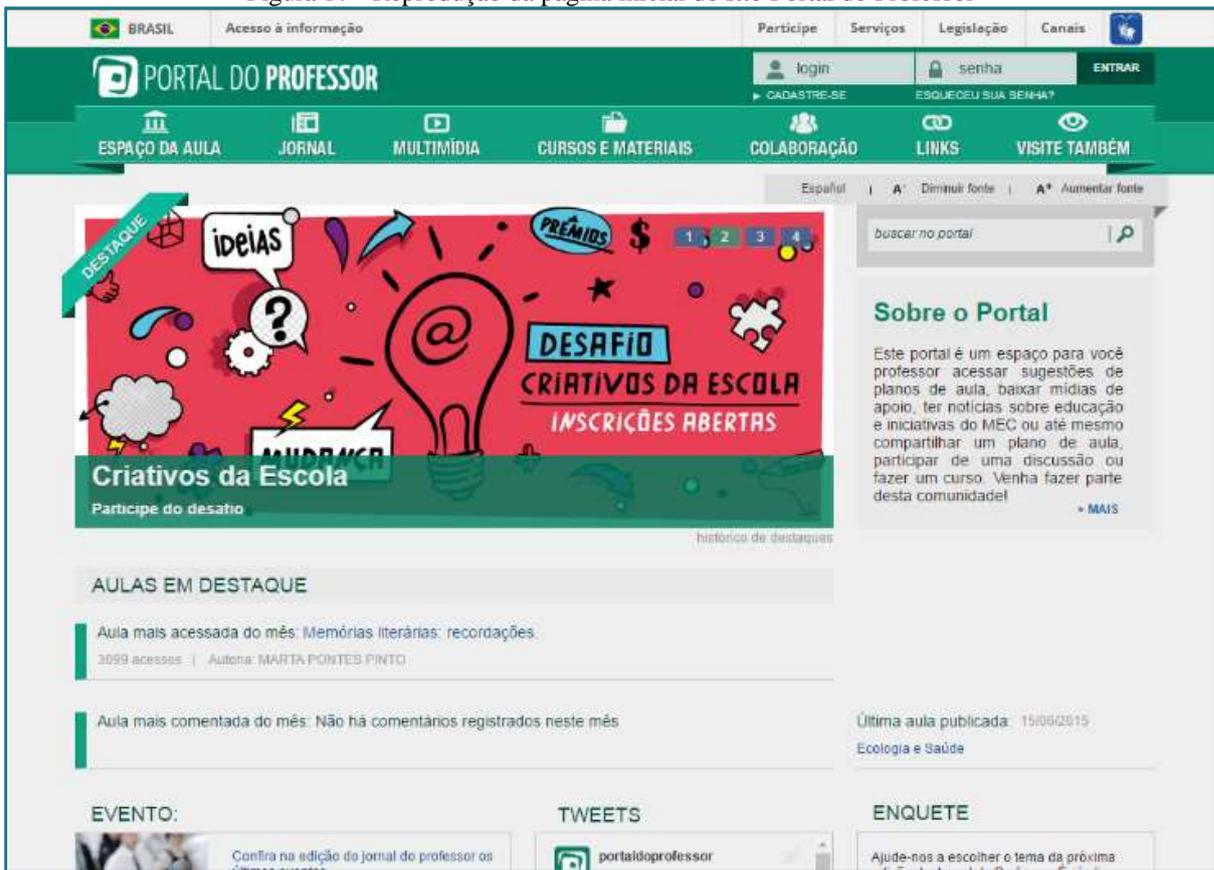
Com base nas visitas mediadas oferecidas pelo IMHC-CMRJU, percebe-se que os alunos estão integrados com assuntos diversos daqueles oferecidos pelo currículo formal. Muitas turmas chegam ao IMHC com uma bagagem de conhecimento sobre a preservação de documentos e da importância do patrimônio histórico. No entanto, é necessário seguir com esses ensinamentos e propor novas maneiras de interação. É o momento de “pensar, descobrir, reinventar, criar e recriar, favorecido pela forma horizontal na qual a relação humana se dá”. (ANASTASIOU; ALVES, 2005, p. 96). É preciso pensar em um currículo mais atrativo, e o ensino pode ser “proposto e operacionalizado em espaços e sob metodologias capazes de promover um processo de comunicação entre a realidade dos sujeitos envolvidos, o contexto sociocultural e as especificidades dos conteúdos de ensino frente à realidade”. (MACHADO, 2012, p. 46).

Para desenvolver a oficina vai ser utilizada como parâmetro a mesma dinâmica desenvolvida e apresentada na Escola de Educação Básica de Uberlândia - MG. No entanto, levando em consideração o tempo despendido e o entrosamento da turma, vai ser necessário fazer algumas adaptações para o CMRJU.

A aula realizada em Uberlândia está disponível no *site* do Portal do Professor, e recebe o nome “A justiça na sala de aula”.⁴² A professora realizou a atividade em vários dias durante seu horário de aula. No CMRJU, o tempo destinado para as ações educativas é curto, portanto essa oficina não seguirá todo o roteiro da professora.

⁴² A Atividade foi desenvolvida por Liliane Araujo e teve a coautoria de Lucianna Ribeiro de Lima, Gláucia Costa Abdala Diniz e Fátima Rezende Naves Dias. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=21799>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

Figura 17 - Reprodução da página inicial do site Portal do Professor



Fonte: Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

A ação educativa é bem semelhante ao que se pretende com o CMRJU, principalmente, no que diz respeito aos objetivos da oficina, em fazer os alunos refletir sobre justiça e cidadania. Primeiramente, a professora apresenta um plano de aula a ser executado nessa tarefa. No item “Dados da aula” ela esclarece o que os alunos poderão aprender. Essas atividades abordam: leitura, interpretação e argumentação entre os colegas.

Figura 18 - Dados da aula “A justiça na sala de aula”

Dados da Aula

O que o aluno poderá aprender com esta aula

- 1) Respeitar os direitos de cada aluno na sala de aula, promovendo a justiça nesse ambiente.
- 2) Cumprir os deveres destinados a cada aluno.
- 3) Discutir sobre a construção de regras e normas na escola e na sala de aula numa perspectiva ética, justa e responsável.

Fonte: ARAÚJO (et al., 2010).

Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=21799>>.

Acesso em: 30 jun. 2016

O interessante nessa aula é que o aluno pode aprender a construir o conhecimento com base nas definições de justiça e de cidadania. Vai compreender sobre seus direitos e obrigações no ambiente da sala de aula junto com os colegas estabelecendo relações de respeito e companheirismo. Na aula realizada pela professora de Uberlândia são realizadas três ações educativas que podem acontecer simultaneamente, depende do entrosamento da turma e do tempo disponível.

Quadro 4 - Resumo das ações educativas disponíveis no *site* Portal do Professor, aula “A justiça na sala de aula”

ATIVIDADE 1	ATIVIDADE 2	ATIVIDADE 3
<ul style="list-style-type: none"> • 4 momentos • Leitura de texto sobre leis, regulamentos e costumes e; argumentação 	<ul style="list-style-type: none"> • 5 momentos • Assistir vídeos e argumentação sobre os direitos e deveres 	<ul style="list-style-type: none"> • 3 momentos • Retoma à atividade 2 pontuando direitos e deveres. A atividade pretende a interação dos alunos e estratégias para o comprometimento social

Fonte: Elaborado pela autora.

A proposta da aula foi dividida em três ações, a primeira ocorre em quatro momentos. No primeiro momento, os alunos se reúnem em círculo e a professora esclarece sobre as regras da sociedade e cita que “a escola é um espaço social que possui suas regras para que todos possam dela usufruir”. (ARAÚJO, et al., 2010). No segundo momento, a professora orienta para a leitura de um texto curto que aborda questões de leis, regulamentos, hábitos e costumes da sociedade contemporânea. No terceiro momento, os alunos formam grupos de três, para responder questões referentes ao que foi discutido com a professora e sobre a leitura do texto. Essas questões, levam o aluno a uma participação produtiva na atividade, para desenvolver as suas ideias. E, por fim, os alunos têm a oportunidade de compartilhar essas ideias com os colegas e, respondem individualmente à pergunta: “O que devo fazer para agir com justiça e lealdade com as pessoas com quem convivo na escola?”. (ARAÚJO, et al., 2010).

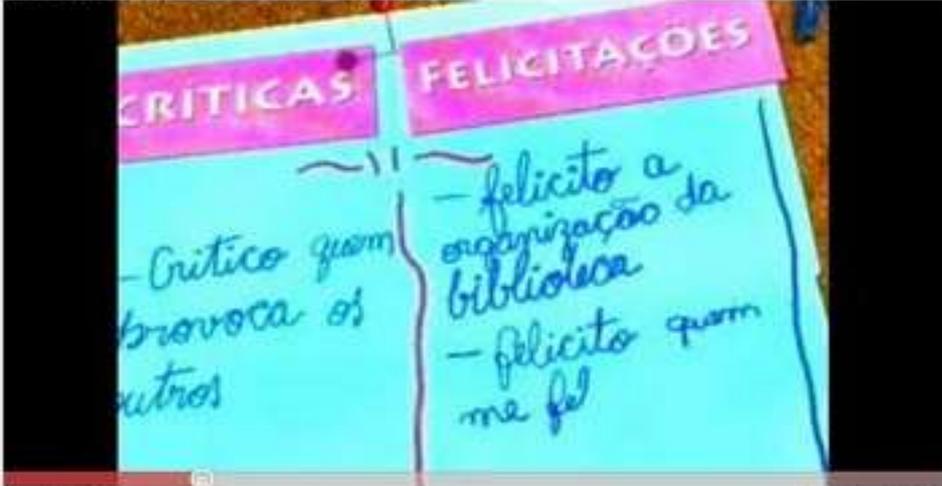
A atividade dois, está dividida em cinco momentos. No primeiro momento, os alunos são convidados a assistir dois vídeos de assembléias escolares.

Figura 19 - Reprodução da tela da aula “A Justiça na Sala de Aula”

http://www.youtube.com/watch?v=_zmOP2cvpN0&feature=related

YouTube

Assembleias escolares - parte 1



▶ 1:17 / 8:12

Assembléias escolares 2, disponível em:
http://www.youtube.com/watch?v=SxOD_pCIM0c&feature=related

YouTube

Assembleias escolares - parte 2



▶ 1:39 / 7:06

Fonte: Disponível em:

<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=21799>>.

Acesso em: 2 jun. 2016.

A partir destes vídeos são feitos questionamentos sobre o cumprimento dos deveres escolares. Após, no terceiro e quarto momento, a professora solicita aos alunos que “retomem as regras escolares e listem os direitos e deveres dos alunos e professores”. (ARAÚJO, et al., 2010). Sugere-se que seja desenvolvida “uma tabela para expor os direitos e deveres, e sobre o que pode ser feito para que as regras da escola sejam cumpridas”. (ARAÚJO, et al., 2010).

Para finalizar a atividade dois, os alunos podem se reunir em pequenos grupos para discutir as maneiras de viabilizar para que os “deveres sejam cumpridos e para que os direitos sejam respeitados”. (ARAÚJO, et al., 2010).

A terceira ação educativa inicia com a apresentação de uma imagem da balança da justiça. É dividida em três momentos. No primeiro, “os/as alunos/as deverão apresentar a sua produção justificando o motivo de terem elencado tais direitos e deveres”. (ARAÚJO, et al., 2010). Em seguida, os alunos devem imaginar que a balança vai pesar os direitos e deveres na escola, e que esses direitos e deveres devem estar equilibrados. No final da ação, os alunos podem fazer o desenho de suas balanças.

A avaliação da ação educativa, é no sentido de que os alunos tenham compreendido sobre a importância dos direitos e deveres na escola, promovendo a justiça. Questionar sobre a importância da aula e se foi relevante para a compreensão dos alunos. Os alunos podem realizar uma assembleia de classe para debaterem sobre essas questões.

Sobre as expectativas dessas ações educativas, entende-se que todas são importantes no desenvolvimento do cidadão, para que os alunos “compreendam a importância de se respeitar os direitos e de se cumprir os deveres de cada aluno na sala de aula e na escola como um todo, promovendo a justiça nesse ambiente”. (ARAÚJO, et al., 2010). A partir desses conhecimentos, os alunos terão a possibilidade de conhecer outros meios de aprendizado e, conseqüentemente poderão ser mais comprometidos com seus deveres o que contribui com o meio, não só escolar, mas com toda a comunidade. É importante que esse tipo de ação educativa seja implantado no decorrer das aulas, para que os alunos tenham a consciência de ética, justiça e cidadania.

Essas ações são ótimas para serem realizadas em sala de aula. No entanto, quanto à possibilidade de se realizarem no CMRJU, é necessário direcionar as atividades com o uso dos documentos do acervo, inclusive, com o tempo de duração. Nesse trabalho apresentado, estima-se que o “tempo de duração seja de duas ou mais aulas, cada uma com cinquenta minutos”. (ARAÚJO, et al., 2010). Essa ação educativa, quando realizada no CMRJU, terá um tempo limitado. As turmas, normalmente se deslocam dos bairros e de cidades vizinhas, fazem a visita mediada e as ações educativas, com o tempo aproximado de quarenta minutos a uma hora. Por essa razão, essa ação educativa também estará disponível no *blog* para ser levada à escola e desenvolvida em aula.

A dinâmica no CMRJU pretende abordar os objetivos e algumas metodologias dessa atividade de Uberlândia. No entanto, ao invés de trabalhar com direitos e deveres escolares, a dinâmica será, com documentos judiciais, revendo as questões de justiça ou injustiça, que são

inerentes desses documentos. Se a opção for por um processo de investigação de paternidade, por exemplo, a oficina tende a ser muito proveitosa, pois é um documento rico em elementos que versam sobre os direitos e deveres das pessoas envolvidas.

A ideia é fazer uma sinopse do documento, e trabalhar com os alunos, através da proposta de algumas temáticas como: relação, comparação, semelhanças, diferenças, rupturas, continuidades, etc. E no caso de outros processos, é possível trabalhar com: imigração, colonização, economia, propriedade, gênero, etc. Assim entende Bittencourt:

Um documento pode ser usado simplesmente como ilustração, para servir como instrumento de reforço de uma idéia expressa na aula pelo professor ou pelo texto do livro didático. Pode também servir como fonte de informação, explicitando uma situação histórica, reforçando a ação de determinados sujeitos, etc., ou pode servir ainda, para introduzir o tema de estudo, assumindo neste caso a condição de situação-problema, para que o aluno identifique o objeto de estudo ou o tema histórico a ser pesquisado. (2008, p. 330).

Pretende-se desenvolver a oficina com o objetivo de que os alunos possam construir um conhecimento a partir de casos que estão presentes em seu dia a dia, no convívio familiar e social. A atividade requer do aluno pensamentos que abordem a observação, interpretação, crítica, análise do caso, enfim o aluno pode, “vivenciar ideias, sentimentos, experiências, num movimento de reconstrução individual e coletiva”. (ANASTASIOU; ALVES, 2005, p. 96).

No desenvolvimento dessa atividade os assuntos serão tratados sob o ponto de vista da ética, dos direitos e deveres dos cidadãos, das suas responsabilidades e da justiça. A atividade não é muito simples, e exige do professor um conhecimento prévio sobre o assunto, envolvendo leituras, diálogos com a turma, para fazê-los compreender a relevância da atividade para a construção do conhecimento.

Nesse contexto, entende-se que a atividade da balança proposta pela experiência de Uberlândia se inclina a ser mais aplicável ao caso, no que se refere à metodologia. Pode ser criada uma imagem da balança, para que os alunos participem, debatendo e preenchendo-a com os direitos e deveres dos pais, no caso da investigação de paternidade, por exemplo.

As atividades desenvolvidas pela professora de Uberlândia estão disponíveis no *site* do Portal do Professor desde agosto de 2010 e continuam avançando na construção do conhecimento. Encontram-se disponíveis no mesmo *site* outras duas propostas que tratam dos conceitos de cidadania e justiça. As atividades têm os seguintes títulos “A justiça na comunidade” e “Injustiça: tô fora”.

5.4.1.3 Estudo de texto com documentos

Essa ação é bem interessante para ser apresentada no CMRJU. Aqui podem ser utilizados documentos como: inventários, cartas e certidões. Esses documentos, quando separados por décadas mais distantes, tendem a ser manuscritos, o que foge da realidade atual dos alunos. Pode-se fazer um comparativo entre esses documentos e aqueles que os alunos têm em suas casas. A ideia é fazer com que os estudantes tenham a consciência de que é importante guardar seus documentos, pois neles ficam expostas partes de suas vidas.

Para Bittencourt, o uso de documentos

nas aulas de História justifica-se pelas contribuições que pode oferecer para o desenvolvimento do pensamento histórico. Uma delas é facilitar a compreensão do processo de produção de conhecimento histórico pelo entendimento de que os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares, fazem parte da memória social e precisam ser preservados como patrimônio da sociedade. (2008, p. 333).

O *site* do Arquivo Público de São Paulo tem uma página denominada “Manuscritos da História”, onde mantém algumas atividades que se encaixam com os documentos do CMRJU. Foi selecionada uma das atividades que analisa o uso de documentos como certidões e passaportes.

Figura 20 - Reprodução da tela “Manuscritos da História”



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Disponível em: <http://200.144.6.120/exposicao_manuscrito/atividades.php>.

Acesso em: 7 jun. 2016.

Nessa dinâmica pretende-se que o aluno obtenha dados do contexto em que o documento está inserido: “data, tipo de texto, autor”. (ANASTASIOU; ALVES, 2005, p. 80). No caso, Anastasiou e Alves abordam a estratégia de “Estudo de Texto” que pode ser utilizado “para os momentos de mobilização, de construção e de elaboração de síntese”. (2005, p. 80).

A ação educativa no CMRJU propõe que a análise ocorra, nos documentos que compõem o acervo como: certidões, partes de um processo de inventário, cartas ou passaporte. Assim, a atividade não será de análise de argumentação ou temática, mas de conhecer e explorar o documento, com intuito de descobrir quem o produziu, qual a sua data, que tipo de documento é e, qual a sua finalidade. A escolha dos documentos deverá ser “acessível ao estudante e, ao mesmo tempo em que vá desafá-lo, assim como o acompanhamento do professor, são condições de sucesso nessa estratégia”. (ANASTASIOU; ALVES, 2005, p. 80).

Abaixo seguem as reproduções dos documentos do Arquivo Público de São Paulo, para exemplificar como as ações do CMRJU podem acontecer utilizando os documentos.

Figura 21 - Reprodução da tela “Atividades Pedagógicas”

1818 99.45

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

PASSAPORTE

O Doutor Joaquim Correia da Silva Junior
Chefe de Policia da Capital Federal, concede pas-
saporte ao cidadão Brasileiro
Elias Elias
de 28 annos de idade, natural de Marrocos
professao de Negociante para Europa
levando em sua companhia
sua mulher Rachel
Abraim Elias

Secretaria de Policia da Capital Federal, aos 22 dias do mez
de Junho de anno de 1891

Assignatura do Portador
Elias Elias

SIGNAES

Estatura alta
Cabellos
Olhos castanhos
Nariz
Dentes regulares
Pele corada
Andar firme
Boa voz

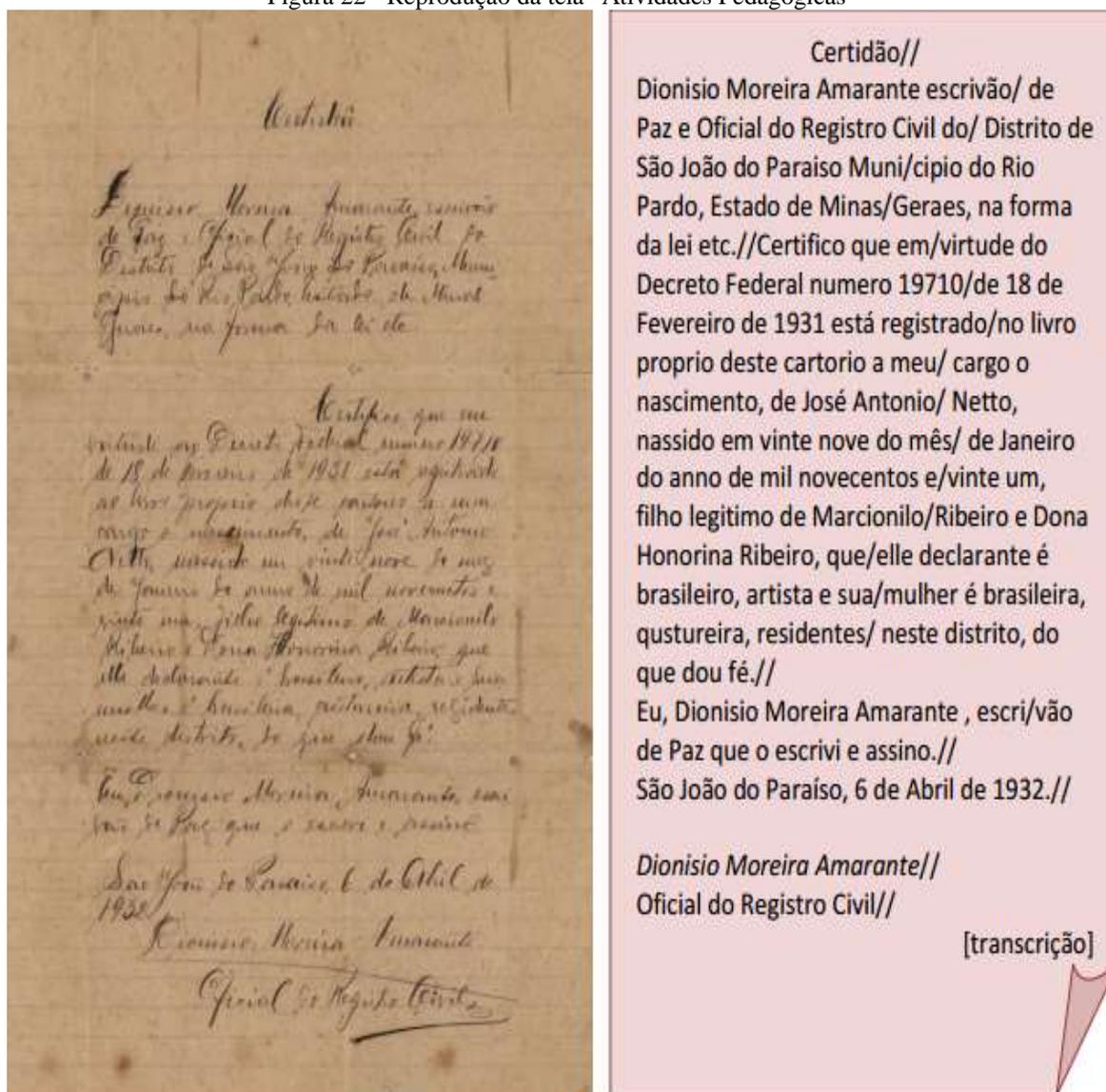
SIGNAES PARTICULARES

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

Fonte: Disponível em:

<http://200.144.6.120/exposicao_manuscripto/atividadespdf/manuscripto.atividade.6.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2016.

Figura 22 - Reprodução da tela “Atividades Pedagógicas”



Fonte: Disponível em:

<http://200.144.6.120/exposicao_manuscripto/atividadespdf/manuscripto.atividade.6.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2016.

5.4.1.4 Fórum de discussão do contexto histórico

Essa atividade, como dito anteriormente no subitem 3.4, “Atividades no CMRJU”, foi realizada com alunos de graduação do curso de Licenciatura em História da Universidade de Caxias do Sul, sendo alguns deles, docentes em escolas de Caxias do Sul e região. Como os estudantes conheciam o assunto sobre a Segunda Guerra, foi oportunizada uma discussão utilizando-se documentos (jornais e processos judiciais) que trazem informações relevantes acerca desse conflito histórico. As possibilidades de realização do fórum podem ser realizadas por professores e alunos de Ensino Fundamental e Médio. O fórum consiste, “num espaço, do

tipo ‘Reunião’ na qual todos os membros do grupo têm a oportunidade de participar do debate de um tema ou problema determinado”. (ANASTASIOU; ALVES, 2005, p. 95).

Para debater sobre o processo judicial, que versa sobre um contexto histórico, foi necessário esclarecer alguns procedimentos, especialmente sobre a linguagem jurídica, sequência dos atos processuais, e a motivação do juiz para fundamentar a decisão. Desse modo, os alunos compreenderam a lógica do processo judicial. Conforme Anastasiou e Alves (2005, p. 95), a ação educativa do fórum pode ocorrer “após a utilização teatral, palestras, projeção de um filme, para discutir um livro que tenha sido lido pelo grupo, um problema ou um fato histórico, um artigo de jornal, uma visita ou uma excursão.”

A ação versa sobre o contexto histórico do nacionalismo, que ocorreu durante a Segunda Guerra, assunto que interessa os alunos. Desse modo, é possível elaborar um fórum de discussão interessante e atrativo para os estudantes discutir e demonstrar o conhecimento sobre o assunto. Assim, “o fórum, se bem planejado, pode ser útil na construção do conhecimento, especialmente para os momentos de sínteses”. (ANASTASIOU; ALVES, 2005, p. 95). Desse modo os alunos estarão agregando conhecimentos.

5.4.2 Alguns Processos

O número de documentos guardados e preservados pelo CMRJU e a qualidade de seus conteúdos são uma oportunidade para que professores, alunos e a comunidade possam obter informações, conhecer a história local e regional, e ainda realizar outras atividades. Foram apresentadas algumas ações educativas que o CMRJU se propõe a realizar para publicizar o acervo e produzir mais conhecimento com estudantes interessados em conhecer possibilidades de interação com o acervo do Judiciário.

Seguindo o item atividades, o *blog* apresenta outros, que direcionam para páginas e orientam o visitante sobre as informações do CMRJU. O item “Alguns Processos”⁴³ é composto com as ilustrações dos processos, e uma breve síntese dos mesmos, para oportunizar aos visitantes, conhecer as histórias narradas nos documentos. Nesse sentido, o *link* vai trabalhar com quatro temáticas, voltadas para o desenvolvimento social, econômico e cultural da cidade de Caxias do Sul. Para trabalhar com essas temáticas, foram escolhidos quatro processos, para representar a temporalidade que se estendem dos anos de 1882 a 1940, embora, no CMRJU, tenham outros processos relevantes para a pesquisa, com datas recentes.

⁴³ Foram analisados 20 (vinte) processos sobre os diversos ramos do direito. No entanto, foram selecionados quatro (4) para simbolizar o contexto histórico. Ao transcrever os processos, alguns deles, manuscritos, ficou evidente a importância dos depoimentos, para a pesquisa.

Figura 23 - Reprodução da tela processos do *bolg* do CMRJU

Processos



Difamação e injúria

Peça jurídica é explorada acerca das características sociais de uma cidade, num tempo no qual a urbanização se encontra em acelerado processo ([saiba mais](#)).

Lesão corporal

Num simples processo de lesão corporal ocorrida em determinada época, é possível verificar comportamentos muito além do fato retratado no processo judicial? ([saiba mais](#)).

O primeiro processo diz respeito a uma medição de terras ocorrida no ano de 1882⁴⁴. É possível verificar, na leitura do processo, que a localidade é formada por muitas terras de plantio, onde as famílias residiam e plantavam seus alimentos, para a própria subsistência. Nesse período, prevaleceu o regime da pequena propriedade, e o trabalho livre. Instalado no lote colonial, o colono construía sua casa, de pedra ou de madeira, feita com técnicas e ferramentas rústicas. (MACHADO, 2001). Em 1890, Caxias do Sul conseguiu sua emancipação, e ficou conhecida como “Vila de Santa Teresa de Caxias”. (HERÉDIA, 1997). Devido ao crescimento, e desenvolvimento, a cidade se organizou seguindo os moldes urbanos, pois em 1910, a chegada do trem marcou o novo *status* conquistado pela vila. Nesse ano, Caxias era elevada à categoria de cidade. (MACHADO, 2001). A análise dos processos desse período, mostra a existência de muitas disputas de terras, e alguns comércios e empresas começam a surgir.

Na década de 20, um processo judicial de apropriação indébita⁴⁵, reforça que a cidade compreendia algumas empresas, inclusive de veículos. O processo mostra fatos, de que um cidadão, empregado em uma empresa de carros, localizada na cidade, se apossou do veículo que havia lhe sido entregue para fazer as vendas pela região. O carro era a vitrine itinerante da empresa. Servia para realizar as viagens e o trabalho nas vendas. No entanto, ao ser desvinculado da empresa, o empregado não devolveu o veículo. O empregado agiu, como se o carro estivesse lhe sido dado de presente. Através dessa demanda, percebe-se que as empresas não eram mais administradas apenas pela família. Emergiam contratações de outros sujeitos, estabelecendo contratos de trabalho, relações trabalhistas e disputas por posses e propriedades.

O terceiro processo, é manuscrito e traz informações sobre a relação de gênero, remetendo ao ano de 1935, em que chega à justiça o processo de queixa-crime⁴⁶ que acaba envolvendo de maneira periférica o quartel da Arma de Infantaria. Os militares do quartel, são envolvidos numa queixa-crime⁴⁷, com duas mulheres e um conjunto de pessoas arroladas como testemunhas. Esse processo, quando trabalhado numa perspectiva histórica, traz vários elementos, para se pensar uma sociedade em fase de intenso crescimento urbano, em função da industrialização, destacando os conflitos sociais que daí advém. Trata principalmente sobre

⁴⁴ Esse processo judicial, passou pela intervenção de conservação, preservação e restauro. Está arquivado na caixa 01B, número 01.

⁴⁵ Processo nº 01, arquivado na caixa 11 D.

⁴⁶ Processo nº 05, arquivado na caixa 05 D.

⁴⁷ A queixa-crime é o pedido inicial de ação penal privada, onde o ofendido (querelante), faz uma exposição do fato criminoso contra o agressor (querelado). Consiste em crimes contra a honra: calúnia, difamação e injúria, previstos respectivamente nos art. 138, 139 e 140 do Código Penal.

a defesa da honra de uma mulher que se sentiu difamada entre seus iguais. Nesse processo de queixa-crime, busca-se comprovar a honra da pessoa envolvida e também de sua família, sobretudo o esposo⁴⁸ da ofendida, que era militar. Por intermédio da ação judicial denominada de queixa-crime, é possível averiguar crimes de calúnia, injúria e difamação. A ofendida busca, no processo, desmentir boatos sobre sua conduta, inventados, por seus vizinhos. A respeito dela, tem-se os depoimentos divergentes que constam na fala das testemunhas. Esses fatos para a sociedade caxiense era algo muito importante, mesmo que as pessoas envolvidas na trama não tivessem uma relação mais estreita com a região.

Na década de 40, a cidade e seus habitantes enfrentam conflitos e tensões sociais, como evidencia o processo de lesão corporal de 1943⁴⁹. O documento revelam os reflexos causados pelas guerras que deixaram marcas em vários lugares, e em Caxias do Sul, isso não foi diferente. Sendo Caxias uma cidade de descendentes italianos, e com a proibição de falar outro idioma, que não o nacional, durante a Segunda Guerra eclodiram questões judiciais, envolvendo esses descendentes. Trata-se de dois homens, sendo um brasileiro (réu) e outro italiano (vítima) que se enfrentam num mercadinho, trocando ofensas e agressões físicas ocasionadas por conflitos políticos que versam sobre: questões de nacionalismo, aspectos culturais, tensões sociais além de abordar o contexto mundial. Ter acesso aos documentos, fará o aluno conhecer novas possibilidades de aprendizado, através de uma leitura que envolva outros elementos que chamam a sua atenção para agregar conhecimento.

Nesse sentido, Koyama argumenta:

Podemos, portanto, nos perguntar, também, em que medida, no interior mesmo das leituras de documentos prevalecentes nos *sites* de arquivos públicos, podemos encontrar, em sua polifonia, possibilidades de criação de outros devires, de outras imagens, de outras palavras impressas nesses discursos, dialogicamente, pelos sujeitos sociais. Como podemos perceber, nesses discursos, anseios, possibilidades e interdições de encontros entre diferentes sujeitos e tempos, tecidos socialmente. (KOYAMA, 2013, p. 308).

Os processos são fontes riquíssimas, para trabalhar com a História local e regional, e conhecer novos sujeitos. Nesse processo, são averiguados elementos como a naturalidade, o grau de instrução das pessoas envolvidas, e outros aspectos que ampliam a visão de uma dada

⁴⁸ No estudo deste processo, foi interessante perceber que as mulheres casadas não tinham direito de ingressar em juízo, sem a autorização do marido, salvo, nos casos estabelecidos na legislação. O Código Civil e Comercial de 1908, do RS legislava que, as mulheres seriam assistidas pelos esposos. O Código Civil de 1916, manteve essa norma no art. 242: “A mulher não pode, sem o consentimento do marido: IV - litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados nos art. 248 e 251.” Esses artigos, tratavam da autorização para litigar nos casos referentes aos bens do casal, ou em razão de dote, quando da ausência do marido. Os artigos comentados foram alterados em 1962, pela Lei 4.121.

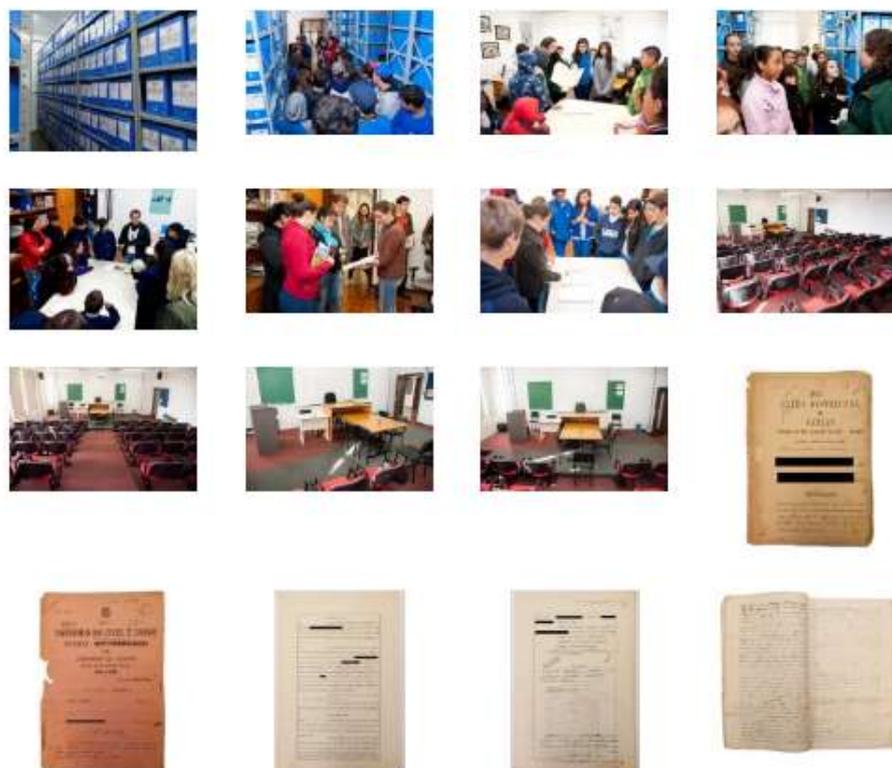
⁴⁹ Processo nº 04, arquivado na caixa 12 D.

realidade acerca daquela sociedade. São informações, que tratam da trajetória dos indivíduos, seus anseios, meios de sobrevivência ou trabalho, tensões sociais, etc. De modo geral, podem ser vistas e analisadas questões econômicas, sociais e culturais nas quais aquela sociedade estava inserida.

5.4.3 Galeria de Fotos e Contatos

Outro item é “Galeria de Fotos” onde ficam armazenadas as fotos de alguns processos utilizados nas ações educativas e de algumas visitas realizadas no CMRJU. Pretende-se manter a atualização desse espaço, conforme vão ocorrendo as atividades.

Figura 24 - Reprodução da tela galeria de fotos do *blog* do
Galeria de fotos



COMPARTILHE ISSO:



Seja o primeiro a curtir este post.

CMRJU

Fonte: Disponível em: <<https://wordpress.com/>>. Acesso em: 18 set. 2016.

O item “Contato” dispõe a localização do CMRJU, com número de telefone e ramal. Mantém o e-mail do CMRJU, e disponibiliza um *link* que irá direcionar o navegante, até a página do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, para o qual, este trabalho foi realizado.

Figura 25 - Reprodução da tela Contato do *blog* do CMRJU

Contato

Entre em contato conosco para agendar sua visita ou para fazer sua pesquisa:

Centro de Memória Regional do Judiciário - CMRJU/UCS - Bloco 46 -

Sala 105

Telefone: (054) 3218-2100 - Ramal 2781

E-mail: cmrju@ucs.br

Clique [aqui](#) e conheça o Programa de Pós-graduação em História da UCS

Fonte: Disponível em: <<https://cmrju.wordpress.com/contato/>>. Acesso em: 18 set. 2016.

5.4.4 Outros elementos a respeito do *blog*

Por fim, o item “Sobre” faz a apresentação do CMRJU, formado por quatro parágrafos, e contribui com informações dos documentos que compõem o acervo e com as atividades desenvolvidas. O primeiro e segundo parágrafos, fazem uma breve apresentação do CMRJU e revelam a importância das fontes de pesquisa nele guardadas. O terceiro parágrafo, informa outros documentos que compõem o acervo. E no quarto e último parágrafo, está o convite para que a comunidade possa participar dos programas oferecidos, como as atividades

já desenvolvidas, inclusive, com os objetivos de difundir o acervo, através de ações educativas, com alunos do Ensino Fundamental e Médio.

O item “Sobre”, apresenta uma foto para ilustrar o acervo, e a forma com que está organizado. Na foto estão as estantes, que sustentam as caixas onde os documentos estão guardados. Também é possível visualizar o “espelho”, que contém o número das caixas em ordem seqüencial, com as informações dos respectivos processos como, número e tipologia.

Figura 26 - Reprodução da tela sobre do *blog* do CMRJU

Sobre



CMRJU guarda e conserva cerca de 40 mil processos entre os anos de 1882 e 2003

O Centro de Memória Regional do Judiciário da Universidade de Caxias do Sul guarda e conserva aproximadamente 40 mil processos da comarca de Caxias do Sul. São documentos que relatam disputas judiciais nas áreas cível e criminal, ocorridas no período de 1882 a 2003. São documentos que contam a centenária história de Caxias pela lente do Poder Judiciário.

O Centro de Memória é uma das principais fontes de pesquisa para entender em detalhes como o segundo maior polo econômico e populacional do Rio Grande do Sul se desenvolveu e como ele enfrentou as dificuldades sociais características dos grandes centros urbanos. Também é uma fonte relevante para compreender a formação social, política e econômica (mundo do trabalho) da região, que hoje se consolidou como o segundo polo metalmeccânico brasileiro.

Além dos processos, o acervo do Centro de Memória Regional do Judiciário da Universidade de Caxias do Sul é composto também por atas, alvarás, livros de registros e de sentenças. Esta coleção de documentos permite o desenvolvimento de diversas pesquisas de caráter histórico e social, revelando detalhes que passam despercebidos em nosso cotidiano.

O Centro de Memória Regional do Judiciário está aberto para a comunidade e tem uma agenda de atividades específicas para estudantes de Ensino Fundamental e Médio. É com este tipo de

Fonte: Disponível em: <https://cmrju.wordpress.com/sobre/> >. Acesso em: 18 set. 2016.

De modo geral, a página do *blog* é bem dinâmica e atende as perspectivas do CMRJU. Ela mostra as possibilidades, de modo de exibição, tanto para computadores ou *smartphones*. Isso é interessante, já que o público-alvo está sempre conectado. Conta inclusive, com um espaço de busca no *blog*, na parte superior, o que é um facilitador para o navegante. Como exemplo, foi digitada a palavra “difamação”, e o buscador localizou os processos que tratam desse assunto.

Figura 27 - Reprodução da tela de busca do *blog* do CMRJU



Fonte: Disponível em: <<https://cmrju.wordpress.com/?s=difama%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 18 set. 2016.

Na “perspectiva da leitura *online*, as experiências educativas dos arquivos *online* têm ligações com algumas das formas mais contemporâneas de educação das sensibilidades”. (KOYAMA, 2013, p. 319). É nesse sentido, que o CMRJU pretende formalizar as ações educativas e, aproximar o acervo do Judiciário com a comunidade escolar.

Pretende-se, no entanto, que o CMRJU e o *blog* promovam uma interação com os professores e alunos, identificando suas competências, tendo em vista o valor do conhecimento adquirido e da importância de se construir nos alunos princípios de preservação, conservação e difusão de uma memória que é próxima a eles. As ações educativas aqui apresentadas visam dar significado ao ensino de história utilizando-se de

fontes processuais que agregam documentos, fotografias, relatos de vidas e de uma importante parte da história da justiça da cidade e da região.

Este último capítulo se deteve a explicar primeiramente, que no *site* da UCS o CMRJU tem um espaço virtual que precisa de uma atualização. Atendendo a essa necessidade de modernização, foi pensado em mudar as informações da página com os dados atualizados e acrescentar um *link* que direciona ao *blog*. Assim, foi oportuno descrever e explicar a importância do *blog* para a publicização do CMRJU que vai contribuir com o ensino de história, já que é um recurso de interação virtual, utilizado por outros arquivos. O *blog* é organizado de maneira simples e objetiva, e o navegador não terá dificuldades em seu acesso. Cada item exprime um conteúdo dinâmico e com uma leitura acessível que conversam com essas novas práticas para o ensino de história.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação possui como objetivo principal apresentar o CMRJU como um espaço que desenvolve ações educativas através da Educação Patrimonial dando visibilidade ao acervo, por meio dessas ações, através de um *blog*. O CMRJU é um arquivo permanente, que tem em seu acervo, os processos judiciais originados da 1ª Vara Cível da Comarca Caxias do Sul, RS, localizado na Universidade de Caxias do Sul - UCS. O CMRJU recebe constantemente a visita de alunos de Graduação e estudantes do Ensino Médio e Fundamental das redes Pública e Privada. Com isso, considera-se que o objetivo foi atingido, pois o CMRJU possui infra-estrutura de espaço, pessoal qualificado e dispõe de material de estudo e pesquisa que subsidiaram a realização desse objetivo.

Quanto aos objetivos secundários, a dissertação apresentou uma análise teórica sobre os conceitos e definições de arquivos, que são os guardiões de memória e analisou a contribuição desses espaços no ensino de história. O estudo da base teórica foi importante para a construção e desenvolvimento do trabalho. Também foi realizada uma pesquisa em espaços físicos e virtuais de outros arquivos e museus de outras cidades e Estados para averiguar como esses locais interagem com seus visitantes. Os objetivos secundários foram o meio de garantir a concretização do objetivo principal.

Os processos judiciais que contemplam o acervo do CMRJU, já serviram à Justiça, e agora, são destinados a exercer a função de fonte histórica, corroborando o ensino, a pesquisa e resgate de tempos passados. Por isso, foi necessário identificar a importância das ações educativas e a publicização do acervo em uma mídia virtual.

As ações educativas são praticadas de acordo com a idade e maturidade das turmas que visitam o CMRJU. Os alunos e professores mantêm proximidade e contato com documentos; por essa razão, os documentos seguem um tratamento de higienização para manter os visitantes protegidos dos agentes danosos que se encontram nos papéis desgastados pelo longo tempo.

Esclareceu-se nesta dissertação que a formação e manutenção de arquivo estão vinculadas às regras de legislações e decretos, para que atendam às necessidades da própria instituição que lhes deu origem. A criação e a continuidade de um arquivo permanente, como é o caso do CMRJU, tem o objetivo de preservar a história e a memória de uma pessoa, uma comunidade ou uma instituição. O arquivo permanente constitui o patrimônio documental e cultural previsto e acautelado pela Constituição Federal, com as garantias de proteção do Estado.

Nesse cenário de preservação de patrimônio e a colaboração com o ensino de histórica, o CMRJU mantém o desafio de manter-se sempre atualizado, com novas propostas de ações educativas, atualização dos profissionais da área, com a participação em simpósio, seminários e eventos.

Uma questão a ser observada é a exploração de outros espaços de memória. Cada arquivo tem sua peculiaridade, seja na exposição de seus acervos, nos tipos documentais, os períodos dos documentos, a estrutura física e de pessoal, bem assim, também ocorre com os museus. Neste aspecto, a situação do CMRJU é de um arquivo promissor para a execução de ações educativas e um participante ativo em eventos de divulgação. Para tanto, é necessário que se tenha uma autorização do Poder Judiciário para realizar a divulgação, não do acervo como um todo, mas de alguns documentos que são entendidos como segredo de justiça, mantendo, sempre em sigilo, o nome das pessoas envolvidas.

A pesquisa procurou trabalhar com as possibilidades de expor as ações educativas do CMRJU e, para isso, foram realizadas buscas em *sites* de arquivos que mantêm acervos semelhantes. Alguns arquivos trabalham com as ações educativas e utilizam *sites* como meio de divulgar as atividades. As ações são realizadas no espaço físico do arquivo, e a página da internet é o veículo de comunicação que mostra os resultados. É o caso do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Museu da Medicina do Rio Grande do Sul, Museu Histórico Regional de Passo Fundo e Circuito da Liberdade de Minas Gerais.

No caso do Arquivo Público de São Paulo, as ações são realizadas tanto no espaço físico do arquivo, como também são divulgadas algumas atividades que professores e alunos podem praticar em sala de aula. São nove atividades disponíveis para serem utilizadas como complementação do ensino.

O *site* do Arquivo Público do Paraná é favorável para a pesquisa *online*. Mantém acesso fácil para quem está distante e procura algum documento específico. Durante a navegação das páginas, percebe-se a atenção que é dada sobre a divulgação das atividades na oficina de preservação e de conservação de documentos, realizada com alunos de várias escolas. Além de oficinas, o arquivo propõe palestras, exposições, cursos e debates.

A visita a outros *sites* de arquivos foi promissora para esclarecer dúvidas acerca da importância de se estabelecer laços mais estreitos com os meios de comunicação que estão se mostrando eficientes e positivos para o ensino. O *blog* é uma forma do CMRJU manter a atualização de suas ações e estar disponível para os professores e alunos interessados em investigar e descobrir episódios da história. A criação do *blog* é para difundir o acervo de forma mais rápida e eficiente. O *blog* está disponível na internet em caráter provisório, e é

possível verificar algumas visualizações por internautas interessados nas ações educativas e nos conteúdos informados.

A estrutura e organização do *blog* estão adequadas com o que se propõe, que é deixar o internauta curioso para descobrir sobre as informações. Foi criado com uma linguagem publicitária, mas com caráter acadêmico, buscando atingir o público-alvo, que são alunos e professores do Ensino Médio e Fundamental, das escolas das redes Pública e Privada.

Acredita-se que as práticas pedagógicas aliadas à tecnologia são propostas promissoras para o desenvolvimento e a construção dos saberes dos escolares. Durante a pesquisa, foi possível perceber que essa união é bem positiva para a complementação do ensino, pois o aluno tem a oportunidade de conhecer o passado, através de ações construtivas que fogem da rotina da aula. Eles conhecem outros locais de ensino onde podem desenvolver novas habilidades, argumentar e questionar sobre os eventos passados. Além do mais, as visitas e as demais ações educativas promovem a curiosidade de forma bem dinâmica; os estudantes se sentem mais livres para interpretar e descobrir novas histórias. Para tanto, cabe ao professor produzir uma aula diversificada daquela formal. É necessário que o professor esteja interessado em conhecer e aplicar essas experiências realizadas no CMRJU, para oferecer aos alunos aulas que complementem o ensino ministrado em sala de aula.

Para a realização de trabalhos futuros tem-se a necessidade de seguir com a pesquisa de novas propostas de ações educativas, potencializar o interesse dos professores nessas práticas e insentivá-los a executar essas experiências com os alunos. Também é importante criar um projeto de pesquisa e de estudo para que os acadêmicos do curso de Direito, advogados, juízes, promotores e outros interessados na história da Justiça possam realizar suas pesquisas fazendo a análise de legislações, observar as rupturas e permanências acarretadas por conflitos sociais, questões econômicas e culturais da cidade e região.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana M.; VASCONCELLOS, Camilo de M. Por que visitar museus. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 104 a 116.

ANASTASIOU, Lea da Graça; ALVES, Leonir Pessate. **Processos de ensinagem na universidade: processos para estratégias de trabalho em aula**. 5. ed. Joinville: Univille, 2005. Disponível em:

<https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/124590/mod_resource/content/1/Txt%2B13_Anastasiou_estrategias%20de%20ensino.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

ANASTASIOU, Lea da Graça Camargos; ALVES, Leonir Pessate. **Estratégias de ensinagem**. s/d. Disponível em:

<<http://www.ufmt.br/proeg/arquivos/2dc95cd453e52a78a17dcc157f04dbf6.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

ARAÚJO, Liliane G. L. et al. **A justiça na sala de aula**. 2010. Disponível em:

<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=21799>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

AXT, Gunter. Algumas reflexões sobre os critérios para a identificação e guarda dos processos judiciais históricos. **Justiça e História**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p.329-375, jan. 2004. Semestral.

AXT, Gunter. Perspectiva Interdisciplinar na Gestão de Arquivos Judiciais no Brasil. In: CERQUEIRA, Fábio Vergara et al. (Org.). **Cadernos de memória e patrimônio: Acervos culturais e suportes de memória**, 2016. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CAMP/article/view/8877> >. Acesso em: 13 mar. 2017.

BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p.55-61, jan. 2009. Disponível em:

<<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/518/498>>. Acesso em: 1º nov. 2016.

BARROS, José D'Assunção. **A expansão da história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERTOLETTI, Ester Caldas. **Arquivos: escaninhos da memória**. s/d. Disponível em:

<<http://www.iict.pt/dociict/HL07022701.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

BIANCAMANO, Mary da R. Memorial: organização administrativa, política museológica e política arquivística. **Justiça e História**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p.315-326, jan. 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de história. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. et al. (Org). **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.11-27.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOTTINO, Mariza. Arquivo universitário: sonho ou realidade? In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson. (Org.). **Universidades e arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012. p. 23-36.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Conselho Nacional de Arquivos: classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/publicacoes-2/20-classificacao-temporalidade-e-destinacao-de-documentos-de-arquivo-relativo-as-atividades-meio-da-administracao-publica.html>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BRASIL, Constituição. **Vade Mecum OAB e Concursos**. 7. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. Decreto 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 6 dez. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 3 ago. 2016.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação patrimonial: inventários participativos**. Texto: Sônia Regina Rampim Florêncio et al., Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Secretaria de Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio / Ministério da Educação Média e Tecnológica**. Brasília, MEC/Semtec, 2002.

CAMACHO, Thimoteo. A universidade pública no Brasil. **Revista de Sociologia**, n. 19, 2005. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile, p. 100-133. Disponível em: <<http://www.facso.uchile.cl/publicaciones/sociologia/articulos/19/1906-Camacho.pdf>>. Acesso em 6 maio. 2016.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado e Cultura, 1996.

CAMPOS, Paulo Fernandes de Souza. A preservação de documentos provenientes do Poder Judiciário. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da Unipar**, Toledo, PR, v. 4, n. 1, p.37-47, maio 2001. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/juridica/article/view/1255>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Cidades**. Brasília, DF: Iphan n. 23, 1994, p. 94-115. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8429&pesq;=>>>. Acesso em: 1º jul. 2016.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. O trabalho de campo do historiador em instituições patrimoniais: um diálogo entre pesquisa e ensino em Porto Alegre. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011. p. 1 - 13. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300881541_ARQUIVO_TextoparaANPUH2011.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino; MONTEMEZZO, Laura Ferrari. O ofício do historiador em espaços não formais de ensino: Ações educativas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2010, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria, Anpuhrs, 2010. p. 1 - 13. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1279410871_ARQUIVO_ArtigoANPUH2010versaofinal.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

CARVALHO, Henrique. Como criar um negócio de sucesso a partir de um *blog*. In: PAKES Alan (Org.). **Negócios digitais: aprenda a usar o real poder da internet nos seus negócios**. São Paulo: Gente, 2015.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DANTAS, Fabiana Santos. **Direito fundamental à memória**. Curitiba: Juruá, 2010.

DUARTE, Ana. **Educação patrimonial: guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres**. 2. ed. Lisboa: Editora, 1994.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FAUSTO, Boris. **O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo de 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FLUCK, Rosane M. A educação patrimonial no arquivo histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho: espaço cultural do patrimônio. In: FRAGA, Hilda Jaqueline de. et al. (Org.). **Experimentações em lugares de Memória: ações educativas e patrimônios**. Porto Alegre, RS: Selbach; Autores Associados, 2015.

FREIRE, Luiz Gustavo Lima. Difusão educativa em arquivos. **Histórica: Revista on line do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 34, n. 05, p.50-58, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica34.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GONÇALVES, Maria da Graça Simões. **Alunos descobrem tesouro e aprendem a conservá-lo no Arquivo Público**. Governo do Estado do Paraná, 2015 Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=127&tit=Alunos-descobrem-tesouro-e-aprendem-a-conserva-lo-no-Arquivo-Publico>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: Iphan, 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_ManualAtividadesPraticas_m.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Processo de industrialização da zona colonial italiana**. Caxias do Sul, RS: Educs, 1997.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação patrimonial**. Iphan, s./d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educação_patrimonial.pdf>. Acesso em: 2 maio 2016.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília. IPHAN, Museu Imperial, s./d. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/6599978-Guia-basico-da-educacao-patrimonial-maria-de-lourdes-parreiras-horta-evelina-grunberg-adriane-queiroz-monteiro-museu-imperial-deprom-iphan-minc.html>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

IOTTI, Luiza Horn; GOMES, Fabrício Romani. CMRJURegional do Judiciário: possibilitando pesquisas e preservando a história de Caxias do Sul, RS. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, RS, v. 11, n. 21, p.101-114, jan. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/2068/1219>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

IOTTI, Luiza Horn; GOMES, Fabrício Romani. CMRJURegional do Judiciário: possibilitando pesquisas e preservando a história de Caxias do Sul. **Métis: história & cultura**, 11 maio 2013. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/2068>>. Acesso em: 5 maio 2015.

ITAQUI, José; VILLAGRÁN, Maria Angelica. **Educação patrimonial:** a experiência na quarta colônia. Santa Maria: Pallotti, 1998.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Reflexões acerca do conceito Patrimônio. In: ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita Policarpo, (Org.). **Momento patrimônio**, Passo Fundo: Secretaria Municipal de Desporto e Cultura de Passo Fundo, 2012.

Disponível em: <https://www.academia.edu/3242978/Momento_Patrim%C3%B4nio_-_Volume_I>. Acesso em: 9 jun. 2016.

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online:** práticas de memória, de ensino de história e de educação das sensibilidades. 2013. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Universidade Estadual de Campinas: Unicamp, 2013. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000912866>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Trad. de Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet:** em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Trad. de Carlos Irineu Costa. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MACHADO, Ironita Policarpo. História e direito: possibilidades metodológicas. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, RS, v. 11, n. 1, p.81-93, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rhdt/article/view/2488/1639>>. Acesso em: 15 maio 2016.

MACHADO, Ironita Policarpo. Educação patrimonial. In: MACHADO, Ironita Policarpo; ZANOTTO, Gizele, (Org.). **Momento Patrimônio I**, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/3242978/Momento_Patrim%C3%B4nio_-_Volume_I>. Acesso em: 9 jun. 2016.

MACHADO, Ironita Policarpo. Metodologia da educação patrimonial e o ensino de História. In: MACHADO, Ironita Policarpo; ZANOTTO, Gizele (Org.). **Momento Patrimônio II**, Passo Fundo: Aldeia Sul; Berthier, 2013. 2 v.

MACHADO, Ironita Policarpo. Conhecendo a História através da Educação Patrimonial. In: MACHADO, Ironita Policarpo; ZANOTTO, Gizele, (org.). **Momento Patrimônio III**, Erechim: Graffoluz, 2015. 3 v.

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade:** história de Caxias do Sul, 1875/1950. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação patrimonial:** orientação para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco, 2004.

MARTINS, Maria Helena Pires. **Preservando o patrimônio e construindo a identidade**. São Paulo: Moderna, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

NUNES, Maria Thetis. A importância dos arquivos judiciais para a preservação da memória nacional. **Revista CEJ**, v.2, n.5, p.109-116, maio-ago. 1998. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/911/1086>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; DAVOK, Delsi Fries; SCHENKEL, Marília Beatriz de Castro. Proposta para criação do sistema de arquivos da Universidade do Estado de Santa Catarina: trajetória, desafios e perspectivas. **Inf. & So**, João Pessoa, v.18, n.2, p. 143-154, maio/ago.2008. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1391/2127>>. Acesso em: 1º maio 2016.

ORIÁ, Ricardo; PEREIRA, Júnia Sales. Desafios teórico-metodológicos da relação educação e patrimônio. **RESGATE** vol. XX, n. 23, jan./jun. 2012, p. 161-171. Disponível em: <<http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/viewFile/260/259>>. Acesso em 2 maio 2016.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 2004.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. Arquivos, memória e justiça: gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31152/000782676.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 out. 2016.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, v. 15, n. 287, dez. 2008. p. 113-128. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7961/4750>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

PIOVAN, Ricardo. Os 3 passos para que você transforme seu conhecimento em produto. In: PAKES Alan (Org.). **Negócios digitais: aprenda a usar o real poder da internet nos seus negócios**. São Paulo: Gente, 2015.

POSSAMAI, Zita Rosane. Museu e arquivo: laboratórios de aprendizagem e descoberta. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (Org.). **A memória e o ensino de história**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000, p. 97 a 106. Disponível em: <https://www.academia.edu/16029163/Museu_e_arquivo_laborat%C3%B3rios_de_aprendizagem_e_descobertas>. Acesso em: 28 jul. 2016.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Leituras da cidade**. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2010.

QUEVEDO, Everton Reis; et al. Educação para o patrimônio a partir da memória da medicina e da saúde pública. In: FRAGA, Hilda Jaqueline de et al. (Org.). **Experimentações em lugares de memória: ações educativas e patrimônios**. Porto Alegre, RS: Selbach; Autores Associados, 2015.

RADUNZ, Roberto; VOGT, Olgário. Condenados à força: a escravidão e os processos judiciais no Brasil. **Métis: História e Cultura**, Caxias do Sul: Educus, v. 11, n. 21, 2012.

RODEGHERO, Carla Simone; CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. Ações educativas para o patrimônio na parceria UFRGS-Arquivo Público do Rio Grande do Sul (Apers). In: FRAGA, Hilda Jaqueline de et al. (Org.). **Experimentações em lugares de memória: ações educativas e patrimônios**. Porto Alegre, RS: Selbach; Autores Associados, 2015.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.

SANT'ANNA, Marcelo Leone. Os desafios da preservação de documentos públicos digitais. **Revista IP**, Belo Horizonte, MG, v. 3, n. 2, p.123-135, dez. 2001. Disponível em: <http://www.ip.pbh.gov.br/ANO3_N2_PDF/ip0302santanna.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 2006.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SIDOU, Othon J. M. **Dicionário jurídico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello. Arquivos e museus: características e funções. **Revista Museologia e Interdisciplinaridade**, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p.35-47, abr. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/9626>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

SOUZA, Gizele de; ANJOS, José Juarez Tuchinski dos; BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. **O arquivo público paranaense: possibilidades para a pesquisa em história da educação no período provincial**. 2013.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000300005&lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2016.

TEDESCO, José Eugênio. Os arquivos judiciais e o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul. **Justiça e História**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p.327-334, 2003.

UNESCO, Gestão do patrimônio mundial e cultural. **Manual de referência do patrimônio mundial**. Brasília, Iphan, 2016. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002442/244283por.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.